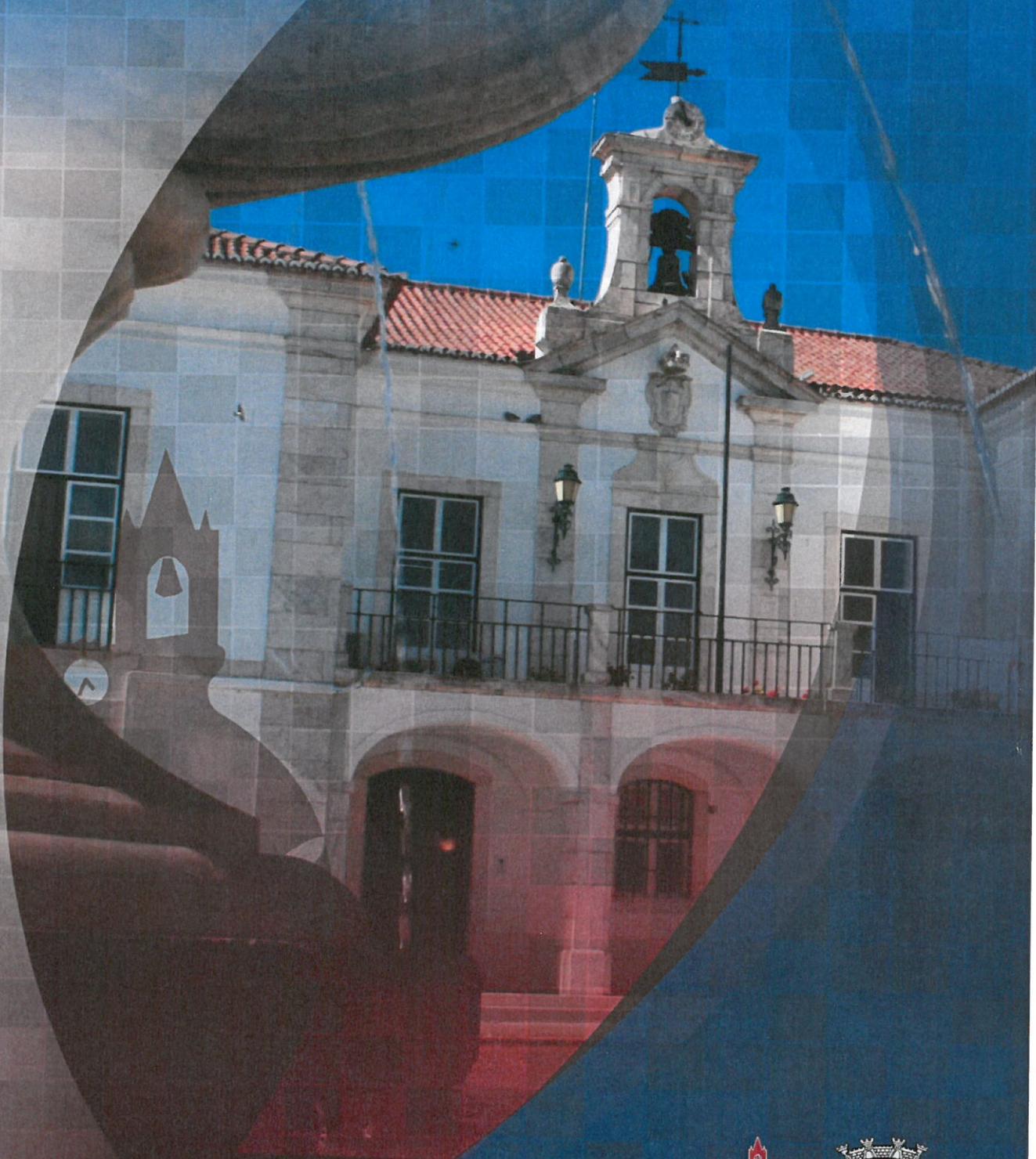


Relatório de Gestão 2014



Câmara Municipal
de Redondo

ÍNDICE

Proposta	4
Introdução	6
Enquadramento legal	8
Caracterização da Entidade	12
Identificação	12
Número de Eleitores	13
Legislação	13
Estrutura	13
Estrutura Política	14
Estrutura Organizacional	15
Serviços de Assessoria	15
Serviço de Apoio	15
Serviços Operativos	16
Recursos Humanos	16
Identificação dos Membros do Executivo	16
Organização Contabilística	17
Informações Consideradas Relevantes	18
Contratos de Empreitada e Fornecimento	18
Indicadores de Gestão	18
Outras Informações	19
Ações Inspetivas	19
Documentos de Gestão	19
Enquadramento da Economia Portuguesa	19
Economia Portuguesa	20
Projeções para a Economia Portuguesa: 2013-2014	27
Execução dos Documentos Previsionais	36
Análise Sumária da Execução Orçamental e Patrimonial	37
Receitas	38
Receitas Correntes	38
Receitas de Capital	38
Despesa	38
Despesas Correntes	39
Despesas de Capital	39
Saldo Orçamental e Saldo da Gerência	39
Ótica Orçamental	34

Demonstrações Financeiras	30
Plano Plurianual de Investimentos	41
Investimentos por Sectores Estruturais	42
Transferências Recebidas	44
Relação entre Receitas e Despesas Correntes de Capital	44
Controlo do Equilíbrio Orçamental Corrente e em Sentido Substancial	45
Evolução do Investimento Realizado	48
Plano de Atividades Municipais (PAM)	49
Despesas por Sectores Estruturais	49
Grandes Opções do Plano (PPI+PAM)	50
Despesa Realizada com as Grandes Opções do Plano	50
Orçamento	51
Resumo da Execução Orçamental	51
Orçamento da Receita	51
Receitas Correntes	52
Receitas de Capital	54
Análise Global da Receita	55
Evolução da Receita 2009/2013	56
Evolução da Receita em Percentagem	56
Evolução da Receita – Variações Anuais	56
Evolução da Execução Orçamental da Receita	58
Orçamento da Despesa	59
Despesas Correntes	59
Despesas de Capital	60
Análise Global da Despesa	62
Evolução da Despesa 2010/2014	62
Evolução da Despesa em Percentagem	63
Evolução da Despesa – Variações Anuais	64
Compromissos Assumidos e Não Faturados ou Compromissos Assumidos por Faturar	64
Fluxos de Caixa	65
Movimentos de Tesouraria	66
Indicadores Orçamentais	67
Modificações Orçamentais	69
Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	69
Modificações ao Plano de Atividades	70
Modificações ao Orçamento da Receita	71
Modificações ao Orçamento da Despesa	71

Ótica Patrimonial	72
Demonstrações Financeiras	72
Balanço	72
Análise do Balanço no Último Triénio	73
Imobilizado	79
Disponibilidades (Orçamentais)	80
Demonstração de Resultados (Por Natureza)	81
Resultados Operacionais	82
Resultados Financeiros	82
Resultados Extraordinários	83
Resultado Líquido do Exercício	84
Indicadores de Gestão Patrimoniais	84
Dívidas de Terceiros	90
Dívidas a Terceiros (Excluindo a Banca)	90
Dívidas com Empréstimos Bancários	92
Cálculo do Limite Legal de Endividamento	92
Atividades Desenvolvidas	94
Apoio Jurídico	94
Serviço Municipal de Proteção Civil	95
Serviço de Informática	97
DAF – Divisão Administrativa e Financeira	98
DPD – Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	115
Serviço Técnico de Obras e Serviços Urbanos	122
Serviço de Administração Urbanística	123
DSC – Divisão Sociocultural	124
Factos Relevantes Verificados Após o Encerramento do Exercício	155
Proposta de Aplicação dos Resultados	155

- PROPOSTA -

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ATINENTES AO EXERCÍCIO DE 2014

Eximos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal

Eximo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Eximos. Senhores Membros da Assembleia Municipal

Em ordem ao preceituado no n.º 1, do artigo 76.º da Lei n.º73/2013, de 03 de setembro, que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, atentas as regras e os procedimentos contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos conjugados do preceituado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, e alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, ambos, artigos, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apresentam-se e submetem-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Redondo os documentos de prestação de contas atinentes ao exercício económico-financeiro do ano de 2014.

No cumprimento deste preceito legal, o presente conjunto de documentos apresentados incluem a comparabilidade entre os objetivos previamente traçados, os meios e os métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos. Por isso, subjacente à sua elaboração está o propósito de informar, possibilitando, assim, uma adequada avaliação da eficácia da aplicação dos dinheiros públicos em prol da estratégia de desenvolvimento concelhio.

Mais do que efetuar uma análise da documentação em que se assentam as contas do Município no ano civil transato, esta nota pretende formular uma breve síntese da atividade desenvolvida, destacando os projetos e as ações mais relevantes.

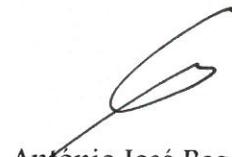
Contámos com a nossa capacidade de investimento para cumprir o princípio da gestão rigorosa, transparente e realista sem comprometer o futuro, no que respeita às responsabilidades sociais e à imagem de confiança e credibilidade que caracteriza o Município de Redondo. Por isso orgulhamo-nos de todo o trabalho desenvolvido.

Este documento é particularmente objetivo na descrição do trabalho efetuado.

Mantendo o mesmo rigor, empenho e dedicação de sempre, contamos com os nossos trabalhadores para assegurarmos a eficácia e a eficiência do serviço público, mantendo os níveis de satisfação dos nossos munícipes no serviço que prestámos diariamente e que contribuiu para garantir a qualidade de vida que nos distingue.

Redondo, 10 de Abril de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal



António José Rega Matos Recto



INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativo ao ano de 2014, refletindo a atividade municipal desenvolvida, a organização municipal, o capital humano e a situação económica e financeira do Município de Redondo.

Pretende-se que constitua um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, onde de uma forma rápida e simples se visualizam as informações, através dos mapas, diagramas e demais indicadores de análise apresentados, procura espelhar-se aquela que foi a atividade desenvolvida pelo executivo na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral e aos munícipes do Concelho de Redondo em particular, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro³).

Descrevem-se as atividades mais relevantes e os projetos de investimento levados a cabo pelo Município dificilmente perceptíveis pela simples análise das informações orçamental e/ou financeira.

O Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas do referido Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II.ª Série do Diário da República de 18 de Agosto de 2001, para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL.

Neste pressuposto, aborda-se a situação económica e financeira do Município, nas vertentes “orçamental” e “patrimonial”.

Dos conteúdos tratados, destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2014 e o inerente reflexo na situação patrimonial do Município (execução patrimonial).

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo. Para um melhor enquadramento e comparação

das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores. Elaborou-se ainda um exame detalhado às contas de balanço e demonstrações de resultados para verificação da legalidade dos procedimentos contabilísticos, que se anexa ao presente relatório.

O Relatório reflete a atividade desenvolvida por cada um dos diferentes serviços municipais, revelando uma grande diversidade da intervenção municipal e o empenho de todos os serviços e de cada um dos trabalhadores.

Integrando as linhas de desenvolvimento estratégicas definidas como objetivos para o atual mandato, os Documentos de Prestação de Contas (DPC) traduzem a concretização das orientações fixadas pelos Órgãos Autárquicos, incluídas nas Opções do Plano para 2014, dando continuidade e consolidando projetos estruturantes.

Este relatório inicia-se com um enquadramento macroeconómico, de forma a possibilitar a perceção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do Executivo Municipal. Com base nas projeções do Banco de Portugal apresentam-se também, de forma sucinta, as perspetivas para o presente exercício económico bem como para o próximo.

Depois desse enquadramento segue-se a informação financeira e a proposta para a aplicação de resultados, terminando com a síntese das principais atividades desenvolvidas no exercício económico de 2014 pelas principais estruturas orgânicas.

O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício - analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicáveis;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia - considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos - de terceiros e a terceiros nos últimos quatro anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

ENQUADRAMENTO LEGAL¹

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica. É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo presidente à apreciação e votação do órgão deliberativo.

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas² referentes ao ano financeiro de 2014, conforme o preceituado na alínea i) n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro³.

Cabe à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º do referido diploma legal⁴. O documento agora apresentado foi elaborado em conformidade com o Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 que aprovou o novo sistema contabilístico das autarquias locais.

Os Documentos de Prestação de Contas (DPC) são apresentados conforme estabelece a Resolução n.º04/2001 – 2.ª Secção⁵ – Tribunal de Contas, de 12 Julho de 2001.

POCAL

1 – Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimento, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras (in POCAL)

2 – Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas consideram-se: Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

3 – Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;



Documentos de prestação de contas

1. Os documentos de prestação de contas são os que se encontram definidos no POCAL, bem como um terceiro conjunto não referido, todos discriminados no ANEXO I das presentes Instruções.
2. Consideram-se integradas no Grupo 1 do ANEXO I as autarquias locais e entidades equiparadas cujo movimento anual da receita seja igual ou superior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública, arredondado de acordo com as normas legais.
3. Consideram-se integradas no Grupo 2, aquelas cujo movimento anual da receita seja inferior ao limite estabelecido no número anterior.

4 - Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

5 - Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção

Instruções Nº 01/2001 – 2ª S – Instruções Para A Organização E Documentação Das Contas Das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, Abrangidas Pelo Plano Oficial De Contabilidade Das Autarquias Locais (Pocal).

O Tribunal de Contas, em sessão de 12 de Julho de 2001, nos termos do disposto na alínea b) do art. 6º e alínea e) do nº 1 do art. 78º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, deliberou que as contas das autarquias locais e entidades equiparadas sujeitas ao POCAL deverão ser organizadas e documentadas de acordo com as presentes Instruções.

Quadro - I
Do Regime Completo

Documentos de Prestação de Contas		Fundamentação Legal		A enviar		
		POCAL	TC	CCDR	TC	INE
		Número	Número			
Balanço		5	1	X	X	X
Demonstração de Resultados		6	2	X	X	X
Mapas de Execução Orçamental	Mapa de controlo orçamental – Despesa	7.3.1	6	X	X	X
	Mapa de controlo orçamental – Receita	7.3.2	7	X	X	X
	Mapa de execução anual do PPI	7.4	8	X	X	
	Mapa dos Fluxos de Caixa	7.5	9	X	X	X
	Mapa das contas de ordem	7.5	10	X	X	X
	Mapa de operações de tesouraria	7.6	11	X	X	X
	Caracterização da entidade (a)	8.1	12		X	
	Notas ao balanço e à demonstração de resultado (a)	8.2	13		X	
	-Quadro discriminativo do ativo bruto	8.2.7			X	
	-Quadro discriminativo das amortizações e provisões	8.2.7			X	
	-Quadro discriminativo das reavaliações (b)	8.2.11			X	
	-Quadro discriminativo das contas de ordem	8.2.26			X	
	-Quadro discriminativo das provisões acumuladas b)	8.2.27			X	
	-Quadro discriminativo do cmvmc (a)	8.2.29			X	
	-Quadro discriminativo da variação da produção(a)	8.2.30			X	
	-Quadro discriminativo dos resultados financeiros	8.2.31			X	
	-Quadro discriminativo dos resultados extraordinários	8.2.32			X	
	Anexo às Demonstrações Financeiras	Mapa das modificações ao orçamento – Receita	8.3.1.1	14		X
Mapa das modificações ao orçamento – Despesa		8.3.1.2	15		X	
Mapa das modificações ao PPI		8.3.2	16		X	
Mapa da contratação administrativa – situação dos contratos		8.3.3	17	X	X	X
Mapa das transferências correntes – Despesa		8.3.4.1	18		X	
Mapa das transferências de capital – Despesa (b)		8.3.4.2	19		X	
Mapa dos subsídios concedidos (b)		8.3.4.3	20		X	
Mapa das transferências correntes – Receita		8.3.4.4	21		X	
Mapa das transferências de capital – Receita		8.3.4.5	22		X	
Mapa dos subsídios obtidos (b)		8.3.4.6	23		X	
Mapa dos ativos de rendimento fixo (a)		8.3.5.1	24		X	
Mapa dos ativos de rendimento variável (a)		8.3.5.2	25		X	
Mapa dos empréstimos		8.3.6.1	26	X	X	X
Mapa de outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	27				
Relatório de Gestão (c)		13	28	X	X	X

As autarquias locais devem, complementarmente aos documentos acima identificados, enviar ao Tribunal de Contas os seguintes documentos:

Quadro - II

Outros Documentos A Enviar Ao Tribunal de Contas

Outros documentos a elaborar	Fundamentação Legal		A enviar
	POCAL	TC	Tribunal de
	Número	Número	Contas
Guia de remessa (d)		29	X
Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta (d)		30	X
Norma de controlo interno e suas alterações (d)	2.9.9	31	X
Mapa resumo do diário de tesouraria (d)	12.2.9	32	
Mapa síntese das reconciliações bancárias (d)		33	
Mapa de fundo de maneo (d)		34	
Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais (d)		35	
Relação de acumulação de funções (d)		36	
Relação nominal de responsáveis (d)		37	X
<p>a) Estes documentos integram o Relatório de Gestão;</p> <p>b) Não se apresentam estes documentos porque não houve movimentos desta natureza em 2012;</p> <p>c) O Relatório de Gestão antecede os presentes documentos anexos;</p> <p>d) A apresentar apenas ao Tribunal de Contas;</p>			

Em cumprimento com o regulamentado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o POCAL, o Executivo Camarário apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2014. Documento que constitui um dos elementos de prestação de contas, conforme o ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

As autarquias locais têm património e finanças próprias, dispõe o art.º 238/1 da Constituição da República Portuguesa – CRP. O regime das finanças locais em vigor foi aprovado pela Lei n.º 28/2007, de 15 de Janeiro, diploma que revogou do disposto do seu art.º 64/1 a lei n.º42/98 de Agosto.

As receitas próprias das autarquias locais incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu património, as cobradas pela utilização/prestação dos seus serviços, os impostos que legalmente lhes são consignados, para além daquelas que são transferidas diretamente do Orçamento de Estado e ainda a comparticipada dos projetos candidatados a fundos comunitários ou provenientes de contratos-programa celebrados com o Estado.

O concelho está servido das chamadas necessidades básicas, o saneamento (abastecimento público de água, esgotos e recolha de resíduos) e eletricidade na ordem dos 96%.

Também no que concerne às vias de comunicação, graças aos investimentos entretanto realizados, é possível afirmar que correspondem às necessidades essenciais da população, encontrando-se em bom estado de conservação.

IDENTIFICAÇÃO

Município de Redondo

Praça da República

7170 – 011 Redondo

Telefone (geral): 266 989 210

Fax: 266 909 039

N.º Identificação Fiscal: 501 834 117

CAE: 75113 Administração Local

Visa a prossecução dos interesses próprios da população do Município de Redondo.

REGIME FINANCEIRO – Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro até a entrada da Lei n.º73/2013 de 03 de setembro.

E-mail: geral@cm-redondo.pt

NÚMERO DE ELEITORES

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011) o Concelho de Redondo possui 7.031 habitantes.

O Concelho de Redondo ocupa uma área de 369,75 Km², que corresponde a 5% do distrito de Évora, o que representa 4,2% da população residente neste distrito. Deste concelho fazem parte 2 freguesias (Redondo e Montoito). Na atividade económica os setores terciário (*comércio e serviços*) e secundário (*indústria*) empregam cerca de 78% da população ativa.

De acordo com os dados da DGAI (Direção Geral de Administração Interna) o número de eleitores recenseados a 31 de dezembro de 2013, é de 6.083 (Fonte: Listagem publicada pelo STAPE na II Série do Diário da República, N.º43, de 03/03/2014), de acordo com a estrutura proposta pelo POCAL, até aos 10.000 eleitores, distribuídos da seguinte forma;

Nacionais — cidadãos nacionais – 6.014;

UE — Cidadãos da União Europeia, não nacionais – 61;

ER — Outros cidadãos Estrangeiros Residentes em Portugal – 8;

LEGISLAÇÃO

A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios das populações, art.º 235 da Constituição da República Portuguesa – CRP. Dispõem de Mapa de Pessoal próprio, o disposto no art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

As Autarquias locais têm poder regulamentar nos limites da Constituição e das leis vigentes.

Existem aprovados diversos Regulamentos, que definem um conjunto de regras de natureza administrativa, dentro das atribuições dos Município.

ESTRUTURA

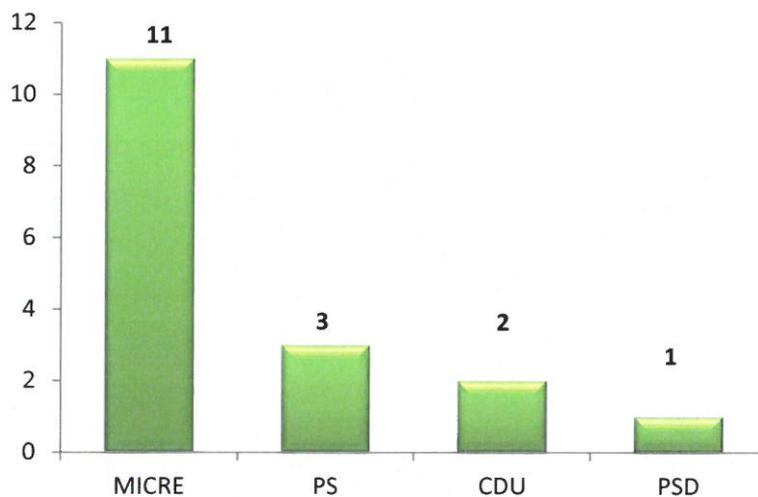
O sistema organizativo do Município de Redondo é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz político e outra de cariz administrativo,

fortemente relacionadas e interdependentes, de cujo funcionamento decorre o desenvolvimento da atividade Municipal.

ESTRUTURA POLÍTICA

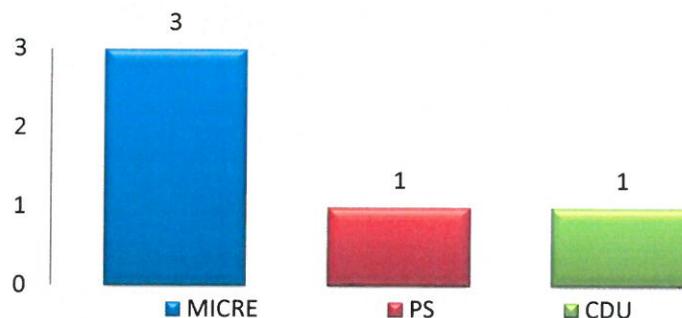
A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal é constituída por 17 membros, 15 eleitos diretamente e 2 indiretamente, uma vez que assumem aquela função por inerência do cargo de Presidente de Junta das Freguesias.



A Câmara Municipal é constituída por 5 membros – 1 Presidente e 4 Vereadores – a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente estabelecido, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Gráfico - II



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Câmara Municipal de Redondo não possui Serviços Municipalizados nem Empresas Municipais.

O órgão de natureza consultiva e de fiscalização é a Assembleia Municipal.

Possui Mapa de Pessoal aprovado pela Câmara Municipal em 15/11/2010, pela Assembleia Municipal de Redondo em 22/12/2010, e o Regulamento de Organização dos Serviços, que organiza a vida interna da entidade, com base no Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série – n.º 242 – 16 de Dezembro de 2010, Aviso n.º 26432/2010.

SERVIÇOS DE ASSESSORIA

Que asseguram a execução de tarefas de assessoria técnica e apoio administrativo aos órgãos políticos do Município e cuja composição é a seguinte:

1. Gabinete de Apoio à Presidência (GAP)
2. Gabinete Técnico-Jurídico (GTJ)
3. Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)
4. Serviços de Informática (SI)
5. Gabinete de Informação (GI)

SERVIÇO DE APOIO

As atividades desenvolvidas pela Divisão Administrativa e Financeira (DAF), pelo apoio que prestam às diversas unidades orgânicas, ao nível do planeamento financeiro, controlo de execução orçamental e gestão administrativa de meios humanos e materiais, constituem um suporte ao funcionamento dos restantes serviços.

SERVIÇOS OPERATIVOS

O funcionamento visa a prestação de serviços à população, num conjunto de áreas de competência identificado com os grandes objetivos estratégicos da política definida pelo Executivo Municipal para o exercício do mandato. Integram estes serviços as seguintes unidades orgânicas:

1. Divisão de Planeamento e Desenvolvimento (DPD)
3. Divisão Administrativa e Financeira (DAF)
4. Divisão de Obras e Equipamentos (DOE)

RECURSOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Em resultado da eleição dos órgãos das autarquias locais do dia 29 de setembro de 2013, os membros do órgão executivo são os seguintes;

Presidente:

- António José Rega Matos Recto

Vereadores:

- José Manuel Mendes Portel
- Luís Fernando Gomes Faleiro
- Armindo Manuel Beira Ramalhosa
- David Manuel Palma Grave

NÚMERO DE VEREADORES

- O Executivo Municipal possui 4 Vereadores, 2 dos quais em regime de permanência (José Manuel Mendes Portel e Armindo Manuel Beira Ramalhosa). Não possui Vereadores a meio tempo.

ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade do Município de Redondo está organizada segundo o POCAL, utilizando-se software adquirido à sociedade Medidata.Net, Software para as Autarquias Locais, S.A..

Este software corre numa lógica cliente servidor, desenvolvido por uma linguagem propriedade da Medidata, designada por SAGA. É composto pelas aplicações de Pessoal, Atendimento, Armazém, Património, Águas, Gestão de Obras Municipais, Ciclomotores, Cemitérios, Obras Particulares, Uso e Porte de Arma, Publicidade, Máquinas de Diversão, Feiras, Gestão de Máquinas e POCAL, SIADAP, que estão interligadas.

Para salvaguarda de toda a informação, são efetuadas cópias de segurança da base de dados, diariamente.

A aplicação de POCAL facilita a automatização da informação contabilística, possibilitando uma gestão financeira mais eficaz e eficiente.

As suas funcionalidades consistem:

Módulo de configuração de tipos de despesa, receita, etc., que permite uma fácil e rápida classificação contabilística dos documentos; elaboração e gestão do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e PAM); emissão e respetivo tratamento de documentos de forma automática, efetuando os respetivos lançamentos nos diários de movimentos, extratos, balancetes, etc., nos subsistemas de controlo orçamental, contabilidade patrimonial, contas de ordem, gestão de tesouraria, gestão de terceiros, processamento de operações de fim de exercício e emissão dos documentos de Prestação de Contas.

INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

CONTRATOS DE EMPREITADA E FORNECIMENTO

O limite para a realização de obras por administração direta é de 400.000.00€, nos termos legais e fixado pelo órgão executivo em sessão ordinária de 18/10/2013 e pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 28/11/2013.

INDICADORES DE GESTÃO

Quadro – III
(Valores em Euros)

FEF atribuído ao Município 2014	4.361.083,00 €
Receitas correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	5.962.284,55€
Despesas de capital no ano anterior ao da gerência em apreciação	912.895,47€
Despesas com Pessoal (2014)	4.030.275,11€
Pessoal do quadro – Regime de contrato Individual de Trabalho	1.777.572,50€
Pessoal em qualquer outra situação	58.739,48€
Órgãos autárquicos	83.806,42€
Outras	2.110.156,71 €
Limite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)	8.941.905,91 €
Dívida de Empréstimos de Médio/Longo Prazos:	374.787,12 €
Dívidas a receber de terceiros (2014)	773.112,42 €
Dívida da Câmara (31/12/2014)	321.837,66€

OUTRAS INFORMAÇÕES

ACÇÕES INSPECTIVAS

Foi inspeccionado o período de 2004 a 2008 inclusivé, por parte da IGAL - Inspeção Geral da Administração Local.

Pela ordem de serviço nº 31/2012, de 05/março, foi determinada a realização de uma inspeção ordinária ao Município de Redondo, por parte da IGF – Inspeção Geral de Finanças, em cumprimento do plano de inspeções da ex-IGAL para 2011.

A presente ação abrangeu genericamente o biénio 2010/2011, tendo sido analisados processos relativos ao ano de 2012, sempre que tal se justificou, tendo em vista a oportunidade dos resultados das verificações.

DOCUMENTOS DE GESTÃO

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2014 foram aprovados pelo órgão executivo em 27/11/2013 e pelo órgão deliberativo em 26/12/2013.

ENQUADRAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

As taxas de juro do mercado monetário do euro desceram marginalmente em dezembro.

No dia 12 de janeiro, as taxas de juro Euribor situavam-se em 0,01 por cento no prazo de 1 mês, 0,07 por cento nos 3 meses, 0,17 por cento nos 6 meses e 0,32 por cento nos 12 meses, o que corresponde a uma redução de 1 ponto base (p.b.) em todas as maturidades face ao final do mês de novembro.

A taxa de câmbio efetiva nominal do euro depreciou 2,3 por cento entre o final de novembro e o dia 12 de janeiro. Esta evolução refletiu depreciações de 5,4 por cento face ao dólar, 4,8 por cento em relação ao iene, 2,0 por cento face à libra esterlina e 0,1 por cento face ao franco suíço.

O preço internacional do petróleo voltou a descer acentuadamente em dezembro. No dia 12 de janeiro, o preço do barril de Brent situava-se em 49,9 dólares (42,3 euros), o

que representa uma redução de 32,9 por cento face ao nível verificado no final do mês de novembro (redução de 29,0 por cento em euros).

De acordo com a estimativa preliminar do *Eurostat*, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) da área do euro foi de -0,2 por cento em dezembro, após 0,3 por cento em novembro. Esta evolução refletiu uma diminuição expressiva dos preços da energia (-6,3 por cento em termos homólogos, que compara com uma taxa de -2,6 por cento em novembro), ao passo que o preço dos bens alimentares e dos bens industriais não-energéticos registaram taxas de variação de 0,0 por cento (após 0,5 e -0,1 por cento, respetivamente). Por seu lado, o crescimento dos preços dos serviços manteve-se em 1,2 por cento. Excluindo os bens alimentares e os energéticos, o IHPC da área do euro subiu 0,1 pontos percentuais (p.p.) para 0,8 por cento.

ECONOMIA PORTUGUESA

Em dezembro de 2014, o indicador coincidente mensal para a evolução homóloga tendencial da atividade económica, calculado pelo Banco de Portugal, estabilizou face ao mês anterior. No mesmo período, o indicador coincidente mensal para a evolução homóloga tendencial do consumo privado, calculado pelo Banco de Portugal, registou uma diminuição face ao mês anterior¹.

De acordo com os Inquéritos de Opinião da Comissão Europeia, no quarto trimestre de 2014, o indicador de sentimento económico registou um aumento relativamente ao terceiro trimestre do ano. Esta evolução refletiu melhorias nos indicadores de confiança dos consumidores e na construção, registando-se uma relativa estabilização dos indicadores de confiança nos setores da indústria transformadora, dos serviços e do comércio a retalho.

Relativamente ao consumo privado, no trimestre terminado em novembro de 2014, o índice de volume de negócios no comércio a retalho², divulgado pelo INE, registou uma taxa de variação homóloga de 1,0 por cento em termos reais, após o aumento de 1,4 por cento no terceiro trimestre do ano. No quarto trimestre de 2014, as vendas de veículos ligeiros de passageiros, incluindo veículos todo-o-terreno, aumentaram 33,5 por cento, em termos homólogos, após uma variação de 29,8 por cento no terceiro trimestre do ano.

Relativamente à formação bruta de capital fixo, no quarto trimestre de 2014, as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 19,8 por cento, em termos homólogos (59,5 por cento no terceiro trimestre), enquanto as vendas de veículos comerciais pesados registaram um aumento de 10,7 por cento (41,9 por cento no terceiro trimestre). No mesmo período, as vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno diminuíram 7,9 por cento, em termos homólogos, após uma queda de 8,9 por cento no terceiro trimestre do ano. No trimestre terminado em novembro de 2014, as importações nominais de bens de equipamento excluindo material de transporte aumentaram 8,5 por cento, após um crescimento homólogo de 7,9 por cento no terceiro trimestre de 2014.

Segundo a informação relativa ao comércio internacional de bens, divulgada pelo INE, em novembro de 2014 as exportações nominais diminuíram 0,4 por cento em termos homólogos, enquanto as importações aumentaram 2,8 por cento. No mesmo período, as exportações excluindo combustíveis diminuíram 0,1 por cento enquanto as importações cresceram 5,4 por cento. Em termos acumulados desde o início do ano, as exportações registaram um crescimento de 1,7 por cento face a igual período do ano anterior e as importações aumentaram 3,3 por cento. No mesmo período, e excluindo combustíveis, as exportações e as importações aumentaram 4,1 e 6,7 por cento, respetivamente.

Relativamente ao comércio internacional de serviços, em outubro de 2014 as exportações e as importações aumentaram 8,7 e 11,0 por cento em termos homólogos, respetivamente. Em termos acumulados desde o início do ano, as exportações de serviços registaram um aumento de 6,1 por cento face a igual período do ano anterior, enquanto as importações aumentaram 9,4 por cento.

Em dezembro de 2014, o IHPC registou uma variação homóloga de -0,3 por cento, diminuindo 0,4 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior. A taxa de variação anual diminuiu 0,1 p.p., situando-se em -0,2 por cento.

A variação homóloga refletiu uma queda dos preços dos bens, que mais do que compensou o aumento dos preços dos serviços. No mesmo período, o IPC apresentou uma variação homóloga de -0,4 por cento, enquanto a taxa de variação anual diminuiu 0,1 p.p., para -0,3 por cento.

No período de janeiro a outubro de 2014, o excedente conjunto das balanças corrente e de capital ascendeu a 3397,1 milhões de euros, o que representa um aumento de

561,8 milhões de euros face ao registado no mesmo período de 2013. Esta evolução refletiu um aumento de 824,6 milhões de euros do excedente da balança corrente, que mais do que compensou a diminuição de 262,7 milhões de euros do excedente da balança de capital. O aumento do excedente da balança corrente resultou da melhoria dos saldos das balanças de serviços e de rendimentos primário e secundário, que mais do que compensou o aumento do défice da balança de bens face ao período homólogo.

A 23 de dezembro, o INE publicou as Contas Nacionais trimestrais do setor das administrações públicas referentes ao terceiro trimestre de 2014. Segundo a informação divulgada, o défice das administrações públicas situou-se em 4,9 por cento do PIB nos primeiros nove meses de 2014³. Contudo, excluindo os efeitos pontuais resultantes das operações de financiamento do Estado à Carris e à STCP e da assunção de perdas associadas ao BPN Crédito, o défice neste período foi de 3,9 por cento, o que compara com um défice de 4,4 por cento registado no período homólogo de 2013, igualmente excluindo os efeitos pontuais, neste caso associados à reclassificação do aumento de capital no Banif. Em termos homólogos, a receita total das administrações públicas em contabilidade nacional registou um aumento de 3,3 por cento, refletindo essencialmente a evolução da receita dos impostos sobre a produção e importação (+7,4 por cento) e dos impostos sobre o rendimento e património (+5,8 por cento). A despesa corrente primária também registou um aumento, embora bastante mais moderado (+1,2 por cento), fundamentalmente em resultado do crescimento das despesas com pessoal (+1,0 por cento) e com prestações sociais (+1,9 por cento).

De acordo com a Síntese da Execução Orçamental da Direção Geral do Orçamento de novembro de 2014, o défice das administrações públicas em contabilidade pública até novembro ascendeu a 6420 milhões de euros, continuando a situar-se significativamente abaixo do observado no período homólogo de 2013 (9186 milhões de euros).

A receita fiscal do Estado aumentou 6,2 por cento entre janeiro e novembro de 2014 face a igual período do ano anterior (6,6 por cento corrigindo do efeito base associado ao montante do perdão fiscal registado em novembro de 2013). Esta evolução representa uma desaceleração face ao crescimento verificado até outubro (6,8 por cento), em virtude da evolução da receita dos impostos diretos, que aumentou 6,4 por cento⁴ (7,9 por cento até outubro). Em igual período, o crescimento da receita de impostos indiretos foi de 6,0 por cento, um valor próximo do observado até outubro. O

crescimento da coleta dos impostos diretos reflete a evolução da receita do IRS, que apresentou um crescimento de 9,0 por cento em termos homólogos nos primeiros 11 meses de 2014⁵, enquanto a cobrança do IRC diminuiu 5,0 por cento. No que respeita aos impostos indiretos, a coleta do IVA apresentou até novembro uma taxa de crescimento elevada (7,0 por cento), mantendo-se a tendência de forte queda dos reembolsos evidenciada até outubro. Adicionalmente, a cobrança da generalidade dos restantes impostos indiretos continuou a apresentar taxas de crescimento elevadas, com destaque para os impostos sobre veículos e sobre o tabaco que aumentaram 33,7 e 7,7 por cento, respetivamente, no período em análise. De destacar que a receita do imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos apresentou um ligeiro aumento até novembro e que a contração na receita do imposto de selo neste período (-3,2 por cento) foi bastante menos expressiva do que até outubro (-6,7 por cento). Relativamente à receita das contribuições para o Regime Geral da Segurança Social observou-se uma ligeira desaceleração face ao verificado até outubro (de 3,3 para 3,1 por cento).

Entre janeiro e novembro de 2014, a despesa primária das administrações públicas⁶ diminuiu 2,4 por cento face a igual período do ano anterior, intensificando a tendência de queda verificada até outubro (-0,9 por cento). De destacar, em particular, a despesa com remunerações certas e permanentes que apresentou uma redução de 2,8 por cento, invertendo o crescimento observado até ao mês anterior. Esta evolução advém, designadamente, do diferente perfil de pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores das administrações públicas em 2013 e 2014. Relativamente à despesa com aquisição de bens e serviços e ao investimento, observaram-se, até novembro, reduções de 3,5 e 31,5 por cento, respetivamente. A despesa com pensões do Regime Geral da Segurança Social aumentou 2,8 por cento, mantendo-se a tendência de desaceleração observada nos três meses anteriores, enquanto a despesa com a generalidade das restantes prestações sociais continuou a decrescer, com destaque para a despesa com o pagamento de subsídios de desemprego e apoio ao emprego, que recuou 17,8 por cento até novembro. Finalmente, a despesa com pensões e abonos da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações aumentou até novembro 1,5 por cento, tendo desacelerado fortemente em comparação com a execução até outubro (8,3 por cento), em virtude do efeito base associado ao pagamento de parte dos subsídios de férias aos pensionistas deste subsistema, em novembro de 2013.

Em novembro, a taxa de variação anual do crédito total ao setor privado não financeiro residente concedido por entidades residentes e não residentes manteve-se

inalterada em -4,2 por cento^{7,8}. Esta evolução tem subjacente uma estabilização da taxa de variação anual do crédito total a sociedades não financeiras (em -3,7 por cento) e uma diminuição marginal da taxa de variação anual do crédito total a particulares (de -4,8 para -4,9 por cento).

Relativamente ao crédito a sociedades não financeiras, observou-se uma estabilização da taxa de variação anual do crédito total a sociedades não financeiras privadas (em -3,1 por cento) e um aumento da taxa de variação anual do crédito total a sociedades não financeiras públicas que não consolidam nas administrações públicas (de -18,1 para -17,6 por cento)^{9,10}. No que se refere ao crédito a particulares, observou-se uma estabilização da taxa de variação anual do crédito total para aquisição de habitação (em -3,8 por cento) e uma diminuição da taxa de variação anual do crédito total para consumo e outros fins (de -6,8 para -7,1 por cento).

Em novembro, a taxa de variação anual dos empréstimos concedidos ao setor não monetário residente (excluindo administrações públicas) por bancos residentes diminuiu de -4,4 para -4,6 por cento¹¹. Esta evolução resulta de uma diminuição, quer da taxa de variação anual dos empréstimos a instituições financeiras não monetárias (de -3,6 para -5,4 por cento), quer da taxa de variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro (de -4,4 para -4,6 por cento). Por seu turno, esta evolução reflete uma diminuição da taxa de variação anual dos empréstimos a sociedades não financeiras (de -5,1 para -5,6 por cento) e um aumento marginal da taxa de variação anual dos empréstimos a particulares (de -4,0 para -3,9 por cento). A taxa de variação dos empréstimos a particulares para aquisição de habitação manteve-se inalterada em -3,9 por cento, enquanto a taxa de variação anual dos empréstimos para consumo e outros fins aumentou de -4,6 para -3,9 por cento.

Em novembro, a taxa de variação em termos homólogos dos depósitos bancários do setor privado não monetário em bancos diminuiu de 2,8 para 2,4 por cento¹². No mesmo sentido, a taxa de variação homóloga dos depósitos de particulares diminuiu de 1,0 para 0,5 por cento.

Em novembro, observou-se uma diminuição da taxa de juro média sobre saldos de empréstimos a sociedades não financeiras, de 4,01 para 3,96 por cento. No que se refere aos empréstimos a particulares, observou-se uma ligeira diminuição da taxa de juro de empréstimos para aquisição de habitação (de 1,46 para 1,43 por cento) e uma

estabilização virtual nos empréstimos para consumo e outros fins (de 8,18 para 8,17 por cento) ¹³. No que diz respeito às operações passivas, a taxa de juro média sobre saldos de depósitos e equiparados com prazo até 2 anos diminuiu 5 p.b., para 1,61 por cento, enquanto a taxa relativa aos depósitos com prazo superior a 2 anos diminuiu 7 p.b., para 2,67 por cento.

Em novembro, a taxa de juro média sobre novas operações de empréstimos a sociedades não financeiras diminuiu face ao observado em outubro (de 4,76 para 4,63 por cento). No que diz respeito à taxa de juro média sobre novas operações de empréstimos a particulares para aquisição de habitação registou-se uma estabilização (em 3,01 por cento). Por seu turno, a taxa de juro de empréstimos a particulares para consumo e outros fins registou um aumento (de 6,90 para 7,21 por cento). Relativamente à taxa de juro sobre novos depósitos a prazo de sociedades não financeiras e particulares, observou-se um ligeiro aumento, passando de 1,02 para 1,05 por cento.

Em dezembro, a taxa de rendibilidade das obrigações do Tesouro com maturidade residual de 10 anos diminuiu 16 p.b. face ao nível observado no final do mês anterior, situando-se em 2,69 por cento. No mesmo período, o diferencial face à taxa de rendibilidade das obrigações alemãs de maturidade comparável permaneceu inalterada em 215 p.b.. No decurso de janeiro, a taxa de rendibilidade da dívida pública portuguesa diminuiu, situando-se em 2,60 por cento no dia 12 deste mês. O diferencial face à taxa de rendibilidade das obrigações alemãs diminuiu para 213 p.b. no mesmo período.

Em dezembro, o índice PSI Geral registou, em valores de fim de período, uma desvalorização de 7,0 por cento relativamente ao mês anterior, tendo acumulado uma desvalorização de 21,2 por cento em termos homólogos. O índice *Dow Jones Euro Stoxx* registou uma desvalorização de 2,7 por cento face ao mês anterior, tendo acumulado uma valorização de 1,4 por cento em termos homólogos. Entre o final de dezembro e o dia 12 de janeiro, o índice bolsista português registou uma desvalorização de 1,9 por cento.

Notas

1. As metodologias destes indicadores podem ser consultadas em "Um novo indicador coincidente para a economia portuguesa", *Boletim Económico Junho 2004* e "Um novo indicador coincidente para o consumo privado em Portugal", *Boletim Económico Outono 2005*. Importa salientar que os indicadores coincidentes mensais calculados pelo Banco de Portugal, por definição, não têm componente irregular

pelo que apresentam um perfil alisado e portanto não se destinam a captar em cada momento do tempo a evolução da taxa de variação homóloga da respetiva variável de referência.

2. Não considera as vendas de veículos automóveis e motocicletos.

3. O comunicado do INE clarifica que o défice agora apurado não inclui qualquer impacto da recapitalização do Novo Banco.

4. Note-se que a evolução da receita da tributação direta do Estado em 2014 se encontra influenciada por duas alterações contabilísticas. Por um lado, a receita de IRS do Estado passou a incluir, em 2014, o valor da transferência para os municípios. Por outro lado, passou a estar registado nesta rubrica o montante correspondente à cobrança da Contribuição sobre o Setor Bancário, que em 2013 se encontrava inscrito nas "outras receitas correntes". Até novembro, o aumento homólogo da receita de impostos diretos corrigida destes efeitos cifra-se em 3,2 por cento.

5. A taxa de crescimento da receita de IRS corrigida do efeito do diferente tratamento da transferência para os municípios situou-se em 6,1 por cento até novembro.

6. Em termos consolidados, i.e., excluindo transferências correntes e de capital para outros subsectores.

7. A informação relativa à evolução do crédito total a sociedades não financeiras públicas que não consolidam nas administrações públicas, encontram-se fortemente afetadas pelas alterações introduzidas pelo SEC 2010.

8. Taxas de variação anual dos saldos em fim de período, numa ótica consolidada, i.e., excluindo operações entre entidades do mesmo setor institucional.

São incluídos empréstimos concedidos, títulos emitidos e créditos comerciais. As séries encontram-se ajustadas de operações de titularização, reclassificações, abatimentos ao ativo e reavaliações cambiais e de preço. Quando relevante, os valores são adicionalmente ajustados do efeito de vendas de carteiras de crédito.

9. As sociedades não financeiras públicas que não consolidam nas administrações públicas estão incluídas no agregado estatístico das sociedades não financeiras e, por conseguinte, no agregado estatístico do setor privado não financeiro.

10. A evolução das taxas de variação de alguns destes agregados de crédito está significativamente afetada pela amortização de uma parcela significativa de empréstimos bancários por parte de algumas empresas públicas que não consolidam nas administrações públicas (CP, Carris e STCP) realizada em abril de 2014.

11. As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos a residentes concedidos por bancos residentes, em fim de mês, ajustados de operações de titularização e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao ativo e reavaliações cambiais e de preço. Quando relevante, os valores são adicionalmente ajustados do efeito de vendas de carteiras de crédito.

12. Inclui depósitos de residentes e de não residentes e exclui depósitos e equiparados com prazo acordado superior a 2 anos de outros intermediários financeiros e auxiliares financeiros residentes.

13. As taxas de juro são calculadas como médias de taxas de juro de empréstimos e depósitos de instituições financeiras monetárias (IFM) denominados em euros, face a residentes da área do euro, para cada setor e/ou finalidade, em cada classe de prazo contratual, ponderadas pelos respetivos montantes em dívida em final de mês.

PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA PORTUGUESA 2015 - 2017

Projeções para a economia portuguesa. 2015-2017

As projeções para a economia portuguesa em 2015-2017 apontam para uma recuperação gradual da atividade ao longo do horizonte de projeção. Após um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 0,9 por cento em 2014, projeta-se um crescimento de 1,7 por cento para 2015, seguido de uma aceleração para 1,9 por cento em 2016 e 2,0 por cento em 2017. Ao longo do horizonte de projeção, a economia portuguesa apresenta um ritmo de crescimento próximo do projetado para a área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

A evolução da atividade económica ao longo do horizonte de projeção traduz, em larga medida, uma aceleração sustentada das exportações, que contribui para a manutenção de um excedente da balança corrente e de capital em níveis historicamente elevados.

A procura interna apresenta um crescimento moderado, que se mantém condicionado pela necessidade de continuação do processo de consolidação orçamental e pelos elevados níveis de endividamento do setor privado. Adicionalmente, projeta-se ao longo do período 2015-2017 uma aceleração moderada do emprego e uma diminuição progressiva da taxa de desemprego. Num quadro de reduzidas pressões inflacionistas, a inflação deverá permanecer em níveis baixos, aumentando ao longo do horizonte de projeção.

Fonte: Banco de Portugal.

Notas: (p) – projetado, p.p. – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a)

Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2005. Para mais informações, ver a Caixa "O papel da procura interna e das exportações para a evolução da atividade económica em Portugal", Boletim Económico de junho de 2014.

Recuperação da procura interna a par de crescimento das exportações em 2014

Após três anos de quedas consecutivas, registou-se um aumento de 0,9 por cento do nível de atividade económica em 2014, dando continuidade à trajetória de recuperação gradual iniciada em 2013. Esta evolução traduziu-se numa relativa estabilização do nível da atividade no primeiro semestre de 2014, seguida de um aumento no segundo semestre do ano.

A atividade económica em 2014 foi caracterizada por uma recuperação da procura interna, após quedas consecutivas desde 2011. Esta recuperação refletiu o aumento do consumo privado, em linha com o rendimento disponível real, e da formação bruta de capital fixo (FBCF), nomeadamente da componente empresarial. Esta trajetória de recuperação manteve-se, de acordo com a informação mais recente de conjuntura, no início de 2015. O consumo público, por seu lado, voltou a diminuir em 2014, no quadro da continuação do processo de consolidação orçamental. Em 2014, as exportações registaram um crescimento inferior ao de 2013, abaixo do crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa. Esta evolução foi condicionada pela forte diminuição das exportações de bens energéticos, influenciada pelo encerramento temporário de uma unidade de refinação no primeiro trimestre de 2014, que também se refletiu numa acumulação significativa de existências nesse período.

O crescimento das exportações, num contexto de melhoria dos termos de troca, contribuiu para a manutenção de excedentes no saldo da balança corrente e de capital e da balança de bens e serviços (2,1 e 1,1 por cento do PIB, respetivamente).

Em 2014, o crescimento da atividade económica foi acompanhado por um aumento do emprego, que inverteu uma tendência de queda registada desde 2009. Esta evolução refletiu o aumento do emprego no setor privado, tendo o emprego no setor público continuado a diminuir. No mesmo período, a taxa de desemprego diminuiu de uma forma marcada (-2,3 pontos percentuais (p.p.)), mantendo-se contudo em níveis elevados (13,9 por cento). Num quadro de moderação salarial e de pressões externas descendentes sobre os preços, o índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) diminuiu 0,2 por cento em 2014, após um aumento de 0,4 por cento em 2013, refletindo uma queda mais acentuada dos preços dos bens energéticos a par de uma desaceleração dos preços dos bens não energéticos e dos serviços.

Aceleração da atividade económica ao longo do horizonte de projeção

A projeção para a economia portuguesa considera a informação disponível até meados de março de 2015 e tem subjacente um conjunto de hipóteses de enquadramento análogo ao do exercício de projeção do BCE.

As principais hipóteses técnicas de enquadramento do exercício de projeção para a economia portuguesa, que refletem *inter alia* a informação subjacente às últimas projeções do BCE. Estas projeções já incorporam o impacto na área do euro das medidas de expansão monetária recentemente adotadas pelo BCE, quer em termos da atividade real, quer em termos da evolução dos preços.

No que diz respeito à evolução do comércio internacional, as atuais hipóteses traduzem uma recuperação do comércio a nível global, mais acentuada do que a projetada no *Boletim Económico* de dezembro. Não obstante, o dinamismo do comércio internacional deverá permanecer inferior ao observado antes da crise financeira global. Neste contexto, a procura externa dirigida à economia portuguesa deverá acelerar ao longo do horizonte de projeção, sendo esta evolução comum à procura proveniente da área do euro e dos mercados fora da área.

A evolução assumida para a taxa EURIBOR a três meses tem por base as expectativas implícitas nos contratos de futuros. Estes contratos apontam para a manutenção da taxa de juro de curto prazo em valores historicamente baixos ao longo do horizonte de projeção. A hipótese para a taxa de juro de longo prazo da dívida pública portuguesa baseia-se numa estimativa da taxa de juro implícita na dívida pública, que inclui uma hipótese para a taxa de juro associada às novas emissões.

Esta encontra-se fortemente influenciada pelo programa de expansão monetária em curso por parte do BCE.

A hipótese técnica para as taxas de câmbio pressupõe a manutenção ao longo do horizonte de projeção dos níveis médios observados nas duas semanas anteriores à data de fecho da informação. Em termos médios anuais, esta hipótese técnica para as taxas de câmbio implica uma depreciação acentuada do euro em 2015 (em termos nominais efetivos e face ao dólar), significativamente mais acentuada do que a considerada no *Boletim Económico* de dezembro.

No caso do preço do petróleo, a hipótese técnica assenta na informação implícita nos mercados de futuros. Esta informação aponta para uma forte redução do preço do petróleo em 2015, quer em dólares, quer em euros, que é mais pronunciada do que a redução assumida no *Boletim Económico* de dezembro. Para 2016 e 2017 é esperado um aumento do preço do petróleo, mantendo-se, no entanto, em níveis inferiores aos observados em 2014.

As projeções de finanças públicas seguem a regra utilizada no âmbito dos exercícios do Eurosistema, incorporando apenas as medidas de política já aprovadas ou com elevada probabilidade de aprovação, e especificadas com detalhe suficiente. Deste modo, à semelhança do considerado no *Boletim Económico* de dezembro, este

exercício incorpora as medidas incluídas no Orçamento do Estado para 2015, refletindo também as decisões do Tribunal Constitucional de maio e agosto passados. Relativamente ao consumo público em termos reais, a atual estimativa aponta para uma diminuição de 0,7 por cento em 2014. Este valor tem subjacente a hipótese de uma redução significativa do número de funcionários públicos (-3,7 por cento em média anual), cujo efeito é atenuado pelo efeito desfasado do aumento do horário normal de trabalho na função pública a partir do final de setembro de 2013. Relativamente à despesa em bens e serviços, estima-se um aumento em termos reais resultante, em larga medida, da subida acentuada da despesa com concessões no âmbito de parcerias público-privadas relativas ao setor rodoviário. Para 2015 é projetada uma diminuição do consumo público real semelhante à do ano anterior, que decorre de um decréscimo adicional do emprego nas administrações públicas, embora menos marcado que em 2014, contrabalançado em parte pela manutenção de uma variação positiva na despesa em bens e serviços. Na ausência de medidas especificadas, o consumo público real apresenta uma variação ligeiramente positiva em 2016 e nula em 2017. Quanto ao deflator do consumo público, é de salientar que a atual projeção incorpora o impacto do pagamento das indemnizações relativas a rescisões por mútuo acordo em 2014 e a reversão do corte de salários de 2011, que se encontra em vigor desde meados de setembro de 2014, em 20 por cento em 2015 e no remanescente em 2016.

No que respeita ao investimento público, a atual estimativa para 2014 aponta para que este tenha sido o quarto ano consecutivo de queda nesta rubrica. Uma vez que a execução de 2014 ficou aquém do orçamentado e esteve associada a uma diminuição forte das transferências provenientes de fundos comunitários, é projetada uma recuperação do investimento público em 2015 e a sua estabilização em rácio do PIB em 2016 e 2017.

As atuais projeções apontam para um crescimento sustentado do PIB no período 2015-2017. No final de 2017, o nível do PIB deverá situar-se próximo do registado antes do início da crise financeira internacional. À semelhança do verificado no período mais recente, a evolução do PIB continuará a refletir uma transferência de recursos produtivos dos setores não transacionáveis para os setores transacionáveis, uma das características mais salientes do processo de recuperação recente da economia portuguesa, associada a um forte crescimento das exportações.

Manutenção da tendência de recomposição do crescimento do PIB

Para 2015, projeta-se uma aceleração do rendimento disponível real das famílias, associada em larga medida ao efeito positivo no rendimento dos pensionistas da

eliminação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade. O rendimento disponível real aumenta ao longo do horizonte de projeção, num quadro de recuperação do emprego, de moderação salarial no setor privado e de aceleração dos preços no consumidor. A evolução do consumo privado está aproximadamente em linha com a evolução do rendimento disponível real. A atual projeção tem implícita uma relativa estabilização da taxa de poupança ao longo do horizonte de projeção, num nível superior ao valor médio observado desde o início da área do euro. Esta evolução é compatível com a continuação da redução do endividamento dos particulares em percentagem do rendimento disponível ao longo do horizonte de projeção.

Em termos de composição do consumo, projeta-se uma aceleração do consumo de bens não duradouros em 2015, seguida de um crescimento em 2016 e 2017 em linha com o crescimento do rendimento disponível real. Após o elevado crescimento em 2014, decorrente em parte de compras adiadas durante o período de recessão por motivos de precaução, antecipa-se uma desaceleração do consumo de bens duradouros em 2015 e 2016. Para 2017 projeta-se a manutenção de um crescimento relativamente semelhante ao do ano anterior, em linha com a elasticidade habitual de curto prazo face ao rendimento disponível real.

A FBCF deverá acelerar ao longo do horizonte de projeção. Não obstante, os níveis de investimento em percentagem do PIB continuarão a situar-se muito abaixo do observado nas últimas décadas, em particular no que se refere ao investimento público e ao investimento residencial. O fraco dinamismo da FBCF é uma característica comum à área do euro e constitui um dos fatores explicativos da atual recuperação mais moderada face a anteriores ciclos económicos.

Relativamente ao investimento residencial, e após uma queda mais moderada em 2014, projeta-se um aumento a partir de 2015, com uma trajetória de aceleração gradual ao longo do horizonte de projeção. Esta evolução enquadra-se num cenário de aumento do rendimento disponível das famílias, de alguma melhoria das condições de financiamento, em particular via redução das taxas de juro ativas, e de um desagravamento da situação no mercado de trabalho, antecipando-se uma redução gradual da taxa de desemprego.

A FBCF empresarial deverá aumentar de forma robusta ao longo do horizonte de projeção. A evolução desta componente reflete *inter alia* a conjugação de vários fatores: perspetivas mais favoráveis de procura, quer interna quer externa; a necessidade de renovação do *stock* de capital, após um longo período de redução do investimento; a tendência de aumento na utilização da capacidade produtiva no setor da indústria transformadora e dos serviços; e, finalmente, alguma melhoria nas condições de financiamento, favorecidas pelas mais recentes decisões de política

monetária não convencional do BCE. A evolução projetada para este agregado é compatível com a redução do nível de endividamento das sociedades não financeiras em percentagem do PIB ao longo do horizonte de projeção.

Num contexto de aceleração do comércio a nível mundial, as exportações deverão acelerar em 2015, mantendo um crescimento robusto ao longo do horizonte de projeção, acima de 5 por cento em média. O crescimento robusto das exportações é comum quer à componente de bens quer à componente de serviços, destacando-se neste último caso as exportações de turismo.

A aceleração das exportações em 2015 é impulsionada, em larga medida, pela reversão, na segunda metade de 2014, da forte diminuição das exportações de bens energéticos ocorrida na primeira metade desse ano, bem como pela forte depreciação do euro. Em sentido contrário, o efeito da queda do preço do petróleo na atividade em Angola terá implicações negativas sobre as exportações de bens.

Globalmente, estes fatores traduzem-se numa estabilização da quota de mercado em 2015. Em 2016 e 2017, a manutenção de um crescimento robusto das exportações reflete em larga medida a evolução da procura externa dirigida à economia portuguesa, projetando-se adicionalmente um ligeiro aumento da quota de mercado.

A evolução projetada para as importações traduz a elasticidade habitual desta componente face à evolução da procura global ponderada por conteúdos importados, o que implica um aumento da penetração de importações no horizonte de projeção, em linha com a sua evolução histórica. Esta evolução traduz-se numa desaceleração das importações em 2015, após um elevado crescimento em 2014 que resultou do maior dinamismo de componentes da despesa com elevado conteúdo importado, como a variação de existência e o investimento empresarial.

Manutenção de capacidade de financiamento da economia portuguesa

De acordo com as atuais projeções, antecipa-se a continuação do processo de ajustamento dos desequilíbrios externos acumulados na economia portuguesa, com a manutenção da capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital. Ao longo do horizonte de projeção, a evolução da capacidade de financiamento da economia resulta da conjugação de um aumento da taxa de poupança da economia com um aumento da taxa de investimento. Para 2015, projeta-se um aumento do excedente da balança corrente e de capital para 3,3 por cento do PIB, refletindo essencialmente o aumento do excedente da balança de bens e serviços. Esta evolução está associada ao forte dinamismo das exportações, superior ao aumento das importações, a par de um efeito favorável de termos de troca, muito influenciado pela diminuição do preço do petróleo em euros. Por seu turno,

projeta-se um aumento do défice da balança de rendimento primário, tendo em conta expectativas de menores transferências de alguns fundos estruturais da União Europeia, segundo a informação contida no Orçamento do Estado para 2015. Para 2016 e 2017 projeta-se uma relativa estabilização do excedente da balança corrente e de capital, influenciada pela manutenção do elevado dinamismo das exportações.

Aumento moderado dos preços ao longo do horizonte de projeção

Ao longo do horizonte de projeção, a inflação deverá permanecer em níveis reduzidos, projetando-se uma aceleração moderada dos preços, em linha com a recuperação da atividade económica. Para 2015 projeta-se uma virtual estabilização do IHPC, em termos médios anuais, seguindo-se um aumento de cerca de 1 por cento nos dois anos seguintes.

A recuperação moderada da economia internacional e da economia portuguesa contribuem para pressões ascendentes (internas e externas) sobre os preços, embora moderadas, ao longo do horizonte de projeção. Este cenário determina um crescimento dos preços dos serviços e dos bens não energéticos em 2015- 2017. A componente energética do IHPC diminui significativamente em 2015 e aumenta de forma contida nos dois anos seguintes, refletindo sobretudo as hipóteses sobre a evolução do preço do petróleo em euros (Caixa "Hipóteses do exercício de projeção"). Estas projeções incorporam o impacto sobre a inflação na área do euro das medidas de política monetária não convencionais recentemente adotadas pelo BCE, tal como assumido nas hipóteses de enquadramento internacional deste exercício.

Estas medidas deverão contribuir para manter ancoradas as expectativas de inflação na área do euro no médio e longo prazo.

Projeção para o crescimento do PIB revista em alta face ao *Boletim Económico* de dezembro de 2014

O crescimento observado do PIB para 2014 corresponde ao crescimento projetado no anterior *Boletim Económico*, havendo uma ligeira alteração de composição, com a procura interna a ser revista em baixa e as exportações a serem revistas em alta. Para 2015 e 2016, a projeção para o crescimento do PIB foi revista em alta (0,2 e 0,3 p.p., respetivamente). A atual projeção considera uma evolução mais favorável das exportações, em linha com a revisão das hipóteses relativas à procura externa dirigida à economia portuguesa e à taxa de câmbio do euro. A revisão em alta da atividade económica contempla igualmente um maior dinamismo da procura interna, associado nomeadamente à revisão em baixa do preço do petróleo.

As projeções para a inflação divulgadas no *Boletim Económico* de dezembro de 2014 foram marginalmente revistas em baixa em 2014 (-0,1 p.p.), havendo uma revisão em baixa de 0,5 p.p. em 2015, refletindo essencialmente a forte revisão em baixa das hipóteses relativas à evolução do preço do petróleo. A projeção para o crescimento do IHPC em 2016 foi marginalmente revista em alta.

Riscos equilibrados para a atividade económica e para a inflação

As projeções apresentadas constituem o cenário que é considerado mais provável, condicional no conjunto de hipóteses descrito na Caixa “Hipóteses do exercício de projeção”. Face a este cenário de base, consideram-se riscos equilibrados para a atividade económica, que resultam da conjugação de riscos ascendentes e descendentes. No que se refere aos riscos descendentes, importa sublinhar a possibilidade de um menor crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa, associada a uma recuperação económica mais moderada nomeadamente na área do euro, a eventual necessidade de medidas adicionais para a continuação do processo de consolidação orçamental, bem como o risco de recrudescimento de tensões geopolíticas e nos mercados de dívida soberana. No que se refere aos riscos ascendentes, refira-se o eventual impacto favorável das reformas estruturais, quer nas exportações quer no investimento, a possibilidade de depreciação adicional do euro com a plena implementação das medidas de política monetária não convencional do BCE, e o risco de um maior aumento do consumo, num quadro de diminuição da poupança por motivos de precaução.

Em relação aos preços no consumidor, considera-se que os riscos se encontram equilibrados.

Os riscos descendentes associados a uma menor procura (externa e interna) e à manutenção de expectativas de inflação abaixo do objetivo de estabilidade de preços do BCE são globalmente compensados pelos riscos ascendentes associados a uma maior depreciação do euro.

Necessidade de aprofundamento do processo de reformas estruturais

A projeção para o período 2015-2017 aponta para uma recuperação gradual da economia portuguesa, antecipando-se um ritmo médio de crescimento próximo do projetado para a área do euro. O crescimento da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurado pela evolução das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, num quadro de manutenção de uma significativa capacidade líquida de financiamento externo. O maior crescimento nominal do PIB e a redução da taxa de juro implícita da dívida, em conjugação com o

excedente primário que se verifica desde 2013, contribuirão para uma redução da dívida pública a partir de 2015.

O potencial de crescimento da economia portuguesa está, no entanto, condicionado pela evolução da conjuntura internacional, pelo elevado nível de endividamento dos setores público e privado, bem como pela expectável evolução adversa em termos demográficos.

Por seu turno, o processo de reestruturação produtiva observada ao longo dos últimos anos, a gradual reorientação dos recursos para os setores mais produtivos e mais expostos ao exterior, bem como a contínua melhoria do capital humano incorporado no processo produtivo constituem dinâmicas que tenderão a favorecer um crescimento estrutural da produtividade total dos fatores no futuro. Neste quadro, a continuação do processo de reformas estruturais é indispensável para promover uma melhor afetação de recursos e os consequentes ganhos de produtividade, contribuindo sustentadamente para níveis mais elevados de crescimento económico em Portugal.

EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

INFORMAÇÃO DE GESTÃO

RECEITA	PREVISTA ANUAL	LIQUIDADADA	TX.REAL.	RECEBIDA	TX.REAL.
CORRENTE	6.990.000,00	6.467.853,69	92.53	6.971.226,67	99.73
CAPITAL	1.979.000,00	1.261.601,69	63.75	887.273,43	44.83
OUTRAS	2.485.625,89	2.487.445,86	100.07	2.487.445,86	100.07
TOTAL	11.454.625,89	10.216.901,24	89.19	10.345.945,96	90.32

DESPESA	PREVISTA ANUAL	COMPROMETIDA	TX.REAL.	PAGA	TX.REAL.
CORRENTES	7.815.625,89	7.337.090,02	93.88	7.162.329,71	91.64
CAPITAL	3.639.000,00	1.463.806,13	40.23	1.164.479,92	32.00
TOTAL	11.454.625,89	8.800.896,15	76.83	8.326.809,63	72.69

SALDO DE TESOURARIA ORÇAMENTAL	DO ANO	ACUMULADO
RECEBIDA - PAGA	2.019.136,33	4.503.762,22

SALDO CONTABILISTICO	DO ANO	ACUMULADO
LIQUIDADADA - COMPROMETIDA	1.416.005,09	3.900.630,98

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NAO PAGOS	474.086,52
------------------------------------	------------

FACT. EM RECEÇÃO E CONFERÊNCIA	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	0	0	0

TOTAL DE FACTURAS POR PAGAR	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	56.856,16	661.696,14	718.552,30

TOTAL DE FACTURAS POR VENCIMENTO	VENCIDAS	A 30 DIAS	SUPERIOR
	82.271,72	73.116,73	563.163,85

EMPRESTIMOS OBTIDOS	SALDO INICAL	DEBITOS DO ANO	CREDITOS DO ANO	SALDO FINAL
A CURTO PRAZO	0	0	0	0
A LONGO E MEDIO PRAZO	475.240,60	100.453,48		374.787,12

ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Pretende-se, neste capítulo proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental e patrimonial de 2014, nomeadamente, no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais variáveis.

Quadro – IV RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (TRIÉNIO 2012/2014)

Un. Euros

ANO	NATUREZA a)	RECEITAS			DESPESAS		
		Previstas b)	Cobradas c)	Taxa exec.	Previstas b)	Pagas	Taxa exec.
1	2	3	4	5-(4/3*100)	6	7	8-(7/6*100)
2012	Saldo inicial	2 613 352	2 613 352	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000	1 020	102,00			
	Correntes	6 292 400	5 898 196	93,74	7 915 752	6 718 606	84,88
	Capital	5 484 576	3 167 916	57,76	6 475 576	2 016 075	31,13
	Total	14 391 328	11 680 484	81,16	14 391 328	8 734 681	60,69
2013	Saldo inicial	2 945 688	2 945 688	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000	1 020	102,00			
	Correntes	5 869 388	5 962 285	101,58	8 475 888	7 279 341	85,88
	Capital	4 874 463	1 767 869	36,27	5 214 651	912 895	17,51
	Total	13 690 539	10 676 862	77,99	13 690 539	8 192 236	59,84
2014	Saldo inicial	2 484 626	2 484 626	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000	2 820	282,00			
	Correntes	6 990 000	6 971 227	99,73	7 815 626	7 162 330	91,64
	Capital	1 979 000	887 273	44,83	3 639 000	1 164 480	32,00
	Total	11 454 626	10 345 946	90,32	11 454 626	8 326 810	72,69

OBSERVAÇÕES.

a) As receitas e despesas orçamentais encontram-se desagregadas, nos mapas constantes dos Anexos seguintes, de acordo com os capítulos da classificação económica.

b) No orçamento final modificado.

c) Receita cobrada bruta.

RECEITAS

O total geral da receita cobrada pelo Município de Redondo apresenta o montante de 7.858.500,10€ (87,5% de execução), dos quais 6.971.226,67€ correspondem a receitas correntes (88,7% do total da receita), 887.273,43€ correspondem a receitas de capital (11,3% do total da receita).

Quadro – V

**TAXAS DE EXECUÇÃO ANUAL DA RECEITA
NO TRIÊNIO DE 2012/20124**

RUBRICAS	PREVISÃO / EXECUÇÃO		
	2012	2013	2014
Saldo inicial	100,0%	100,0%	100,0%
Reposições não Abat. aos Pag.tos	102,0%	102,0%	282,0%
Receita Corrente	93,7%	101,6%	99,7%
Receita de Capital	57,8%	36,3%	44,8%
Receita Total Disponível	81,2%	78,0%	90,3%

A execução orçamental da receita atingiu os 87,5%, relativamente à receita cobrada bruta.

RECEITAS CORRENTES

Para a estrutura das receitas correntes, são as transferências correntes que maior peso detém, com 65,9% (4.594.507,99€), seguindo-se os impostos diretos com 12,6% (878.539,49€) a venda de bens e serviços correntes com 11,2% (780.011,30€), e os rendimentos de propriedade com 7,0%, (486.294,08€).

RECEITAS DE CAPITAL

No que diz respeito à estrutura das receitas de capital, 864.623,09€ correspondem a transferências de capital (97,5%) e 20974,34€ correspondem a venda de bens de investimento (2,36%).

DESPESA

O total geral da despesa paga pelo Município de Redondo apresenta o montante 8.326.809,63€, dos quais 7.162.329,71€ são despesas correntes (86,2% do total da despesa) e 1.164.479,92,€ são despesas de capital (14,0% do total da despesa).

DESPESAS CORRENTES

Para a estrutura das despesas correntes, são as despesas com pessoal que maior peso detém com 56,3% (4.030.275,11€), seguindo-se as despesas com aquisição de bens e serviços com 32,4% (2.318.308,97€).

DESPESAS DE CAPITAL

Para a estrutura das despesas de capital são as aquisições de bens que maior peso detém com 90,8% (1.057.822,15€) seguindo-se a rubrica de passivos financeiros com 8,6% (100.453,48€).

SALDO ORÇAMENTAL E SALDO DA GERÊNCIA

Do confronto de Receitas e Despesas realizadas, resultou um saldo orçamental de (-465.490,00€) e um saldo de gerência de 2.019.136,33€, que transitará para a gerência seguinte.

ÓTICA ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

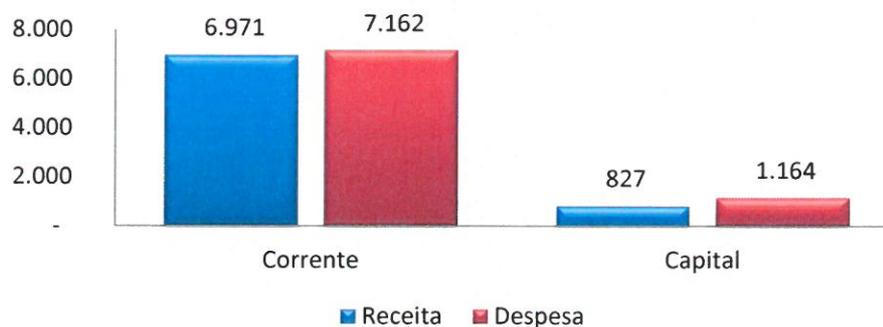
A execução orçamental da despesa atingiu os 72,7%.

Quadro – VI

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA MUNICIPAL – TRIÊNIO DE 2012/2014

RUBRICAS	VALORES ABSOLUTOS (Euros) (execução)			TAXA DE VARIAÇÃO (evolução da execução)	
	2012	2013	2014	2012/2013	2013/2014
1 - Saldo inicial	2 613 352	2 945 688	2 484 626	12,72%	-15,65%
2 - Reposições não Abat. aos Pag.tos	1 020	1 020	2 820	0,00%	176,47%
3 - Receita Corrente	5 898 196	5 962 285	6 971 227	1,09%	16,92%
4 - Despesa Corrente	6 718 606	7 279 341	7 162 330	8,35%	-1,61%
5 - Receita de Capital	3 167 916	1 767 869	887 273	-44,19%	-49,81%
6 - Despesa de Capital	2 016 075	912 895	1 164 480	-54,72%	27,56%
7 - Receita Total Disponível (1+2+3+5)	11 680 484	10 676 862	10 345 946	-8,59%	-3,10%
8 - Despesa Total (4+6)	8 734 681	8 192 236	8 326 810	-6,21%	1,64%

Gráfico III



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Neste ponto tratamos da execução do Plano Plurianual de Investimentos, que fornece informação sobre a execução financeira dos projetos, reportada a 31 de dezembro de cada ano. O PPI deve ser organizado e estruturado por objetivos, programas, projetos e, eventualmente, ações e elaborado numa base móvel de 4 anos. Assim, O PPI elaborado em 2013 correspondeu ao quadriênio de 2014 a 2017 e reflete os consumos financeiros dos projetos iniciados em 2014, com percussões financeiras e de tesouraria, nesse ano ou em anos subsequentes. Traduzem, ainda, os gastos monetários de projetos iniciados em anos económicos anteriores mas, cuja execução material e ou financeira se projeta em 2014 ou mesmo para além desta data. Com esta informação é possível determinar os projetos/ações que se concluem no ano económico em apreço, e quais os que continuam nos anos seguintes, bem como qual o montante total despendido em cada projeto/ação, já iniciado ou a iniciar, neste caso, em 2014.

Na medida em que o Plano Plurianual de Investimentos é elaborado de acordo com a classificação funcional (Ponto 10.1 do POCAL), isso permite analisar as principais divisões de despesas. Em primeiro lugar, as **funções gerais**, que dizem respeito à administração geral, proteção civil. Em segundo lugar, as **funções sociais** dizem respeito à educação, saúde, ação social, habitação, serviços coletivos (incluindo ordenamento do território, saneamento e abastecimento de água), cultura e desporto. Em terceiro lugar, as **funções económicas** de investimentos em agricultura, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo. Por último, as **outras funções** que agrupam as operações da dívida autárquica e as transferências entre administrações. O Quadro seguinte mostra essa distribuição global, revelando os valores percentuais para apreender a importância relativa de cada uma das quatro grandes categorias.

O quadro abaixo sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI.

Importa enfatizar o desempenho global na ordem dos 25,15% da dotação total com uma despesa correspondente na ordem dos 1.064 mil de euros, em 2013 o PPI teve uma execução de 815 mil euros, 12,6% da dotação total.

INVESTIMENTOS POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – VII
(Valores em euros)

OBJ PROG	DESCRIÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC.	EXEC.
		ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	FINANC	FINANC
								ANUAL	GLOBAL
							% (a)	% (b)	
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	600.016,52	197.497,18	797.513,70	0	235.800,61	235.800,61	39,3	29,57
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	30.000,00	0	30.000,00	0	0	0	0	0
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	41.000,00	0	41.000,00	0	2.027,81	2.027,81	4,95	4,95
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	89.000,00	0	89.000,00	0	810,86	810,86	0,91	0,91
2.4.1.	HABITAÇÃO	16.000,00	0	16.000,00	0	3.639,65	3.639,65	22,75	22,75
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	228.000,00	150.000,00	378.000,00	0	2.743,98	2.743,98	1,2	0,73
2.4.3.	SANEAMENTO	63.000,00	115.000,00	178.000,00	0	13.120,15	13.120,15	20,83	7,37
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	85.000,00	50.000,00	135.000,00	0	26.874,43	26.874,43	31,62	19,91
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	21.000,00	0	21.000,00	0	7.476,92	7.476,92	35,6	35,6
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	103.000,00	0	103.000,00	0	32.508,80	32.508,80	31,56	31,56
2.5.1.	CULTURA	141.000,00	0	141.000,00	0	5.793,67	5.793,67	4,11	4,11
2.5.2.	DESPORTO RECREIO E LAZER	126.000,00	0	126.000,00	0	53.809,60	53.809,60	42,71	42,71
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	18.000,00	0	18.000,00	0	4.962,08	4.962,08	27,57	27,57
3.1.1.	CAMINHOS AGRÍCOLAS	75.000,00	0	75.000,00	0	25.834,45	25.834,45	34,45	34,45
3.2.1.	INDÚSTRIA	270.000,00	0	270.000,00	0	216.673,70	216.673,70	80,25	80,25
3.2.2.	ENERGIA	8.000,00	0	8.000,00	0	0	0	0	0
3.3.1.	TRANSPORTE RODOVIÁRIOS	1.408.000,00	181.252,82	1.589.252,82	0	431.838,91	431.838,91	30,67	27,17
3.3.4.	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	10.000,00	0	10.000,00	0	0	0	0	0
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	67.683,48	0	67.683,48	0	110,82	110,82	0,16	0,16
3.4.2.	TURISMO	115.000,00	0	115.000,00	0	0	0	0	0
4.2.1.	RELAÇÕES COM OUTRAS ESTRUTURAS	23.000,00	0	23.000,00	0	0	0	0	0
	TOTAL GERAL ...	3.537.700,00	693.750,00	4.231.450,00	0	1.064.026,44	1.064.026,44	30,08%	25,15%

De seguida, apresenta-se uma análise do investimento de 2012, 2013 e 2014:

Quadro – VIII

(Valores em Euros e arredondados)

INVESTIMENTOS		ANOS			2012/2013	2013/2014
Aquisição de bens de capital		2012	2013	2014	(%)	(%)
70101	TERRENOS	59.400	102.356	21.783	72,32%	-78,72%
70102	HABITAÇÕES	223.985	12.362	3.640	-94,48%	-70,56%
70103	EDIFÍCIOS	174.317	65.422	83.335	-62,47%	27,38%
70104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	171.563	89.454	239.919	-47,86%	168,20%
70106	MATERIAL DE TRANSPORTES	41.768	188.977	144.005	352,44%	-23,80%
70107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	21.790	22.594	5.518	3,69%	-75,58%
70108	SOFTWARE INFORMÁTICO	55.345	85.609	18.630	54,68%	-78,24%
70109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	3.616	1.212	1.417	-66,48%	16,91%
70110	EQUIPAMENTO BÁSICO	18.445	22.859	26.440	23,93%	15,67%
70111	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	872	1.655	923	89,79%	-44,22%
70112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0	4.850	0	0,00%	-100,00%
70113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	0	0	0	0,00%	0,00%
70115	OUTROS INVESTIMENTOS	300	22.252	524	7317,33%	-97,65%
70205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	0	0	0	0,00%	0,00%
70207	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO- LOCAÇÃO FINANCEIRA	0	0	10.552	0,00%	0,00%
70301	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0	0	0	0,00%	0,00%
70303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	992.597	186.517	501.137	-81,21%	168,68%
70305	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	0	0	0	0,00%	0,00%
70306	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0	0	0	0,00%	0,00%
TOTAL DA RUBRICA		3.818.347	1.766.011	808.132		
VARIAÇÃO TOTAL (Euros)			-2.052.336	-957.879		
VARIAÇÃO TOTAL (%)			-116%	-54%		

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

Quadro – IX

(Valores em Euros)

TRANSFERÊNCIAS	TOTAL			Δ	Δ
	2012	2013	2014	12/13	13/14
Administrações públicas					
<i>Orçamento de Estado</i>					
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro					
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente	2.768.249,00	2.768.249,00	3.727.275,00	0,00%	34,64%
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Capital	1.490.595,00	1.490.595,00	414.142,00	0,00%	-72,22%
Fundo Social Municipal	106.592,00	106.592,00	106.592,00	0,00%	0,00%
Participação Fixa no IRS	119.197,00	119.197,00	113.074,00	0,00%	-5,14%
Outros	215.808,01	175.533,82	243.261,12	-18,66%	38,58%
Estado-Particip. Comunitária proj. Co-Financiados	1.615.350,43	413.993,10	450.481,09	-74,37%	8,81%
Serviços e fundos autónomos	170.069,13	308.692,85	285.980,67	81,51%	-7,36%
Administração Local	81.235,22	49.220,69	118.325,20	-39,41%	140,40%
TOTAIS	6.567.096 €	5.432.073 €	5.459.131 €	-17,28%	0,50%

RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS CORRENTES DE CAPITAL

Nos subcapítulos seguintes é feita uma análise da estrutura das receitas e das despesas e, de certa forma, é feita também uma análise da relação entre as despesas e receitas correntes e de capital.

No entanto, para uma melhor leitura dos dados, apresenta-se uma seguinte análise da relação entre receitas e despesas de capital e correntes.

**CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE E EM SENTIDO
SUBSTANCIAL**

Quadro – X

Un. Euros

ANO	NATUREZA	SALDO ORÇAMENTAL INICIAL/RECEITAS COBRADAS	DESPESAS PAGAS	EQUILÍBRIO CORRENTE (execução orçamental)		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO a)	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL SUBSTANCIAL	
				Valor Absoluto	Valor Relativo		EXECUÇÃO AUTÓNOMA DO ANO DO ANO b)	EXECUÇÃO GLOBAL NO ANO ANO c)
1	2	3	4	5-3-4	6-3/4*100	7	8-(3) / (4+(7-7 ANO N-1))*100	9-(3) / (4+7)*100
2012	Saldo orçamental inicial	2 613 352						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 020						
	Correntes	5 898 196	6 718 606	- 820 410	87,79%	163 863	131,26	131,26
	Capital	3 167 916	2 016 075					
	Total	11 680 484	8 734 681					
2013	Saldo orçamental inicial	2 945 688						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 020						
	Correntes	5 962 285	7 279 341	- 1 317 056	81,91%	157 053	130,44	127,88
	Capital	1 767 869	912 895					
	Total	10 676 862	8 192 236					
2014	Saldo orçamental inicial	2 484 626						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	2 820						
	Correntes	6 971 227	7 162 330	- 191 103	97,33%	231 012	123,15	120,89
	Capital	887 273	1 164 480					
	Total	10 345 946	8 326 810					

OBSERVAÇÕES.

a) Na coluna relativa à "Outras Dívidas a Terceiros de Curto Prazo" não são considerados os valores das operações de tesouraria e as cauções e garantias em numerário de fornecedores.

b) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais assumidas e realizadas em cada ano pelas receitas disponíveis no mesmo ano. Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + (Diferença entre o valor das "Outras dívidas a terceiros" no fim e início do ano)).

c) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais totais pelas receitas disponíveis no ano. Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + Outras dívidas a terceiros no final do exercício)).

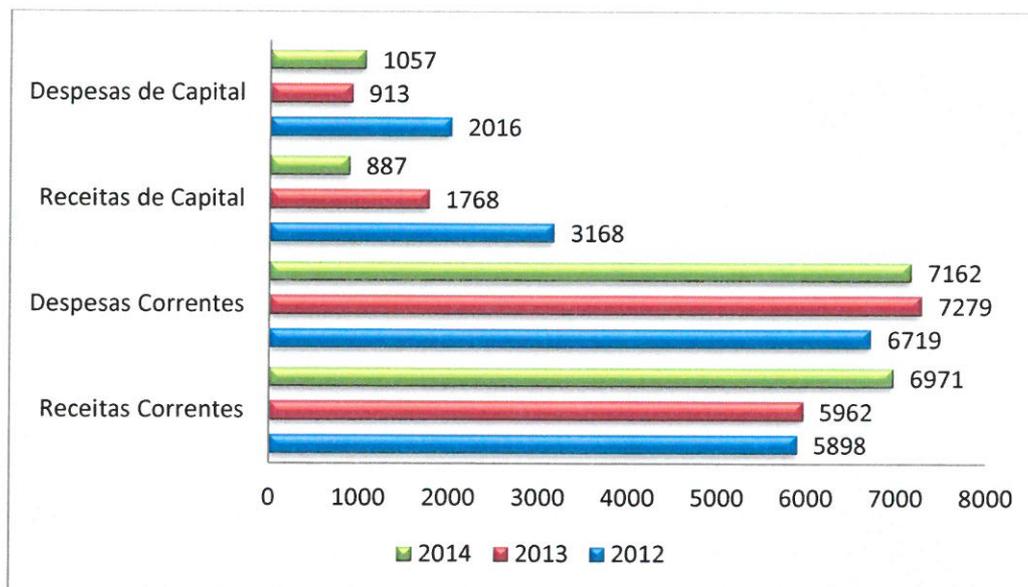
Quadro – XI
Equilíbrio Efetivo

RELAÇÃO RECEITA / DESPESA	2012	2013	2014	Δ 12/13	Δ 13/14
Receitas correntes	5.898.196 €	5.962.285 €	6.971.227 €	1,09%	16,92%
Despesas correntes	6.718.606 €	7.279.341 €	7.162.330 €	8,35%	-1,61%
Saldo Corrente	-820.410 €	-1.317.056 €	-191.103 €	-60,54%	85,49%
Receitas de capital	3.167.916 €	1.767.869 €	887.273 €	-44,19%	-49,81%
Despesas de capital	2.016.075 €	912.895 €	1.057.822 €	-54,72%	15,88%
Saldo Capital	1.151.841 €	854.974 €	-170.549 €	-25,77%	-119,95%
Outras Receitas	501 €	1.020 €	2.820 €	103,59%	176,47%
SALDO TOTAL	331.932 €	-461.062 €	-358.832 €	-238,90%	22,17%
Saldo Inicial	2.613.352 €	2.945.688 €	2.484.626 €	12,72%	-15,65%
Saldo Final	2.945.688 €	2.484.626 €	2.019.136 €	-15,65%	-18,73%

Fonte: Orçamento inicial; Mapa dos fluxos de caixa

Foi, assim, apurado um *défice* corrente de 191.103€, desrespeitando-se a regra do equilíbrio substancial do orçamento estatuída pela alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL. Quanto ao equilíbrio formal, as despesas orçamentais ultrapassaram as receitas orçamentais em cerca de 359 mil de euros, que, associados ao excedente orçamental transitado da gerência anterior, possibilitaram a obtenção de um saldo de 2.019.136 €, o qual transitou para a gerência de 2015.

Gráfico – IV

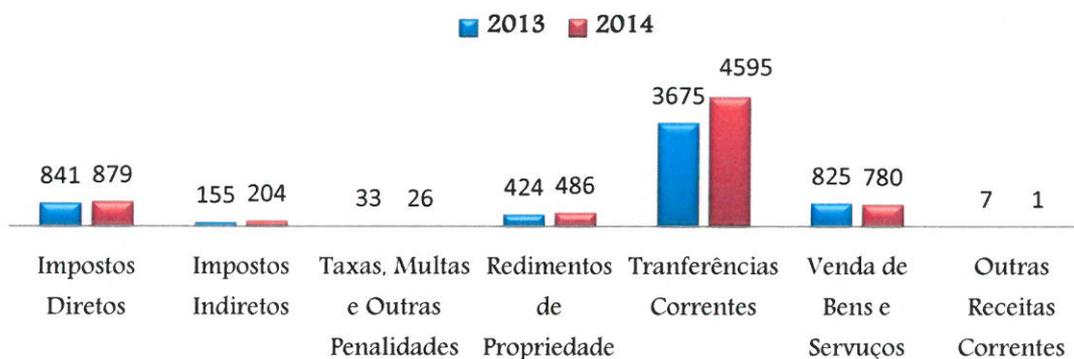


Como se pode verificar no quadro abaixo, o aumento das receitas correntes deu-se em apenas em três capítulos, nos impostos directos que aumentaram cerca de 38 mil euros, cerca de 4,49%, os impostos indirectos que aumentaram cerca de 49 mil euros, cerca de 31,38%, em relação ao ano anterior, e por último os rendimentos de propriedade com cerca de 62 mil euros, cerca de 14,64% em relação ao ano anterior.

Quadro – XII

RECEITAS CORRENTES	2012	2013	2014	12/13	13/14
IMPOSTOS DIRECTOS	721.593,81 €	840.782,66 €	878.539 €	16,52%	4,49%
IMPOSTOS INDIRECTOS	154.823,66 €	155.489,01 €	204.281,88	0,43%	31,38%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	39.070,76 €	33.940,15 €	25.765,17	-13,13%	-24,09%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	355.869,46 €	424.204,76 €	486.294,08	19,20%	14,64%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.607.425,77 €	3.675.373,58 €	4.594.507,99	1,88%	25,01%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	846.026,24 €	825.450,05 €	780.011,30	-2,43%	-5,50%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	173.385,93 €	7.044,34 €	1.826,76	-95,94%	-74,07%
TOTAL	5.898.196 €	5.962.285 €	6.971.227 €	1,09%	16,92%

Gráfico – V



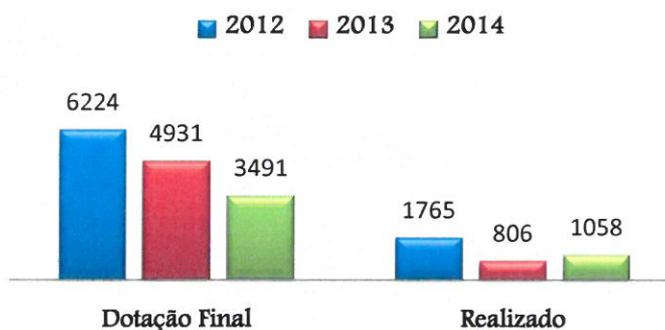
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO

Quadro – XIII

Designação	2012	2013	2014
Dotação Final	6.224.076 €	4.931.351 €	3.490.700 €
Realizado	1.765.364 €	806.000 €	1.057.822 €
Tx. Realização	28,36%	16,34%	30,30%

Verifica-se um aumento no investimento realizado face a 2013 de cerca de 31,2%, com um montante de 252 mil euros.

Gráfico – VI



PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

O PAM teve uma execução na ordem dos 90,5% da despesa definida. Esta execução corresponde a cerca de 1,9 milhões de euros de despesa.

DESPESA POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – XIV

Obj	Descrição	2013		Execução	2014		Execução
		Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira	Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira
		Ano	Total	Anual (a)	Ano	Total	Anual (a)
1.1.1.	Administração geral	380.500,00	271.042,38	71,23%	330.800,00	265.931,13	80,39%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	6.100,00	1.335,56	21,89%	1.300,00	419,97	32,31%
2.1.1.	Ensino não superior	181.500,00	126.997,43	69,97%	170.300,00	147.545,17	86,64%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	10.500,00	1.803,90	17,18%	0,00	0,00	0
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	0	0	0	300,00	0,00	0
2.3.2.	Ação social	59.500,00	28.605,82	48,08%	32.900,00	27.815,20	84,54%
2.4.1.	Habitação	0	0	0	1.000,00	0,00	0
2.4.3.	Saneamento	390.000,00	368.053,79	94,37%	428.125,89	422.973,60	98,80%
2.4.4.	Abastecimento de água	449.500,00	417.970,08	92,99	424.600,00	416.260,84	98,04%
2.4.5.	Resíduos sólidos	182.000,00	151.753,25	83,38%	145.500,00	144.896,25	99,59%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	3.000,00	0	0	200,00	0,00	0
2.5.1.	Cultura	517.500,00	432.963,45	83,66%	376.500,00	298.934,53	79,40%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	147.500,00	128.416,29	87,06%	93.200,00	88.641,18	95,11%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	1.000,00	419,43	41,94%	1.000,00	102,20	10,22%
3.2.2.	Energia	500	0	0	100,00	0,00	0
3.3.4.	Sistemas de informação	0	0	0	0,00	0,00	0
3.4.1.	Mercados e feiras	2.500,00	500	20%	300,00	0,00	0
3.4.2.	Turismo	18.000,00	0	0	300,00	0,00	0
3.4.3.	Agenda local XXI	500	0	0	100,00	0,00	0
3.4.4.	Geminação	500	0	0	100,00	0,00	0
3.5.1.	Equipamento rural e urbano	7.000,00	459,04	6,56%	700,00	157,56	22,51%
4.2.1.	Relações com outras estruturas	154.000,00	96.156,59	62,44%	122.900,00	114.451,26	93,13%
TOTAL		2.511.600,00	2.026.477,01	80,68%	2.130.225,89	1.928.128,89	90,51%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + PAM)

No final de 2014 a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), na ótica da despesa realizada (faturada), tinham-se aproximado dos 52,8% do financiamento definido. Esta execução corresponde a cerca de 3 milhões de euros de despesa.

DESPESA REALIZADA COM AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO**Quadro – XV**

Proj.	Designação	Dotação		Compromissos	Pagamento	Exec. Anual
		Inicial	Atual			
1.1.1.	Administração Geral	930.816,52	1.128.313,70	501.731,74	501.731,74	53,90%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	31.300,00	31.300,00	419,97	419,97	1,34%
2.1.1.	Ensino não Superior	211.300,00	211.300,00	149.572,98	149.572,98	70,79%
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00%
2.3.2.	Ação social	121.900,00	121.900,00	28.626,06	28.626,06	23,48%
2.4.1.	Habitação	16.000,00	16.000,00	3.639,65	3.639,65	22,75%
2.4.2.	Ordenamento do Território	229.000,00	379.000,00	2.743,98	2.743,98	1,20%
2.4.3.	Saneamento	491.125,89	606.125,89	436.093,75	436.093,75	88,79%
2.4.4.	Água	509.600,00	559.600,00	443.135,27	443.135,27	86,96%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	166.500,00	166.500,00	152.373,17	152.373,17	91,52%
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação	103.200,00	103.200,00	32.508,80	32.508,80	31,50%
2.5.1.	Cultura	517.500,00	517.500,00	304.728,20	304.728,20	58,88%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	219.200,00	219.200,00	142.450,78	142.450,78	64,99%
2.5.3.	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	19.000,00	19.000,00	5.064,28	5.064,28	26,65%
3.1.1.	Caminhos Agrícolas	75.000,00	75.000,00	25.834,45	25.834,45	34,45%
3.2.1.	Industria	270.000,00	270.000,00	216.673,70	216.673,70	80,25%
3.2.2.	Energia	8.100,00	8.100,00	0,00	0,00	0,00%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	1.408.000,00	1.589.252,82	431.838,91	431.838,91	30,67%
3.3.4.	Sistemas de Informação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00%
3.4.1.	Mercados e Feiras	67.983,48	67.983,48	110,82	110,82	0,16%
3.4.2.	Turismo	115.300,00	115.300,00	0,00	0,00	0,00%
3.4.3.	Agenda Local XXI	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00%
3.4.4.	Geminação	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00%
3.5.1.	Equipamento Rural e Urbano	700,00	700,00	157,56	157,56	22,51%
4.2.1.	Transferências	145.900,00	145.900,00	114.451,26	114.451,26	78,45%
TOTAL		5.667.925,89	6.361.675,89	2.992.155,33	2.992.155,33	52,79%

ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se os mapas seguintes:

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As disponibilidades financeiras do Município de Redondo, na Gerência de 2014, da conta de execução orçamental foram as seguintes:

Quadro – XVI

	2012	2013	2014
Saldo da Gerência Anterior (2011/2012/2013)	2.613.352,01 €	2.945.688,06 €	2.484.625,89 €
Receita cobrada na Gerência	9.067.016,45 €	7.731.174,10 €	7.861.320,07 €
Total	11.680.368,46 €	10.676.862,16 €	10.345.945,96 €
Despesa efetuada na Gerência	8.734.680,40 €	8.192.236,27 €	8.326.809,63 €
Saldo para a Gerência seguinte (2013/2014/2015)	2.945.688,06 €	2.484.625,89 €	2.019.136,33 €

ORÇAMENTO DA RECEITA

O orçamento da receita foi inferior ao do ano de 2013 em cerca de 2,9 milhões de euros. A taxa de execução foi de 90,2%.

Uma análise mais pormenorizada da composição da receita arrecadada pelo Município de Redondo, encontra-se refletida no quadro XVII.

As fontes de financiamento municipal que, em 2014, assumiram maior relevância no Município de Redondo foram as transferências, quer correntes quer de capital, com uma taxa de 69,4% e as vendas de bens e serviços que pesaram 9,9%. Também os

impostos diretos e os rendimentos de propriedade se destacaram no cômputo da receita total, embora de forma bastante menos pronunciada do que as rubricas anteriormente mencionadas, já que representava 8,35% e 4,62% da receita global arrecadada.

Nas rubricas de transferências encontram-se os montantes transferidos através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), dos fundos comunitários e ainda outras transferências. O FEF, verba proveniente do Orçamento de Estado, e que corresponde à participação dos municípios nos impostos do Estado, constituiu a fonte de receita mais relevante do total das receitas com origem em transferências correntes e de capital, representando 79,3% destas. O FEF foi igualmente, de forma isolada, a receita com maior peso relativo no total das receitas municipais, tendo atingido 55,4%.

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS RECEITAS, RECEITAS CORRENTES E RECEITAS DE CAPITAL

A inscrição contabilística da receita autárquica obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos económicos a receita é ainda classificada em capítulos como a seguir se apresenta.

RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia. Embora numa execução inferior à dotação inicial, os cerca de 6,9 milhões de euros representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, e as participações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Regional de Educação do Alentejo (DREA), para apoio ao programa de “Generalização do Fornecimento de Refeições

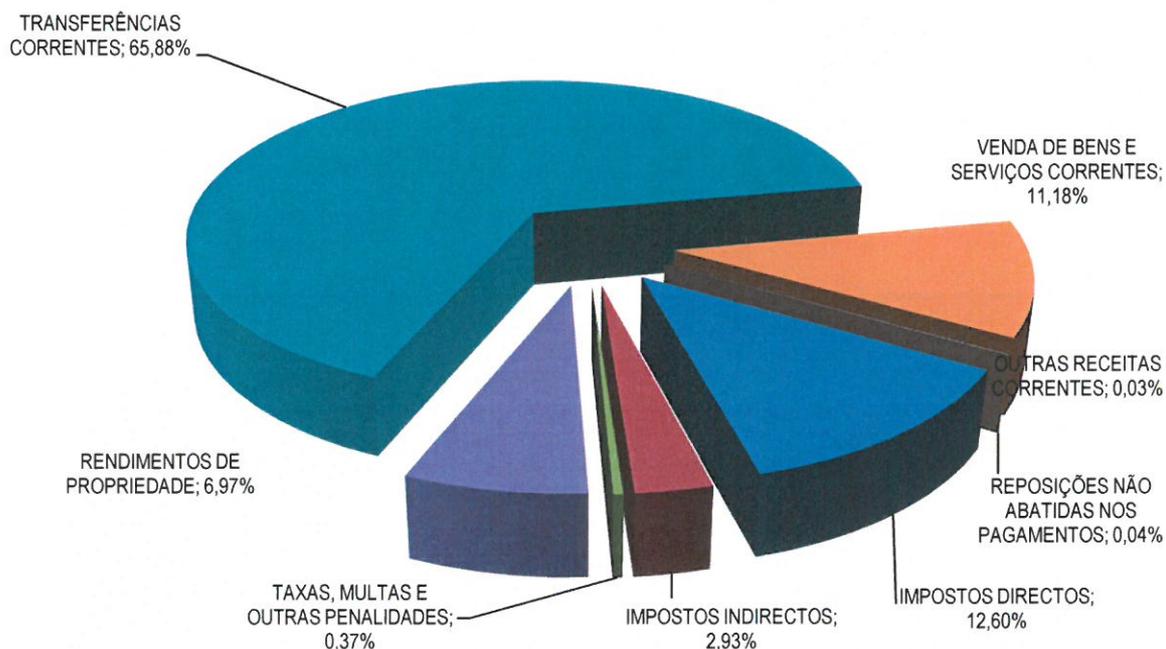
Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico” e de “Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo”.

Como se pode observar as receitas mais relevantes advêm dos impostos directos (IMT, IMI, IMV, e Derrama), das transferências correntes da Administração Central – Orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS), e da venda de bens e serviços. Nesta rubrica assume maior expressão a receita com a distribuição de água.

Quadro – XVII

Código	Descrição	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Execução
1	IMPOSTOS DIRECTOS	826.800,00 €	878.539,49 €	12,60%	106,26%
2	IMPOSTOS INDIRECTOS	181.700,00 €	204.281,88 €	2,93%	112,43%
4	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	38.850,00 €	25.765,17 €	0,37%	66,32%
5	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	451.400,00 €	486.294,08 €	6,97%	107,73%
6	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.613.850,00 €	4.594.507,99 €	65,88%	99,58%
7	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	866.800,00 €	780.011,30 €	11,18%	89,99%
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.600,00 €	1.826,76 €	0,03%	17,23%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.000,00 €	2.819,97 €	0,04%	282,00%
Total da Receitas Correntes Cobradas		6.991.000,00 €	6.974.046,64 €	100,00%	99,76%

Gráfico – VII
Peso da Rubrica / Receita Corrente



RECEITAS DE CAPITAL

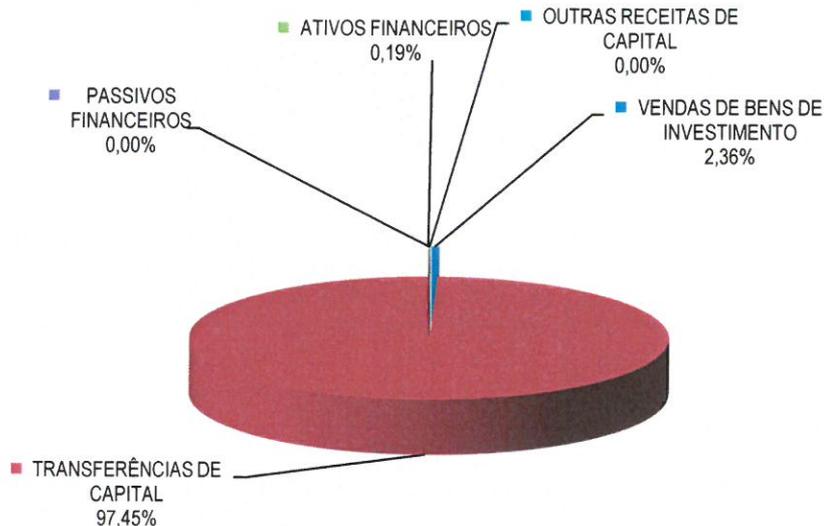
Em relação às receitas de capital, o Município de Redondo continua, inevitavelmente, muito dependente das transferências provenientes de terceiros. Como se pode constatar, as transferências de capital representam cerca de 97,5% do total da Receita de Capital. Nestes 865 mil euros estão as transferências do Orçamento do Estado e a transferências provenientes de fundos comunitários de projetos cofinanciados.

Quadro – XVIII

Código	Descrição	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Execução
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	556.100,00 €	20.974,34 €	2,36%	3,77%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.420.500,00 €	864.623,09 €	97,45%	60,87%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	2.200,00 €	1.676,00 €	0,19%	76,18%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0,00%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00 €	0	0,00%	0,00%
Total da Receitas Correntes Cobradas		1.979.000,00	887.273,43	100,00%	44,83%

Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Rui' at the top and several illegible scribbles below.

Gráfico – VIII
Receitas de Capital / Receita Capital
Peso da rubrica



ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

A receita global arrecadada no exercício económico ascende a 7,8 milhões de euros. Se lhe somarmos o saldo da Gerência anterior atinge os 10,3 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução na ordem dos 90,2%.

A taxa de execução da receita de capital ficou nos 44,8%. Esta situação é essencialmente originada pela dificuldade que os organismos gestores dos fundos comunitários têm na transferência atempada dos montantes correspondentes à despesa justificada apresentada e também ao atraso na realização de algumas obras participadas.

EVOLUÇÃO DA RECEITA 2010/2014

Quadro – XIX

Evolução da Distribuição da Receita – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES	6.003.041	6.125.795	5.898.196	5.963.305	6.971.227
RECEITAS DE CAPITAL	5.460.742	3.633.156	3.168.821	1.767.869	890.093
RECEITA TOTAL	11.463.783	9.758.951	9.067.016	7.731.174	7.861.320

Quadro – XX

Evolução das Receitas em % (Receitas Correntes / Receitas Totais e Receitas Capital / Receitas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES	52,4%	62,8%	65,1%	77,1%	88,7%
RECEITAS DE CAPITAL	47,6%	37,2%	34,9%	22,9%	11,3%
RECEITA TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro – XXI

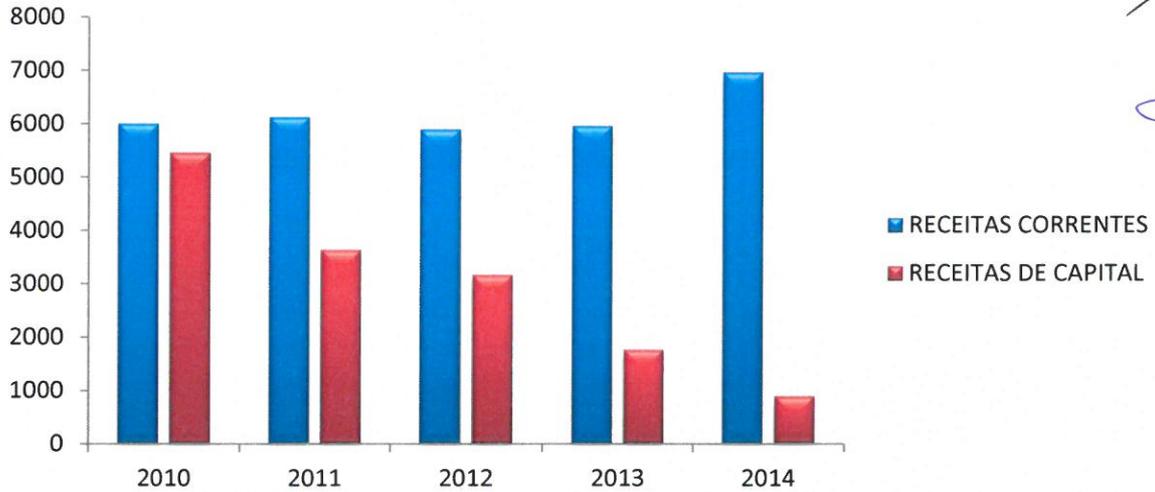
Evolução das Receitas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES	9,4%	2,0%	-3,7%	1,1%	16,9%
RECEITAS DE CAPITAL	54,8%	-33,5%	-12,8%	-44,2%	-49,7%
RECEITA TOTAL	31,0%	-14,9%	-7,1%	-14,7%	1,7%

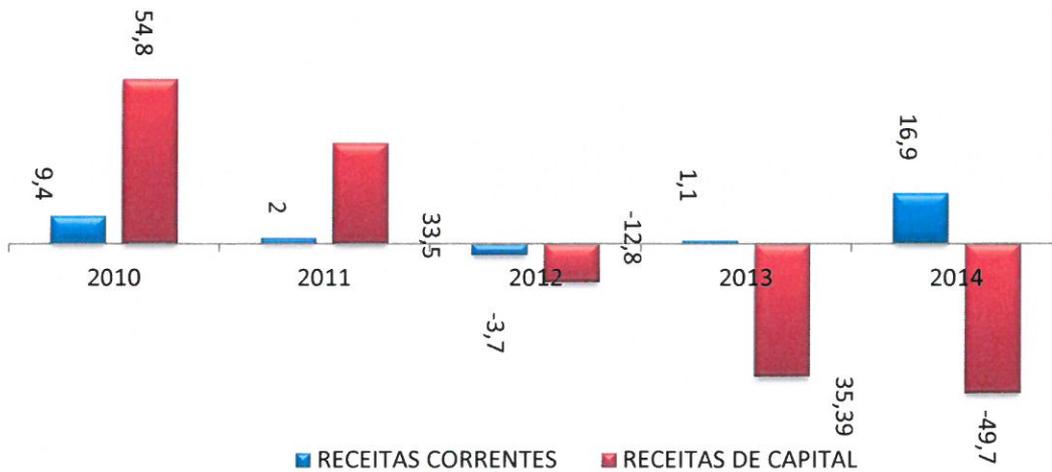
EVOLUÇÃO DA RECEITA EM PERCENTAGEM

Gráfico – IX



EVOLUÇÃO DA RECEITA - VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico – X



Do ponto de vista das componentes mais significativas na Estrutura da Receita de 2014, não considerando o Saldo da Gerência, destacam-se:

- Verbas provenientes do Orçamento do Estado (OE) com um peso de 59% na receita total – um claro sintoma da dependência do Município face ao Estado e também reflexo de uma interioridade territorial;
- Verbas provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) com um peso de 5,7% na receita, evidência clara do bom aproveitamento dos fundos comunitários efetuados neste exercício.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Quadro – XXII

Rubricas/anos	2012		2013		2014	
		%		%		%
	Valor €	Receita	Valor €	Receita	Valor €	Receita
FEF	4.258.844,00 €	46,97%	4.258.844,00 €	55,09%	4.361.083,00 €	55,48%
Águas	388.550,84 €	4,29%	353.748,50 €	4,58%	297.107,28 €	3,78%
Contrib. Autárquica/IMI	442.788,91 €	4,88%	594.798,81 €	7,69%	619.198,28 €	7,88%
Derrama	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Sisa/IMT	182.112,91 €	2,01%	110.423,66 €	1,43%	139.584,48 €	1,78%
Taxas multas outras penal.	39.070,76 €	0,43%	33.940,15 €	0,44%	12.998,13 €	0,17%
Loteamentos e obras	8.124,77 €	0,09%	5.610,62 €	0,07%	11.306,36 €	0,14%
Restantes rubricas	3.747.524,26 €	41,33%	2.373.808,36 €	30,70%	2.420.042,47 €	30,78%
Total Receita	9.067.016,45 €	100,00%	7.731.174,10 €	100,00%	7.861.320,00 €	100,00%

Evolução da Receita Total



ORÇAMENTO DA DESPESA

A taxonomia das despesas públicas para todo o sector da Administração esta definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei no 26/2002, de 14 de Fevereiro). As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada nos quadros abaixo.

O orçamento de 2014, inferior ao do ano transato em cerca de 1,8 milhões de euros, teve compromissos que representaram 87,28% do orçamento e uma realização de 72,7%.

Por sua vez as despesas correntes pagas representaram 86,0% do total executado e as despesas de capital 14,0%.

DESPESAS CORRENTES

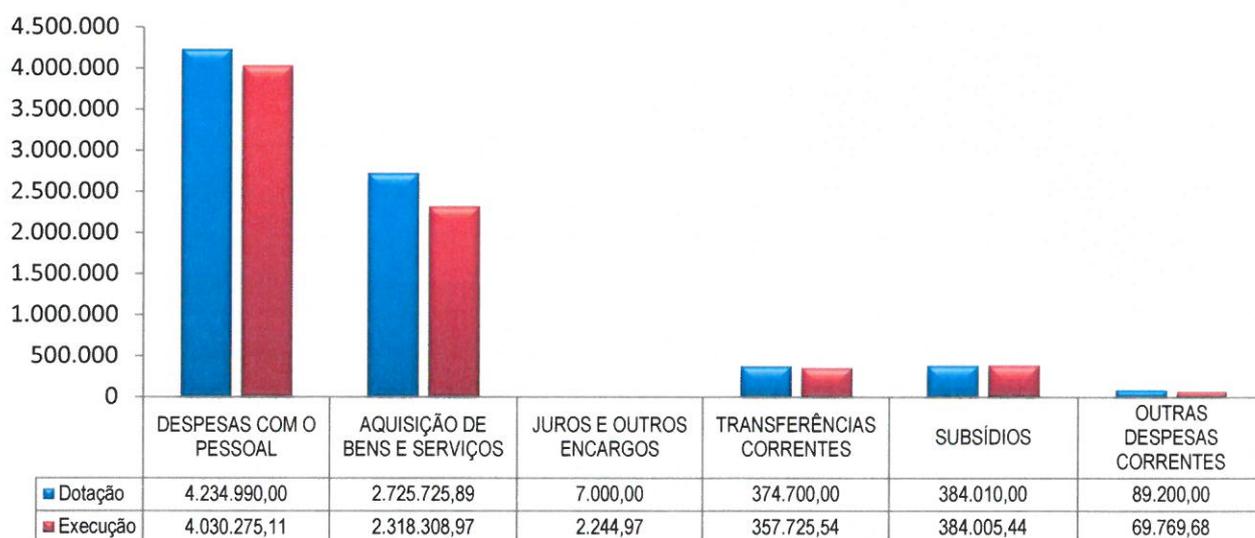
As despesas correntes, com uma execução de 91,6%, representam cerca de 7,2 milhões de euros. Na sua composição é notório o peso da rubrica “Despesas com pessoal” e a de “Aquisição de Bens e Serviços”. Estas duas rubricas representam 76,2% da despesa total. Porém, o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver uma estratégia de

contenção da despesa com estas duas rubricas, (menos cerca de 214 mil euros que em 2013) procurando contudo, não diminuir a qualidade dos serviços prestados à população, bem pelo contrário, procura melhorar essa prestação através da reafectação dos recursos existentes e de uma melhor gestão e controlo das aquisições.

Quadro – XXIII

	Designação	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Tx. Exec..	% GLOBAL
1	DESpesas COM O PESSOAL	4.234.990,00	4.030.275,11	56,27%	95,17%	48,40%
2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.725.725,89	2.318.308,97	32,37%	85,05%	27,84%
3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	7.000,00	2.244,97	0,03%	32,07%	0,03%
4	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	374.700,00	357.725,54	4,99%	95,47%	4,30%
5	SUBSÍDIOS	384.010,00	384.005,44	5,36%	100,00%	4,61%
6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	89.200,00	69.769,68	0,97%	78,22%	0,84%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		7.815.625,89	7.162.329,71	100,00%	91,64%	86,02%

Gráfico – XII



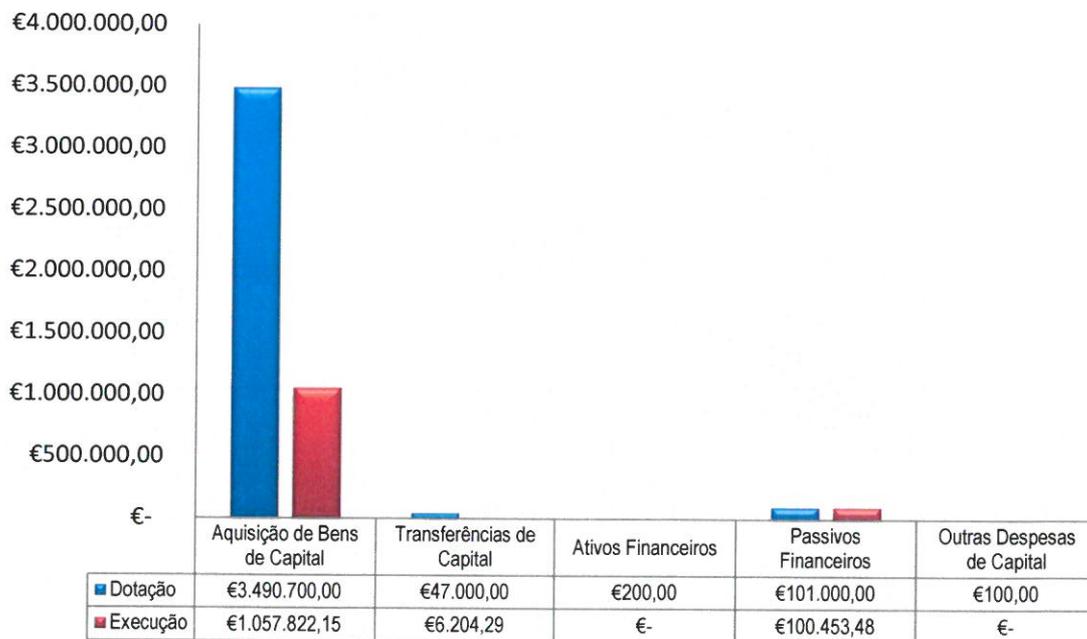
DESPESAS DE CAPITAL

O investimento direto do Município de Redondo, inicialmente previsto com 3,6 milhões de euros na rubrica de aquisição de bens de capital teve uma taxa de execução de 30,3%.

Quadro – XXIV

Designação	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Tx. Exec..	% GLOBAL
7 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.490.700,00	1.057.822,15	90,84%	30,30%	12,70%
8 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	47.000,00	6.204,29	0,53%	13,20%	0,07%
9 ACTIVOS FINANCEIROS	200,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	101.000,00	100.453,48	8,63%	99,46%	1,21%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	3.639.000,00	1.164.479,92	100,00%	32,00%	13,98%

Gráfico – XIII



ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Quadro – XXV
Exercício Económico de 2014

Despesas	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	% de Execução
Correntes	7.815.625,89 €	7.162.329,71 €	86,02%	91,64%
Capital	3.639.000,00 €	1.164.479,92 €	13,98%	32,00%
Total Geral	11.454.625,89 €	8.326.809,63 €	100,00%	72,69%

Com base no quadro abaixo, podemos verificar que a evolução da despesa corrente tem sido de alguma forma contida, tendo diminuído 1,6% face a 2013. Já, a despesa de capital registou um aumento de 27,56% face a 2013.

EVOLUÇÃO DA DESPESA 2010/2014

Quadro – XXVI
Evolução da Distribuição da Despesa – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
DESPESAS CORRENTES	6.884.841	7.458.031	6.718.606	7.279.341	7.162.330
DESPESAS DE CAPITAL	3.009.041	3.488.104	2.016.075	912.895	1.164.480
DESPESA TOTAL	9.893.882	10.946.135	8.734.681	8.192.236	8.326.810

Quadro – XXVII

Evolução das Despesas em % (Despesas Correntes / Despesas Totais e Despesas Capital / Despesas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
DESPEAS CORRENTES	69,59%	68,13%	76,92%	88,86%	86,02%
DESPEAS DE CAPITAL	30,41%	31,87%	23,08%	11,14%	13,98%
DESPEA TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Quadro – XXVIII

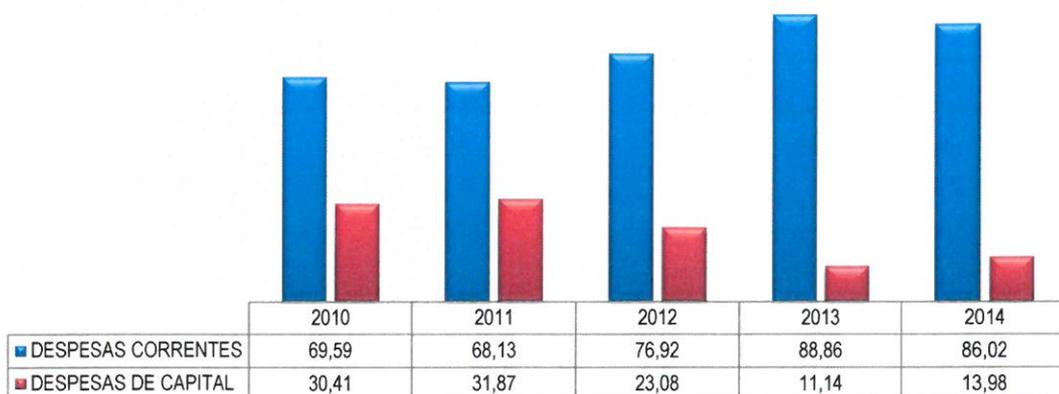
Evolução das Despesas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
DESPEAS CORRENTES	3,5%	8,3%	-9,9%	8,3%	-1,6%
DESPEAS DE CAPITAL	-21,2%	15,9%	-42,2%	-54,7%	27,6%
DESPEA TOTAL	-5,5%	10,6%	-20,2%	-6,2%	1,6%

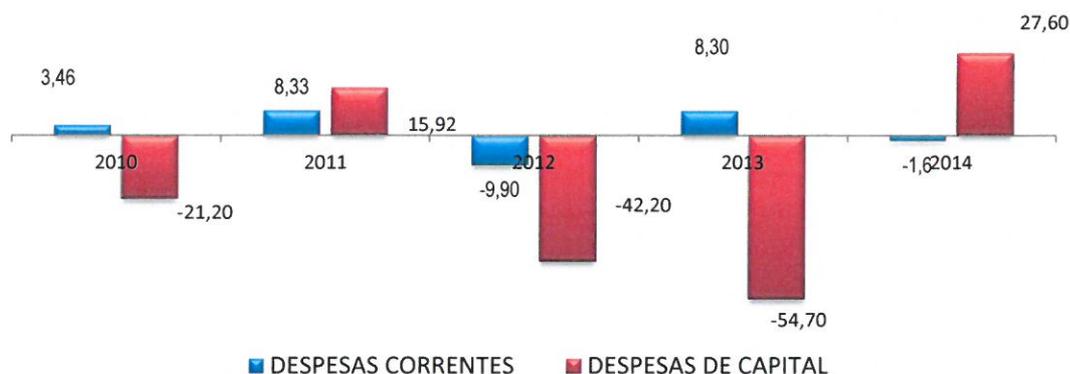
EVOLUÇÃO DA DESPESA EM PERCENTAGEM

Gráfico – XIV



EVOLUÇÃO DA DESPESA – VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico – XV



Do ponto de vista das componentes mais significativas na estrutura da despesa destacam-se:

- As despesas com pessoal - que representam 48,4% da despesa total e 56,9% da despesa corrente;
- As aquisições de bens e serviços correntes - com um peso de 27,8% sobre o total da despesa e 32,4% da despesa corrente.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO FATURADOS OU COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR FATURAR

Quadro – XXIX

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014
1 - Compromissos totais assumidos	11.781.166 €	9.649.502 €	8.830.430 €	9.997.407 €
2 - Despesas totais pagas	10.946.135 €	8.734.680 €	8.192.236 €	8.326.810 €
3 - Outras dívidas a terceiros (curto prazo)	192.886 €	163.863 €	157.053 €	268.045 €
Diferença [1- (2+3)]	642.145 €	750.959 €	481.141 €	1.402.552 €

Na análise do quadro apresentado conclui-se que os compromissos assumidos no exercício, são superiores às despesas totais realizadas, o que demonstra que a despesa é comprometida antes de ser faturada.

FLUXOS DE CAIXA

Neste mapa devem ser discriminados as importâncias relativas a todos os pagamentos e recebimentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria ou contas de ordem.

Nele se evidenciam também os saldos de operações orçamentais, de operações de tesouraria e de contas de ordem da gerência anterior e para a gerência seguinte.

Articula-se com os mapas de execução orçamental, relativos à despesa e à receita, bem como com os mapas de operações de tesouraria e de contas de ordem.

Quadro – XXX

RECEBIMENTOS			Δ 13/14	PAGAMENTOS			Δ 13/14
Saldo da gerência anterior.....		2.607.493,97	-16,31%	Despesas orçamentais....		8.326.809,63	1,64%
Execução orçamental....	2.484.625,89		-15,65%	Correntes....	7.162.329,71		-1,61%
Operações de tesouraria...	122.868,08		-27,73%	Capital...	1.164.479,92		27,56%
Receitas orçamentais....		7.861.320,07	1,68%	Operações de tesouraria...		720.216,91	-7,49%
Correntes.....	6.971.226,67		16,92%	Saldo para a gerência seguinte...		2.147.021,52	-17,66%
Capital.....	887.273,43		-49,81%	Execução orçamental...	2.019.136,33		-18,73%
Outras.....	2.819,97		176,44%	Operações de tesouraria...	127.885,19		4,08%
Operações de tesouraria....		725.234,02	-0,84%				
Total....		11.194.048,06	-3,32%	Total...		11.194.048,06	-3,32%

As receitas totalizaram cerca de 7,9 milhões de euros, 88,7% dos quais de correntes e 11,3% de capital. Durante o mesmo período as despesas situaram-se nos cerca de 8,3 milhões de euros. Desta forma o saldo de gerência sofreu uma diminuição de 2,5 milhões de euros para 2,1 milhões de euros.

MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro – XXXI

Resumo da Conta de Gerência do ano de 2014			
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2014 a)	2.484.625,89	122.868,08	2.607.493,97
(2) Receitas arrecadadas	7.861.320,07	725.234,02	8.586.554,09
(3) Despesas pagas	8.326.809,63	720.216,91	9.047.026,54
Saldo a transitar para 2013 (1+2-3)	2.019.136,33	127.885,19	2.147.021,52

a) Incorporado em 2014

INDICADORES ORÇAMENTAIS

Quadro – XXXII

INDICADORES	2012		2013		2014		VARIÇÃO (pontos percentuais)			
							2012/2013	2013/2014	2012/2014	
1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial)	11 680 484	133,73%	10 676 862	130,33%	10 345 946	124,25%	-3,40	-6,08	-9,48
	Despesa Total Paga	8 734 681		8 192 236		8 326 810				
2	Receita Corrente Cobrada	5 898 196	87,79%	5 962 285	81,91%	6 971 227	97,33%	-5,88	15,42	9,54
	Despesa Corrente Paga	6 718 606		7 279 341		7 162 330				
3	Receita Corrente Cobrada	5 898 196		5 962 285		6 971 227				
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	9 067 132	65,05%	7 731 174	77,12%	7 858 500	88,71%	12,07	11,59	23,66
4	Despesa Corrente Paga	6 718 606		7 279 341		7 162 330				
	Despesa Total Paga	8 734 681	76,92%	8 192 236	88,86%	8 326 810	86,02%	11,94	-2,84	9,10

5	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados	11 680 484	133,73%	10 676 862	130,33%	10 345 946	124,25%	-3,40	-6,08	-9,48
	Despesa Total Paga	8 734 681		8 192 236		8 326 810				
6	Receitas Próprias Cobradas	2 352 741	26,94%	2 298 080	28,05%	2 399 369	28,81%	1,12	0,76	1,88
	Despesa Total Paga	8 734 681		8 192 236		8 326 810				
7	Fundos Municipais	1 716 384	19,65%	1 716 384	20,95%	3 727 275	44,76%	1,30	23,81	25,11
	Despesa Total Paga	8 734 681		8 192 236		8 326 810				
8	Receita Corrente Cobrada Localmente	1 414 352	16,19%	1 290 639	15,75%	1 293 897	15,54%	-0,44	-0,22	-0,65
	Despesa Total Paga	8 734 681		8 192 236		8 326 810				

9	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)		0,00%		0,00%		0,00%	0,00	0,00	0,00
	Receita Total Disponível	11 680 484		10 676 862		10 345 946				
10	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)		0,00%		0,00%		0,00%	0,00	0,00	0,00
	Despesa Total Paga	8 734 681		8 192 236		8 326 810				
11	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)		0,00%		0,00%		0,00%	0,00	0,00	0,00
	Investimento (PPI)	1 763 999		806 119		1 057 822				

12	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	264 889		101 934		102 698				
	Despesa Total Paga	8 734 681	3,03%	8 192 236	1,24%	8 326 810	1,23%	-1,79	-0,01	-1,80
13	Amortização de Empréstimos de MLP	250 711		97 728		100 453				
	Despesa Total Paga	8 734 681	2,87%	8 192 236	1,19%	8 326 810	1,21%	-1,68	0,01	-1,66
14	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	264 889		101 934		102 698				
	Receita Total Disponível	11 680 484	2,27%	10 676 862	0,95%	10 345 946	0,99%	-1,31	0,04	-1,28
15	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	264 889		101 934		102 698				
	População	7 288	36	7 288	14	7 031	15	-22,36	0,62	-21,74

16	Compromissos Assumidos para o Exercício	9 649 502		8 830 430		9 997 407				
	Despesas totais realizadas e faturadas	8 898 544	108,44%	8 349 289	105,76%	8 594 854	116,32%	-2,68	10,56	7,88
17	Despesa Total Paga	8 734 681		8 192 236		8 326 810				
	Compromissos Assumidos para o Exercício	9 649 502	90,52%	8 830 430	92,77%	9 997 407	83,29%	2,25	-9,48	-7,23
18	Saldo Final Orçamental da Gerência	2 945 688		2 484 626		2 019 136				
	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (excepto OT)	163 863	1797,65%	157 053	1582,03%	268 045	753,28%	-215,62	-828,75	-1044,37
19	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (excepto OT)	163 863		157 053		268 045				
	Despesas totais realizadas e faturadas	8 898 544	1,84%	8 349 289	1,88%	8 594 854	3,12%	0,04	1,24	1,28
20	Receita Total Disponível	11 680 484		10 676 862		10 345 946				
	Dívida Municipal em sentido lato	736 832	1585,23%	632 294	1688,59%	642 832	1609,43%	103,36	-79,16	24,20
21	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	11 680 484		10 676 862		10 345 946				
	Dívida Municipal em sentido lato	736 832	1585,23%	632 294	1688,59%	642 832	1609,43%	103,36	-79,16	24,20
22	Dívida financeira de MLP	572 969		475 241		374 787				
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	11 680 484	4,91%	10 676 862	4,45%	10 345 946	3,62%	-0,45	-0,83	-1,28
23	Dívida Municipal em sentido lato	736 832		632 294		642 832				
	População	7 288	101	7 288	87	7 031	91	-14	5	-10

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

Modificações ao Orçamento Inicial

Verificaram-se diversas modificações/alterações e revisões aos instrumentos previsionais (Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos) relacionadas, no essencial, com uma deficiente previsão de receitas e despesas de capital/correntes.

Quadro – XXXIII

Constantes da Contabilidade				
Lançamento Orçamento:	1		Ano Contabilístico:	2014
Data de Deliberação:	26-12-2013		Data trabalho:	31-12-2014
Alterações e Revisões ao orçamento				
Total Modificações: 38				
	Despesa	Receita	PPI	PAM
Alteração	37	0	10	26
Revisão	1	1	1	1

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, foram efetuadas 9 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro – XXXIV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos / 2014				
Financiamento total		Financiamento Definido		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	Dotação inicial	Dotação corrigida	
2.444.700 €	3.537.700 €	2.444.700 €	3.537.700 €	1.093.000 €

MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES

Em relação ao Plano de Atividades, foram efetuadas 25 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro – XXXV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Atividades / 2014		
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	
1.459.600 €	2.130.226 €	670.626 €

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Em relação ao Orçamento da Receita para 2014, foi efetuada 1 revisão orçamental, para inclusão do saldo da gerência anterior.

Quadro – XXXVI

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Receita / 2014		
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	
8.970.000 €	11.454.626 €	2.484.626 €

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Em relação ao Orçamento para 2014, foram efetuadas 1 revisão orçamental, uma para inclusão do saldo da gerência anterior e outra para inscrição de rubricas não previstas, e 38 alterações ao orçamento da despesa.

O resumo do total das alterações aos orçamentos da receita e da despesa apresenta-se de seguida.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA**Quadro – XXXVII**

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Despesa / 2014	
Dotações iniciais	8.970.000 €
Reforços/Inscrições	4.953.986 €
Saldo da Gerência Anterior	2.484.626 €
Diminuições/Anulações	2.469.360 €
Dotação após alterações	11.454.626 €
Reposições abatidas nos pagamentos	- €
Dotações corrigidas	11.454.626 €

Tal como foi anteriormente mencionado, as alterações verificadas aos orçamentos da receita e da despesa destinaram-se a:

- No caso das receitas, incluir o saldo da gerência anterior e outras receitas não previstas;
- No caso das despesas, utilizar o saldo da gerência anterior e reforçar e/ou anular despesas não previstas inicialmente.

ÓTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º1/2004 inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica, muito similar a apresentada pelas empresas públicas e privadas. O balanço e a demonstração dos resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia na base do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente capítulo tem por objetivo proceder a uma avaliação económica dos resultados alcançados pelo Município de Redondo ao longo do exercício de 2014, bem como da sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro do mesmo ano.

BALANÇO

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a atividade do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

Reflete a situação financeira e patrimonial de uma determinada pessoa jurídica num dado momento, ou seja, compara-se (balanceia-se) o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos fundos próprios (ou situação líquida).

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2014.

ANÁLISE DO BALANÇO NO ÚLTIMO TRIÊNIO

Quadro – XXXVIII

CONTAS DOS BALANÇOS	BALANÇOS					
	2012		2013		2014	
	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%
Ativo						
Imobilizado:						
Bens de domínio público	24 413 138,80	50,0%	24 821 159,07	51,0%	23 871 040,10	51,3%
Imobilizações incorpóreas	39 517,04	0,1%	17 343,43	0,0%	12 459,46	0,0%
Imobilizações corpóreas	18 763 541,90	38,4%	18 397 463,17	37,8%	17 851 709,98	38,4%
Investimentos financeiros, dos quais:	1 023 426,72	2,1%	949 388,25	2,0%	1 242 686,61	2,7%
Circulante:						
Existências	298 309,53	0,6%	146 233,43	0,3%	166 388,50	0,4%
Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0	0,00
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	1 139 600,69	2,3%	1 578 861,06	3,2%	1 168 232,55	2,5%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Depósitos e caixa	3 115 703,07	6,4%	2 607 493,97	5,4%	2 147 021,52	4,6%
Acréscimos e diferimentos	17 004,78	0,0%	107 617,75	0,2%	82 980,55	0,2%
Total do Ativo	48 810 242,53	100%	48 625 560,13	100%	46 542 519,27	100%
Fundos próprios						
Patrimônio	45 445 042,79	130,5%	45 445 042,79	130,9%	45 445 042,79	142,7%
Ações PP + Prest. Supl. + Prêmios		0,0%		0,0%		0,0%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	- 72 549,09	-0,2%	- 75 921,06	-0,2%	0,00	0,00
Reservas, Subsídios e Doações	- 196 996,38	-0,6%	1 491 637,28	4,3%	1 500 262,53	4,7%
Resultados transitados	-8 889 464,55	-25,5%	-10 436 325,25	-30,1%	- 12 131 583,62	-38,1%
Resultado Líquido do exercício	-1 466 961,58	-4,2%	-1 695 258,37	-4,9%	- 2 971 156,46	-9,3%
Total dos Fundos Próprios	34 819 071,19	100%	34 729 175,39	100%	31 842 565,24	100%
Passivo						
Provisões		0,0%		0,0%	313 758,48	2,1%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:	572 968,83	4,1%	475 240,60	3,4%	374 787,12	2,5%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	287 026,61	2,1%	239 105,71	1,7%	774 437,22	5,3%
Acréscimos e diferimentos	13 131 175,90	93,9%	13 182 038,43	94,9%	13 236 964,21	90,0%
Total do Passivo	13 991 171,34	100%	13 896 384,74	100%	14 699 954,03	100%
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	48 810 242,53		48 625 560,13		46 542 519,27	

Procedimento de Controlo (Total Ativo/Total Fundos Próprios + Passivo)	0,00		0,00		0,00	
---	------	--	------	--	------	--

<u>PESO NO ATIVO DOS:</u>	Fundos próprios	71%	71%	69%
	Passivo - total	29%	29%	32%
	Passivo - Acréscimos e diferimentos	27%	27%	28%

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2014.

Balanço Sintético

Quadro – XXXIX

ATIVO					PASSIVO				
	2012		2013			2012		2013	
Imobilizado.	44.185.354 €	94,9%	42.977.896 €	92,3%	Fundos Próprios.	34.729.175 €	74,6%	31.842.566 €	68,4%
Bens de domínio publico	24.821.159 €	53,3%	23.871.040 €	51,3%	Património	45.445.043 €	97,6%	45.445.043 €	97,6%
Imobilizações incorpóreas	17.343 €	0,0%	12.459 €	0,0%	Ajustamentos de partes de capital em empresas	-75.921 €	-0,2%	0 €	0,0%
Imobilizações corpóreas	18.397.463 €	39,5%	17.851.710 €	38,4%	Reservas de reavaliação	31.550 €	0,1%	0 €	0,0%
Investimentos Financeiros	949.388 €	2,0%	1.242.687 €	2,7%	Reservas legais	1.343.327 €	2,9%	1.343.327 €	2,9%
					Subsidios	115.225 €	0,2%	155.401 €	0,3%
					Resultados transitados	-10.436.325 €	-22,4%	-12.131.584 €	-26,1%
					Resultados líquidos do exercício	-1.695.258 €	-3,6%	-2.971.156 €	-6,4%
					Doações	1.535 €	0,0%	1.535 €	0,0%
Circulante.	4.440.206 €	9,5%	3.564.623 €	7,7%	Passivo.	13.896.385 €	29,9%	14.699.954 €	31,6%
Existências	146.233 €	0,3%	166.389 €	0,4%	Provisões para riscos e encargos	0 €	0,0%	313.765 €	0,7%
D vidas de Terceiros - Curto prazo.	1.578.861 €	3,4%	1.168.233 €	2,5%	Dívidas a terceiros - M/L Prazo	475.241 €	1,0%	374.787 €	0,8%
Depósitos em instituições financeiras e Caixa.	2.607.494 €	5,6%	2.147.022 €	4,6%	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	239.106 €	0,5%	774.437 €	1,7%
Acréscimos e diferimentos.	107.618 €	0,2%	82.981 €	0,2%	Acréscimos e diferimentos	13.182.038 €	28,3%	13.236.964 €	28,4%
Total do Ativo	48.625.560 €	104%	46.542.519 €	100%	Total dos Fundos Próprios + Passivo	48.625.560 €	104%	46.542.519 €	100%

- Analisando o Balanço sintético acima apresentado, constatamos que o Ativo é composto quase na sua totalidade por imobilizado (92,3%).
- O Passivo reparte-se em exigível a curto, médio e longo prazos. As dívidas a terceiros de médio/longo prazo fixaram-se em 374.787€, representando 0,8% dos Fundos

Próprios e Passivo, e as dívidas de curto prazo em 774.437€, e que representam 1,7% dos Fundos Próprios e Passivo.

– Relativamente às provisões para riscos e encargos, representam 0,7% do Passivo, no valor de 313.765€, referem-se a processos judiciais interpostos contra o município, por parte das empresas.

Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A., no valor de 40.000,00€, Proc.n.º210/10.2BEBJA, referente ao processo da **“EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA REGIONAL 381 – ARRUAMENTOS NA ALDEIA DA SERRA – REDONDO”**, sendo que a empresa foi excluída por entrega da proposta fora de prazo. A mesma contestou a exclusão solicitando a nulidade da deliberação, ou em alternativa uma indemnização de 40.000,00€.

Condop – Construções e Obras Públicas, S.A., no valor de 273.765,48€, Proc.n.º336/10.2BECBR, referente à **“EMPREITADA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DE REDONDO”**. Foram emitidas faturas sobre trabalhos não executados que a câmara não reconhece.

– Relativamente aos Fundos Próprios, representam 68,4% do total do Ativo e fixaram-se, em 2014, em 31.842 milhões de euros.

Finalidade

Normalmente reportado ao encerramento do exercício económico reflete a posição financeira e patrimonial da autarquia, apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da autarquia.

Informação prestada

Aspetos a considerar na elaboração do Balanço:

- Em cada conta devem figurar, além dos valores do exercício que se encerra, os correspondentes ao exercício anterior;
- Não se podem modificar os critérios de contabilização de um exercício para o outro, a não ser em casos quais se indicam e justificam nas notas ao balanço;
- Não é obrigatória a apresentação de contas com saldos nulos quer no exercício, quer no exercício antecedente;
- Pode fazer-se uma desagregação mais detalhada das contas que aparecem no modelo;
- A separação das dívidas entre curto e médio/longo prazos têm em conta o prazo previsto para o vencimento, considerando-se médio/longo prazos quando for superior a um ano (contado a partir da data de encerramento do exercício).

Observações

Ativo – inclui os bens e direitos da entidade, assim como os acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e está estruturado em três grandes grupos:

A) **Ativo imobilizado** – composto pelos elementos do património da autarquia que têm carácter permanente e que não são destinados a venda. O imobilizado é desagregado nos seguintes elementos:

- Bens de domínio público;
- Imobilizações incorpóreas;
- Imobilizações corpóreas;
- Investimentos financeiros.

B) **Ativo circulante** – representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto pelos seguintes grupos:

- Existências;
- Dívidas a receber;
- Disponibilidades.

C) **Acréscimos e diferimentos** – acréscimos de proveitos e custos diferidos.

Passivo – representa as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados, e é constituído por:

- Dívidas a terceiros a médio e longo prazo;
- Dívidas a terceiros a curto prazo;
- Acréscimos e diferimentos.

Fundos Próprios – medida residual na demonstração da posição financeira (ativos menos passivos) podendo ser positivo ou negativo. Os Fundos Próprios englobam o património, bem como as reservas e os resultados da autarquia e desagregam-se nas seguintes contas:

- a) Património;
- b) Reservas;
- c) Resultados transitados;
- d) Resultado líquido do exercício.

Nestes termos, da análise do balanço e dos indicadores financeiros anexos a este relatório, destaca-se o seguinte:

- O imobilizado líquido total ascende a 42.977.896€, o que significa que, comparativamente a 2013, diminuiu cerca de 1,2 milhões de euros;

- O rácio que mede o grau de cobertura deste imobilizado por capitais permanentes é próximo de 45,01%, o que revela uma cobertura adequada, este indicador avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo;
- A liquidez geral é adequada, revelando um rácio de 454%;
- A autonomia financeira é atipicamente elevada, com um rácio de 69%.

Face a estes indicadores, facilmente se conclui que o município continua a possuir uma inegável robustez financeira.

Em relação aos equilíbrios das contas do município, nas perspetivas de curto ou médio e longo prazo, e face à boa evolução registada há vários anos, pode afirmar-se que as questões de ordem financeira não comprometem a sua atividade futura.

IMOBILIZADO

Quadro – XL

RÚBRICAS	2012	2013	2014
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	271.938,99 €	1.177.615,93 €	1.177.615,93 €
Edifícios	0,00 €	69.641,81 €	68.674,56 €
Outras construções e infraestruturas	23.385.207,13 €	23.375.542,81 €	22.091.089,57 €
Imobilizações em curso	755.992,68 €	198.358,52 €	533.660,04 €
Imobilizações Incorpóreas			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	39.517,04 €	17.343,43 €	12.459,46 €
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	2.153.149,36 €	2.250.288,15 €	2.268.105,43 €
Edifícios e outras construções	15.394.982,41 €	15.038.964,50 €	14.642.711,22 €
Equipamento básico	602.063,96 €	477.005,26 €	338.618,00 €
Equipamento de transporte	382.334,47 €	455.731,08 €	476.268,98 €
Ferramentas e utensílios	6.602,12 €	4.919,35 €	3.689,00 €
Equipamento administrativo	102.193,36 €	123.365,97 €	77.606,62 €
Outras imobilizações corpóreas	24.081,24 €	47.188,86 €	44.710,72 €
Imobilizações em curso	98.134,88 €	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros			
Partes de Capital	79.855,91 €	76.483,94 €	77.365,31 €
Obrigações e títulos de participação	0,00 €	0,00 €	363.083,45 €
Investimentos em imóveis	943.570,81 €	872.904,31 €	802.237,85 €
TOTAL	44.239.624,36 €	44.185.353,92 €	42.977.896,14 €

O ativo imobilizado é constituído, em larga medida, por Edifícios e Outras Construções integrados quer no domínio público, quer no domínio privado municipal. No âmbito das operações de investimento/(des)investimento municipal, revela o elevado esforço efetuado pelo Município.

Quadro – XLI

EVOLUÇÃO DO ATIVO DO MUNICÍPIO

Un: Euros

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Acréscimos e Diferimentos	17.004,78 €	107.617,75 €	82.980,55 €	- 24.637,20 €
Restante Ativo	48.793.237,75 €	48.517.942,38 €	46.459.538,72 €	- 2.058.403,66 €
ATIVO TOTAL	48.810.242,53 €	48.625.560,13 €	46.542.519,27 €	- 2.083.040,86 €

Quadro – XLII

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO

Un: Euros

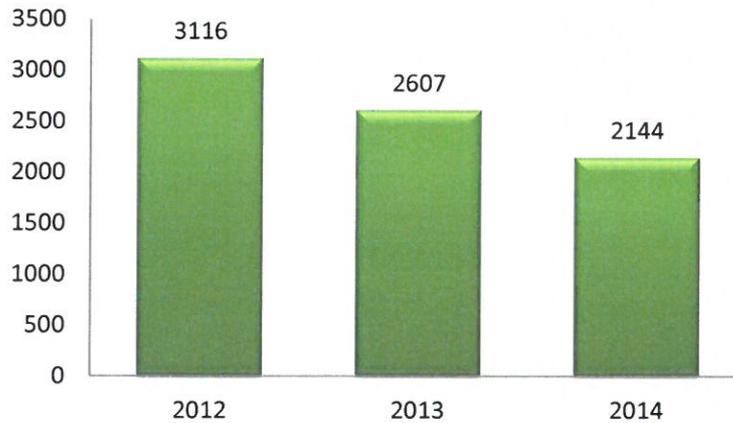
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Património	45.445.042,79 €	45.445.042,79 €	45.445.042,79 €	- €
Restantes Fundos Próprios	-10.625.971,60 €	-10.715.867,40 €	- 13.602.477,55 €	- 2.886.610,15 €
FUND. PRÓPRIOS TOTAIS	34.819.071,19 €	34.729.175,39 €	31.842.565,24 €	- 2.886.610,15 €

DISPONIBILIDADES (ORÇAMENTAIS)

Quadro – XVIII

	2012	2013	2014
CAIXA			
CAIXA TESOURARIA	2.152,88 €	2.453,92€	2.895,30€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	1.325.863,07 €	895.401,68 €	499.265,36€
BANCO BPI, SA	24.222,93 €	11.683,99 €	45.209,15€
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	76.413,41 €	70.567,17 €	70.454,54€
BANCO ESPÍRITO SANTO	864.393,99 €	787.791,78 €	704.180,20€
MILLENIUM BCP	822.679,83 €	839.595,43 €	825.016,97€
TOTAL GERAL	3.115.726,11 €	2.607.493,97 €	2.147.021,52€

Gráfico – XVI



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (POR NATUREZA)

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2014.

O Município de Redondo encerrou as suas contas relativas ao exercício económico de 2014 com um resultado líquido de (-2.971.156,43€), fundamentado pelo desempenho nos resultados operacionais.

Para a formação do resultado líquido do exercício contribuíram os seguintes componentes:

Quadro – XLIV

RESULTADOS	2012	2013	2014	Crescimento	% Cresc.
				(2013-2014)	
Resultados Operacionais	-2.467.601,19 €	-2.679.110,22	-3452952,52	773.842,30 €	-22,41%
Resultados Financeiros	266.767,48 €	436.288,82	325.308,62	-110.980,20 €	-34,12%
Resultados Correntes	-2.200.833,71 €	-2.242.821,40	-3127643,90	-884.822,50 €	-28,29%
Resultado Líquido do Exercício	-1.466.961,58 €	-1.695.258,37	-2.971.156,43	-1.275.898,09 €	-42,94%

Finalidade

A demonstração de resultados por natureza é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) de uma autarquia ou entidade equiparada, durante um determinado período (normalmente um ano) e que serve para avaliar a aplicação dos recursos utilizados. A demonstração de resultados tem por objetivo apresentar o resultado do exercício, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Quadro – XLV

PROVEITOS OPERACIONAIS	2012	2013	2014	Crescimento	% Cresc.
				(2013-2014)	
Venda e Prestação de Serviços	1.051.590,32 €	924.932,41 €	1.000.919,94 €	75.987,53 €	7,59%
Impostos e taxas	768.200,05 €	833.823,77 €	907.739,71 €	73.915,94 €	8,14%
Transf. e Sub. Obtidos	5.177.441,98 €	5.117.008,95 €	5.008.275,55 €	-108.733,40 €	-2,17%
Trabalhos Própria Entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	%
Proveitos Suplementares	306,00	3.900,00	0,00 €	- 3.900,00 €	%
TOTAL	7.095.781,11 €	6.879.665,13 €	6.916.935,20 €	37.270,07 €	0,54%

CUSTOS OPERACIONAIS

Quadro – XLVI

CUSTOS OPERACIONAIS	2012	2013	2014	Crescimento	% Cresc.
				(2013-2014)	
CMVMC	956.778,46 €	945.351,31 €	849.460,41 €	-95.890,90 €	-11,29%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.760.826,36 €	1.940.993,53 €	2.140.750,47 €	199.756,94 €	9,33%
Custos com Pessoal	3.933.449,05 €	4.146.506,87 €	4.255.107,39 €	108.600,52 €	2,55%
Amortizações do exercício	2.425.944,22 €	2.204.853,38 €	2.364.458,71 €	159.605,33 €	6,75%
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	332.034,50 €	269.989,93 €	357.725,54 €	87.735,61 €	24,53%
Provisões do exercício	0,0€	0,0€	356932,78€	356932,78€	100,00%
Outros Custos Operacionais	56.106,95 €	51.080,33 €	45.452,42 €	-5.627,91 €	-12,38%
TOTAL	9.465.139,54 €	9.558.775,35 €	10.369.887,72 €	497.346,89 €	4,95%

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2014, os Resultados Financeiros apresentam um valor positivo de 325.309€. Os Proveitos Financeiros são essencialmente provenientes da concessão da exploração da rede elétrica em baixa e complementarmente de juros obtidos de depósitos à ordem, a prazo e de aplicações de curto prazo, sendo suficientes para cobrirem os Custos

Financeiros que são originados pelos juros suportados com os empréstimos de Médio/Longo Prazo.

Quadro – XLVII

VALOR €

PROVEITOS FINANCEIROS	2012	2013	2014	CUSTOS FINANCEIROS	2012	2013	2014
Proveitos e Ganhos Financeiros	354.016 €	512.554€	399.391€	Custos e Perdas Financeiras	87.249 €	76.265€	74.083€
TOTAL	354.016 €	512.554€	399.391€	TOTAL	87.249 €	76.265€	74.083€

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente de “diferimentos” dos subsídios obtidos para financiamento de investimento, ao ritmo das amortizações do exercício dos bens financiados. Os custos e perdas extraordinários dizem respeito, fundamentalmente, à correção de dívidas por cobrar que influenciaram em igual valor os proveitos.

Quadro – XLVIII

PROVEITOS EXTRAORDINARIOS	2012	2013	2014	CUSTOS EXTRAORDINARIOS	2012	2013	2014
Proveitos e Ganhos Extraordinários	758.896 €	713.606€	809.447€	Custos e Perdas Extraordinários	25.024 €	166.043€	652.959€
TOTAL	758.896 €	713.606€	809.447€	TOTAL	25.024 €	166.043€	652.959€

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**Quadro – XLIX**

PROVEITOS TOTAIS	2012	2013	2014	CUSTOS E PERDAS	2012	2013	2014
Proveitos Totais	8.110.451 €	8.105.825€	8.125.773€	Custos e Perdas do Exercício	9.577.413 €	9.801.083€	11.096.930€
TOTAL	8.110.451 €	8.105.825€	8.125.773€	TOTAL	9.577.413 €	9.801.083€	11.096.930€
Resultado Líquido					-1.466.962 €	-1.695.258€	-2.971.157€

O Resultado Líquido do Exercício apresenta um valor negativo de 2,3 milhões de euros, contribuindo para isso os resultados correntes (resultados operacionais + resultados financeiros).

Os resultados operacionais resultam das atividades decorrentes do Município ao passo que os resultados financeiros se devem sobretudo aos juros dos empréstimos obtidos. O valor positivo dos resultados extraordinários deve-se essencialmente à redução dos proveitos diferidos.

Apresentando-se resultado com um valor negativo, embora resulte das explicações anteriormente apresentadas, propõe-se que seja transferido para resultados transitados.

INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAS

Da análise do Balanço, facilmente se verifica a saudável situação financeira do Município, como se demonstrou na análise orçamental atrás ilustrada.

No entanto, para melhor comprovar esta situação apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no exercício económico findo.

A elaboração de indicadores de gestão deve ter em consideração a natureza da pessoa coletiva que é a autarquia, nomeadamente, quanto à composição do seu ativo, onde preponderam os bens de investimento de natureza pública. Considerou-se útil recorrer a um conjunto de indicadores clássicos na análise económica e financeira, de forma a possibilitar uma análise tão completa quanto possível da situação patrimonial

e financeira do Município de Redondo, na medida em que a mesma pode e deve constituir um elemento de apoio à gestão.

Quadro – L
Sustentabilidade a médio e longo prazos

INDICADORES			2012		2013		2014	
1	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	34 819 071	248,86%	34 729 175	249,92%	31 842 565	213,62%
		Passivo	13 991 171		13 896 385		14 699 954	
		2	Solvabilidade II	Ativo Líquido	48 810 243	348,86%	48 625 560	349,92%
		Passivo	13 991 171		13 896 385		14 699 954	
3	Solvabilidade Adaptado	Ativo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	24 397 104	174,37%	23 804 401	171,30%	22 671 479	154,23%
		Passivo	13 991 171		13 896 385		14 699 954	
4	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	34 819 071	71,34%	34 729 175	71,42%	31 842 565	68,42%
		Ativo Líquido	48 810 243		48 625 560		46 542 519	

5	Liquidez Geral	Ativo Circulante	4 570 618	708,77%	4 440 206	1857,01%	3 564 623	460,29%
		Passivo Circulante	644 867		239 106		774 437	
6	Liquidez Imediata	Disponibilidades	3 115 703	483,15%	2 607 494	1090,52%	2 147 022	277,24%
		Passivo Circulante	644 867		239 106		774 437	
7	Fraço médio de Pagamento	Divida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos+OT+Cauç. e gar. de fornec. em dinheiro).	119 683	8	69 091	5	646 552	57

		Aquisição de Bens e Serviços/Transferências e subsídios no ano	5 591 015		5 502 660		4 170 841	
8	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Divida a fornecedores de imobilizado em 31/12	104 483		100 182		129 384	
		_____ x		13	_____	11	_____	25
		Aquisição de Imobilizado no ano	2 917 263		3 215 738		1 911 592	

9	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	22 618 705	51,13%	22 022 378	49,84%	18 980 388	44,16%
			Imobilizado Líquido	44 239 624		44 185 354		42 977 896	
10		Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	34 819 071	78,71%	34 729 175	78,60%	31 842 565	74,09%
			Imobilizado Líquido	44 239 624		44 185 354		42 977 896	
11		Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	13 346 304	30,17%	13 657 279	30,91%	13 611 751	31,67%
			Imobilizado Líquido	44 239 624		44 185 354		42 977 896	
12	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	644 867	1,46%	239 106	0,54%	774 437	1,80%
			Imobilizado Líquido	44 239 624		44 185 354		42 977 896	
13		Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	44 239 624	90,64%	44 185 354	90,87%	42 977 896	92,34%
		Ativo Líquido	48 810 243		48 625 560		46 542 519		
14	IMOBILIZAÇÕES	Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Dominio Público Líquido	24 413 139	50,02%	24 821 159	51,05%	23 871 040	51,29%
			Ativo Líquido	48 810 243		48 625 560		46 542 519	

15	ENDIVIDAME NETO	Endividament o	Passivo	13 991 171	28,66%	13 896 385	28,58%	14 699 954	31,58%
----	--------------------	-------------------	---------	------------	--------	------------	--------	------------	--------

		Ativo Líquido	48 810 243		48 625 560		46 542 519	
16	Endividament o de MLP	Dívidas de MLP	572 969	1,17%	475 241	0,98%	374 787	0,81%
		Ativo Líquido	48 810 243		48 625 560		46 542 519	
17	Endividament o - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	572 969	1,17%	475 241	0,98%	374 787	0,81%
		Ativo Líquido	48 810 243		48 625 560		46 542 519	
18	Endividament o de CP	Dívidas de Curto Prazo	287 027	0,59%	239 106	0,49%	774 437	1,66%
		Ativo Líquido	48 810 243		48 625 560		46 542 519	
19	Endividament o - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
		Ativo Líquido	48 810 243		48 625 560		46 542 519	
20	Estrutura de Endividament o I	Dívidas de MLP	572 969	4,10%	475 241	3,42%	374 787	2,55%
		Passivo	13 991 171		13 896 385		14 699 954	
21	Estrutura de Endividament o II	Dívidas de Curto Prazo	287 027	2,05%	239 106	1,72%	774 437	5,27%
		Passivo	13 991 171		13 896 385		14 699 954	

Quadro – LI
Indicadores de equilíbrio de MLP do Município

INDICADORES	2012	2013	2014	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Solvabilidade I	249%	250%	217%	-32,25
Solvabilidade II	349%	350%	317%	-32,25
Solvabilidade Adaptado	174%	171%	154%	-20,15
Autonomia Financeira	71%	71%	68%	-2,92

A solvabilidade, ou a capacidade de solver compromissos assumidos (passivo) com recurso a fundos próprios ou ao ativo total revela apenas uma diminuição de 33 p.p.. Contabilmente, os fundos próprios representam 217% do passivo total, sendo que o ativo representa cerca de 316,2% do passivo, refletindo uma situação líquida positiva.

O indicador da solvabilidade adaptado, atendendo ao ativo líquido sobre o passivo, surge devido aos bens de domínio público não representarem liquidez ou possível meio de liquidez dos municípios. Assim, temos em 2014 um grau de solvabilidade de 154,23%.

A autonomia financeira diminuiu cerca de 3% representado 68,42%, devido à diminuição do Ativo fundo e do patrimonial, evidenciando assim a mesma dependência do Município face a financiamentos externos.

Quadro – LII
Indicadores de equilíbrio de CP do Município

INDICADORES	2012	2013	2014	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Liquidez Geral	709%	1857%	464%	-248,48
Liquidez Imediata	483%	1091%	277%	-205,92
Prazo médio de Pagamento	8	5	57	49
Prazo médio de Pagamento - imobilizado	13	11	25	12

A Liquidez Geral revela a capacidade do Município em pagar os encargos a curto prazo.

A Liquidez Imediata relaciona só o valor existente em Disponibilidades com o passivo circulante.

Quadro – LIII
Indicadores de imobilizações Município

INDICADORES	2012	2013	2014	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Indicador das imobilizações I	51%	50%	45%	-6,23
Indicador das imobilizações II	79%	79%	75%	-4,62
Indicador das imobilizações III	30%	31%	32%	1,50
Indicador das imobilizações IV	1%	1%	2%	0,34
Percentagem de imobilizado líquido total	91%	91%	92%	1,71
Percentagem de imobilizado líquido de BDP	50%	51%	51%	1,27

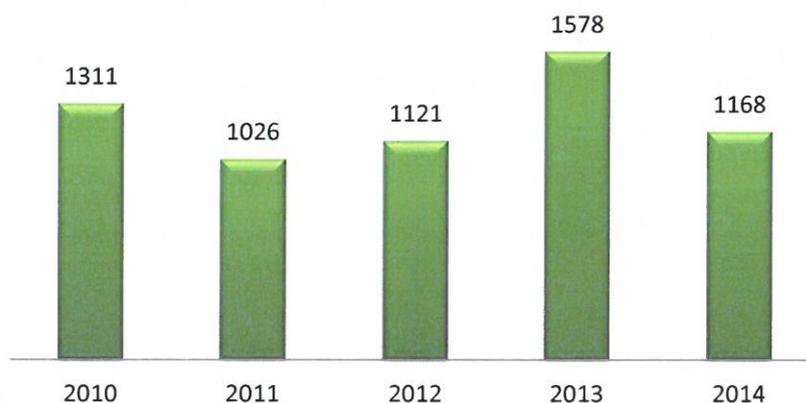
Quadro – LIV
Indicadores de endividamento Município

INDICADORES	2012	2013	2014	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Endividamento	29%	29%	31%	2,92
Endividamento de MLP	1%	1%	1%	-0,37
Endividamento - Empréstimos de MLP	1%	1%	1%	-0,37
Endividamento de CP	1%	0%	2%	1,08
Endividamento - Empréstimos de CP	0%	0%	0%	0,00
Estrutura de Endividamento I	4%	3%	3%	-1,55
Estrutura de Endividamento II	2%	2%	5%	3,22

O grau de endividamento do Município, atendendo à relação passivo/ativo líquido, aumentou para 31%.

DÍVIDAS DE TERCEIROS**Quadro – LV**

	2010	2011	2012	2013	2014
Empréstimos Concedidos	0 €	0 €	0 €	16.178 €	15.323 €
Contribuintes c/c	3.399 €	4.053 €	6.735 €	13.429 €	14.270 €
Utentes c/c	1.036.354 €	778.244 €	870.481 €	861.625 €	447.896 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	107.609 €	107.609 €	107.609 €	104.684 €	0€
Estado e outros entes públicos	128.545 €	122.452 €	0 €	840,49 €	2.761,20 €
Administração autárquica	0 €	0 €	28.000 €	98.525 €	69.863 €
Outros devedores	34.922 €	13.819 €	108.261 €	483.074 €	617.972 €
TOTAL	1.310.829 €	1.026.177 €	1.121.086 €	1.578.355 €	1.168.086 €

Gráfico – XVII**Dívidas de Terceiros****DÍVIDAS A TERCEIROS (EXCLUINDO A BANCA)**

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), embora se verifique um aumento em valores absolutos, em termos relativos no último ano, a dívida a terceiros assume um peso de 9,3% no total da despesa paga.

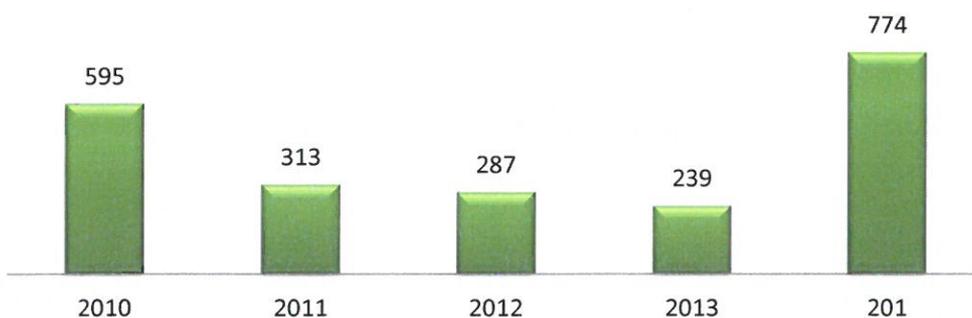
Quadro – LVI

	2010	2011	2012	2013	2014
Dividas a Terceiros	595.239,51 €	313.277,85 €	287.026,61 €	239.105,71 €	774.437,22€
TOTAL	595.239,51 €	313.277,85 €	287.026,61 €	239.105,71 €	774.437,22€

A composição desta dívida de 774.437,22€, é a seguinte:

- 481.499,76€, dizem respeito a valores retidos para entrega a terceiros (Estado e outras entidades);
- 24.892,63€, dizem respeito a valores de clientes e utentes com cauções;
- 268.044,86€, correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado, com faturas em conferência, a maioria delas emitidas no final do ano económico mas com entrada na autarquia depois de 31 de Dezembro, motivo pelo qual nunca poderiam ter sido pagas até ao final do ano, ainda a abater o valor de 56.856,16€, referente a faturas que se encontram em contencioso (Divida não reconhecida) pela CMR.
- Apenas 211.188,70€ correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado refletida orçamentalmente, que já se encontrava lançada na contabilidade até 31 de Dezembro;

Gráfico – XVIII
Dívida a Terceiros

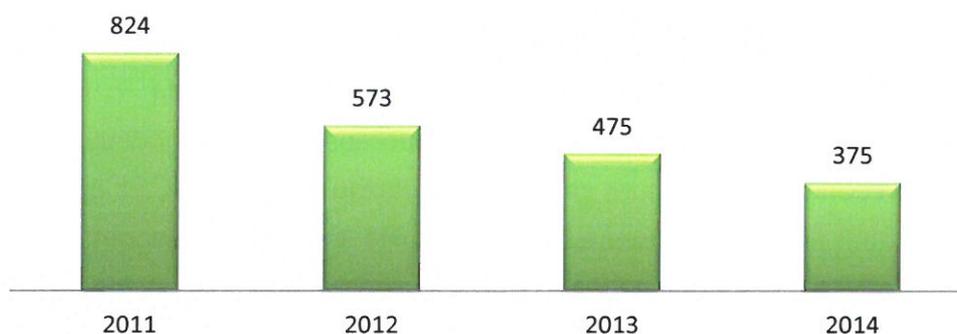


DÍVIDAS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS (em 31 de Dezembro)

Quadro – LVII

Empréstimo a Médio e Longo Prazo	2011	2012	2013	2014
Dívida a 31 de Dezembro	823.680,04 €	572.968,83 €	475.240,60 €	374.787,12€
TOTAL	823.680,04 €	572.968,83 €	475.240,60 €	374.787,12€

Gráfico – XIX



O montante dos empréstimos e o endividamento líquido municipal estão sujeitos a limites, fixados em função de uma percentagem da soma de um conjunto de receitas municipais

CÁLCULO DO LIMITE DA DÍVIDA

A Lei n.º73/2013 de 03 de setembro, no seu art.º 52, fixa como limite a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Quadro – LVIII

Limite da Dívida – Valores de referência

Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
6.101.130	5.877.904	5.904.777	18.950.261	5.961.271

Com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro, os conceitos de endividamento municipal foram alterados sendo que, no ano em análise, os municípios estão sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, os contratos de locação financeira e qualquer outras formas de endividamento.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O executivo municipal desenvolveu importante esforço, recorrendo a todos os mecanismos legais, económico-financeiros, técnicos e administrativos ao seu alcance, para que se concretizassem, tanto quanto possível, as atividades previstas, tendo procurado atingir os melhores resultados possíveis, na prossecução dos objetivos definidos.

Não é demais referir que esse quadro referencial foi delineado aquando da definição das prioridades para o quadriénio de 2014/2017, apontando para sete vetores de atuação ou objetivos estratégicos a desenvolver numa perspetiva de curto e/ou médio prazo e que são:

APOIO JURÍDICO

Das competências do Apoio Jurídico destacam-se as seguintes: elaboração de informações, emissão pareceres técnico – jurídicos, acompanhamento de processos gratuitos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre as petições diversas, reclamações, recursos, sindicâncias, inquéritos e estatuto disciplinar, acompanhamento de processos litigiosos, elaboração de regulamentos, posturas, contratos e outros instrumentos jurídicos, no âmbito das competências de todos os serviços camarários e com vista à prossecução das atribuições do Município de Redondo, bem como o apoio jurídico nessas matérias e em processos de parcerias.

Assim e nesta conformidade, as competências do Apoio Jurídico foram desenvolvidas pelas Técnicas Superiores Juristas afetas a este serviço no ano de 2014, cujas tarefas abrangeram toda a vasta gama de matérias da competência deste Município, designadamente:

- Apoio jurídico na área das contraordenações, que se traduziu em especial na instrução e elaboração de propostas de decisões;
- Acompanhamento da elaboração e alteração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, designadamente dos planos de pormenor e urbanização em curso;
- Elaboração de Regulamentos Municipais;
- Elaboração de respostas e fornecimento de elementos solicitados pelos Tribunais;
- Elaboração de informações e despachos no âmbito de processos de queixa e reclamações apresentadas à autarquia, tendo em vista a notificação dos

particulares e entidades externas de que se destaca a Inspeção-geral da Administração Local;

- Elaboração de informações e despachos no domínio de processos de licenciamento de obras particulares;
- Emissão de informações na área da contratação pública;
- Elaboração e colaboração de protocolos e contratos;
- Apoio e acompanhamento de procedimentos na área de aquisição de bens e serviços e empreitadas;
- Colaboração na elaboração de programas e cadernos de encargos de concursos;
- Apoio jurídico ao Executivo Municipal;
- Apoio Jurídico às Juntas de Freguesia;
- Prestação de apoio a todos os serviços municipais.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

O serviço municipal de proteção civil (SMPC) é responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal. O SMPC adequa-se ao exercício da função de proteção e socorro, em função das características da população e dos riscos existentes no município.

Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de todas estas entidades, e outras não representadas na CMPC mas com intervenção prevista no que à proteção civil diz respeito, que se desenvolveu em 2014 as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas.

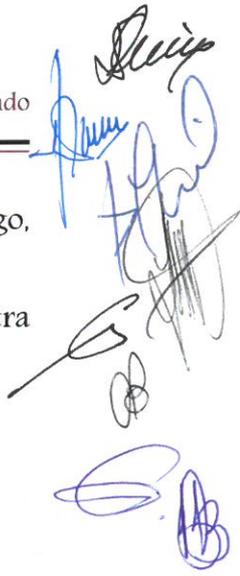
- Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, de acordo com a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho - Aprovou a Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização dos planos de emergência de proteção civil. O PMEPC de Redondo foi terminado em dezembro de 2014, encontrando-se atualmente na ANPC em análise para posterior aprovação e publicação no Diário da República.

- Elaboração de Comunicados Operacionais e Folhas Informativas, sempre que se verifiquem situações de alerta emitidos pelas entidades competentes (IPMA, DGS, ANPC, etc.) que são divulgados no site e através de uma mail list, com o objetivo de melhorar uma vigilância eficaz do risco, garantir um rápido alerta aos agentes de proteção civil, e um correto e eficaz aviso às populações.

- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições locais

- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;
 - Participação no exercício “A Terra Treme”, no dia 13 de Outubro, com o objetivo de preparação e autoproteção para o risco sísmico, com a duração de um minuto, no qual os trabalhadores do Município participaram em grupo.
 - Orientação de Estágios;
 - Elaboração dos Planos de Emergência Internos dos Centros Escolares de Redondo e Montoito, ainda em fase de conclusão;
 - Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico florestal intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
 - Acompanhamento do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, nas ações de sensibilização, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa;
- Atividades realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal:
- Realização de relatórios referentes aos trabalhos realizados pela Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz (Planos de Ação, relatórios semestrais e relatórios anual);
 - Atualização de toda a atividade da Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz, na plataforma SGIF;
 - Elaboração do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
 - Elaboração/atualização dos Planos Operacionais Municipais para os quatro Municípios pertencentes ao GTFI.
 - Atualização e validação no terreno, de SIG's de Defesa da Floresta, nomeadamente Rede Viária, Rede de Pontos de Água, Faixas de Gestão de Combustível, Cartografia de Risco de Incêndio e Silvicultura no âmbito DFCI efetuada em cada Município;
 - Tratamento de dados cartográficos em articulação com a Universidade de Évora e com o ICNF;
 - Participação em reuniões no CDOS Évora (Briefings semanais);
 - Participações em reuniões de planeamento de DFCI, promovidas pelo CDOS, GNR e ICNF;
 - Realização de pareceres e enquadramentos, relativamente a pedidos de construção em zonas florestais, no Município de Vila Viçosa;
 - Enquadramentos de Planos de Gestão Florestal, na cartografia dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
 - Ações de coordenação com a EDP, REN, ICNF e Soporcel, na realização de Faixas de Gestão Combustível;

-
- Realização e implementação de um regulamento Municipal do uso do fogo, uniforme para os quatro Municípios;
 - Apresentação e aprovação do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.



SERVIÇO DE INFORMÁTICA

No ano de 2014 o Gabinete de Informática desenvolveu tarefas de gestão e manutenção de todo o parque informático quer da Câmara Municipal quer das Juntas de Freguesia e centros escolares de Redondo e Montoito.

Atividades mais relevantes:

- Manutenção, gestão e administração de toda a infraestrutura (Rede e Sistemas);
- Conceção, administração, manutenção e exploração dos sistemas informáticos centrais, redes de comunicações, intranet e bases de dados instaladas, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acessos;
- Supervisionamento técnico de todos os processos de contratação de equipamento, mantendo um registo atualizado dos equipamentos e sistema central instalado;
- Conservação e segurança ativa e passiva dos equipamentos informáticos;
- Gestão e manutenção de todo o parque informático;
- Gestão e manutenção da aplicação de “workflow” existente;
- Elaboração das necessidades de recursos, equipamentos e suportes lógicos;
- Levantamento de necessidades e desenvolvimento de aplicações internas que visam facilitar tarefas/rotinas diárias dos utilizadores;
- Acompanhamento de estágios e integração de jovens recém-formados no contexto profissional e institucional aplicado às tecnologias de Informação;
- Garantir o help-desk diário a todos os utilizadores dos diversos serviços do Município de Redondo.
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de aplicações internas recorrendo a tecnologias “Open Source” para a sua implementação (PHP, MYSQL, etc.);
- Autoformação diária, como requisito de uma carreira que exige uma adaptação permanente a novos conteúdos.
- Estudo e acompanhamento da migração do sistema de Gestão da Base de Dados Bibliográfica da Biblioteca Municipal e Escolar.

- Manutenção do parque tecnológico dos novos centros escolares de Redondo e Montoito (infraestrutura tecnológica, quadros interativos, vídeo vigilância, etc.).
- Implementação de sistema de gestão de base de dados de bibliotecas livre (Khoa).

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Naquelas que são as suas competências, a Divisão Administrativa e Financeira coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial de acordo com os recursos existentes, nomeadamente, na elaboração dos projetos dos documentos de gestão previsionais, no controlo e execução dos mesmos, e na elaboração e apresentação da prestação de contas e do relatório de gestão, coligindo todos os documentos facultados pelos restantes Departamentos e demais Serviços Municipais.

É também a Divisão de apoio técnico e instrumental do Município e procura avaliar a conformidade do desempenho com os planos previamente definidos, nomeadamente com o Orçamento e com o Plano de Atividades, discriminando os objetivos atingidos, bem como o grau de execução dos projetos/atividades.

SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são imprescindíveis para o normal funcionamento da autarquia. Por um lado, o peso da despesa com pessoal representado na despesa total obriga a que a administração autárquica tenha um cuidado redobrado na sua gestão. Por outro, tratando-se de um dos ativos mais importantes, deve fazer-se uma afetação eficaz e eficiente desse recurso.

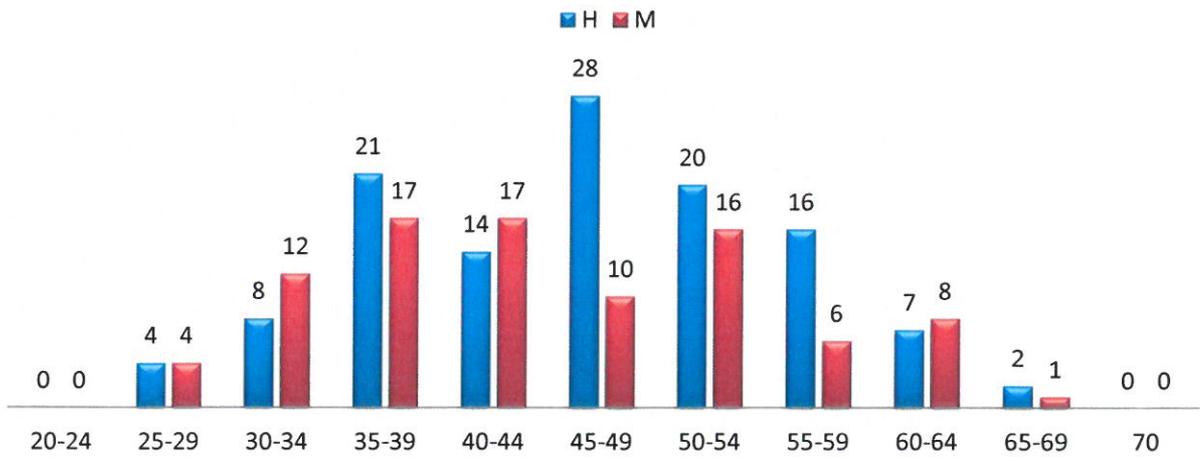
A Câmara Municipal, à data de 31 de dezembro, dispunha, no seu mapa de pessoal de 211 trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em função pública por tempo indeterminado (incluindo 3 comissões de serviço).

Quadro – LIX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género, em 31/12-2014

Faixa Etária	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
Menos de 20 anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
20-24	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
25-29	H	0	0	0	0	3	1	0	0	0	4	
	M	0	0	2	0	1	1	0	0	0	4	
	T	0	0	2	0	4	2	0	0	0	8	3,79%
30-34	H	0	0	4	1	1	2	0	0	0	8	
	M	0	0	6	0	1	5	0	0	0	12	
	T	0	0	10	1	2	7	0	0	0	20	9,48%
35-39	H	0	1	4	1	3	12	0	0	0	21	
	M	0	0	2	0	5	9	0	0	1	17	
	T	0	1	6	1	8	21	0	0	1	38	18,01%
40-44	H	0	0	2	0	2	9	0	0	1	14	
	M	0	0	3	0	5	9	0	0	0	17	
	T	0	0	5	0	7	18	0	0	1	31	14,69%
45-49	H	0	2	4	1	7	14	0	0	0	28	
	M	0	0	2	0	3	5	0	0	0	10	
	T	0	2	6	1	10	19	0	0	0	38	18,01%
50-54	H	0	0	0	0	1	19	0	0	0	20	
	M	0	0	3	0	6	7	0	0	0	16	
	T	0	0	3	0	7	26	0	0	0	36	17,06%
55-59	H	0	0	0	0	1	15	0	0	0	16	
	M	0	0	0	0	0	6	0	0	0	6	
	T	0	0	0	0	1	21	0	0	0	22	10,43%
60-64	H	0	0	0	0	1	6	0	0	0	7	
	M	0	0	1	0	0	7	0	0	0	8	
	T	0	0	1	0	1	13	0	0	0	15	7,11%
65-69	H	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	
	M	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
	T	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	1,42%
70 ou mais	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Total de Efetivos	H	0	3	14	3	19	80	0	0	1	120	56,87%
	M	0	0	19	0	21	50	0	0	1	91	43,13%
	T	0	3	33	3	40	130	0	0	2	211	

Gráfico – XX



A nível de estrutura etária, verificamos que 18,01% dos trabalhadores tem entre os 45-49 anos e 35-39 anos e 17,06% tem entre os 50 – 54 anos.

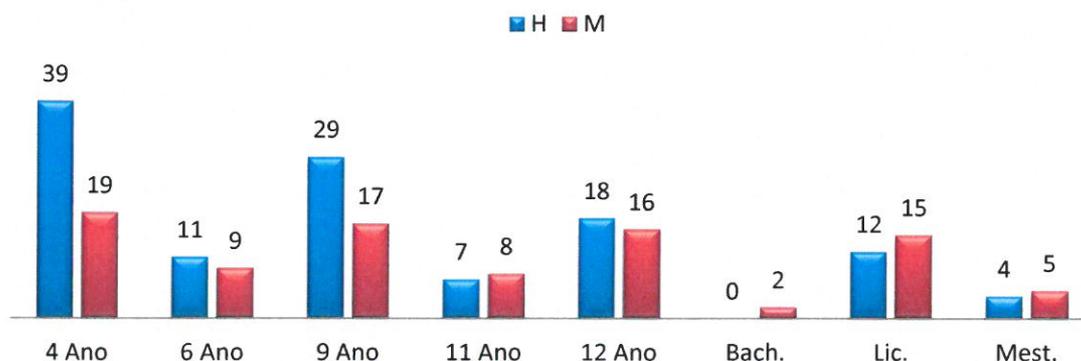
Quadro – LX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género, em

31-12-2014

Nível de Escolaridade	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico superior	Informática	Ass. Técnico	A.op.	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
4 Anos de esc. (4ª classe)	H	0	0	0	0	0	39	0	0	0	39	27,49%
	M	0	0	0	0	0	19	0	0	0	19	
	T	0	0	0	0	0	58	0	0	0	58	
6 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	3	8	0	0	0	11	9,48%
	M	0	0	0	0	0	9	0	0	0	9	
	T	0	0	0	0	3	17	0	0	0	20	
9 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	1	28	0	0	0	29	21,80%
	M	0	0	0	0	4	13				17	
	T	0	0	0	0	5	41	0	0	0	46	
11 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	4	3	0	0	0	7	7,11%
	M	0	0	0	0	4	4				8	
	T	0	0	0	0	8	17	0	0	0	15	
12 Anos de escolaridade	H	0	3	0	2	10	2	0	0	1	18	16,11%
	M	0	0	0	0	10	5	0	0	1	16	
	T	0	3	0	2	20	7	0	0	2	34	
Bacharelato	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,95%
	M	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	
	T	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	
Licenciatura	H	0	0	11	1	0	0	0	0	0	12	12,80%
	M	0	0	13	0	2	0	0	0	0	15	
	T	0	0	24	1	2	0	0	0	0	27	
Mestrado	H	0	0	3	0	1	0	0	0	0	4	4,27%
	M	0	0	4	0	1	0	0	0	0	5	
	T	0	0	7	0	2	0	0	0	0	9	
Doutoramento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total de efetivos	H	0	3	14	3	19	80	0	0	1	120	56,87%
	M	0	0	19	0	21	50	0	0	1	91	43,13%
	T	0	3	33	3	40	130	0	0	2	211	

Gráfico – XXI



Relativamente às habilitações literárias, 58,8% dos trabalhadores tem o 4.º e 9.º ano de escolaridade, 16,1% tem o 12.º ano de escolaridade, 12,8% tem licenciatura e 12,3% estão distribuídos pelos restantes níveis de escolaridade.

Quadro – LXI

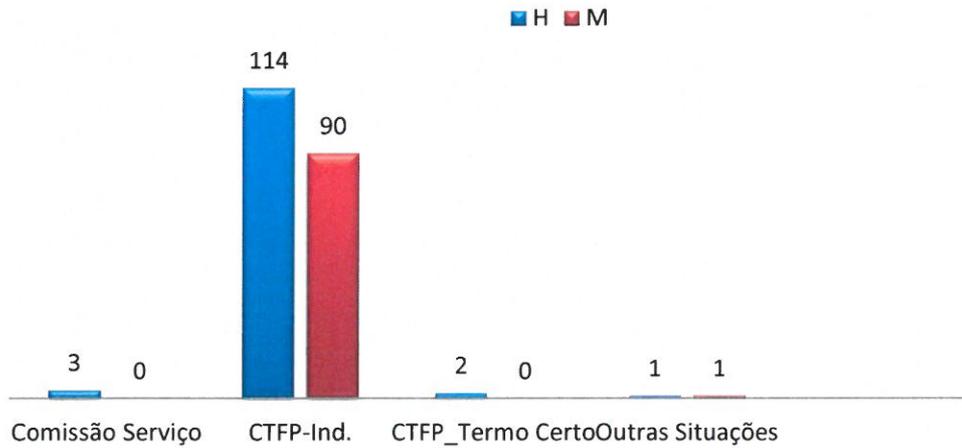
Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género, em 31-12-2014

Relação Jurídica	Sexo	Dirigente superior	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass. Operário	Bombeiros	Pessoal Apoio Educativo	Outros Grupos (b)	Total Geral	Total %
Comissão de serviço	H	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	1,42%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	
CTFP por tempo indeterminado	H	0	0	13	3	18	80	0	0	0	114	96,68%
	M	0	0	19	0	21	50	0	0	0	90	
	T	0	0	32	3	39	130	0	0	0	204	
CTFP a termo resolutivo certo	H	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2	0,95%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2	
CTFP a termo resolutivo incerto	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras situações (d)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,95%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
Total de efectivos	H	0	3	14	3	19	80	0	0	1	120	56,87%
	M	0	0	19	0	21	50	0	0	1	91	43,13%
	T	0	3	33	3	40	130	0	0	2	211	

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- (a) Inclui pessoal de chefia
- (b) Inclui todos os outros grupos profissionais
- (c) Considera apenas os funcionários provenientes de outros serviços
- (d) Outras situações não contempladas nos agrupamentos principais

Gráfico - XXII



Da análise do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

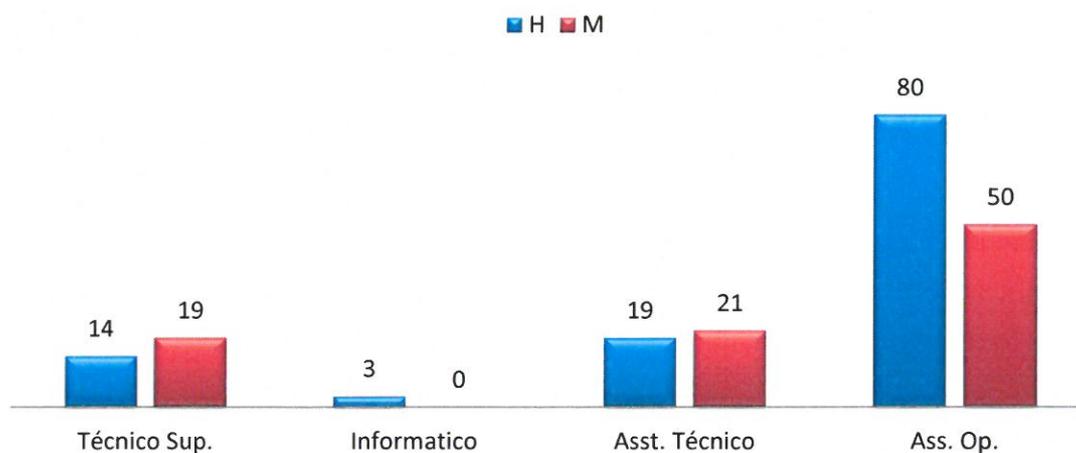
- Dos 211 funcionários do Município, 56,9% são do sexo masculino e 43,1% do sexo feminino;
- O grupo de pessoal com maior relevância é o dos Assistentes Operacionais, com 130 elementos (dos quais 38,46% são do sexo feminino e 61,54% do sexo masculino), que representam 61,61% do efetivo;

Quadro – LXII

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e género, em
31-12-2014

Ag. Antiguidade	Sexo	Dig. Superior	Dirigente Intermediários	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass.Op.	Bombeiros	Fórcia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
até 5 anos	H	0	0	2	1	3	16	0	0	0	22	
	M	0	0	2	0	0	16	0	0	0	18	
	T	0	0	4	1	3	32	0	0	0	40	18,96%
5 a 9	H	0	0	3	1	5	16	0	0	1	26	
	M	0	0	11	0	1	14	0	0	1	27	
	T	0	0	14	1	6	30	0	0	2	53	25,12%
10 a 14	H	0	1	6	1	2	20	0	0	0	30	
	M	0	0	2	0	12	13	0	0	0	27	
	T	0	1	8	1	14	33	0	0	0	57	27,01%
15 a 19	H	0	1	1	0	1	9	0	0	0	12	
	M	0	0	1	0	2	3	0	0	0	6	
	T	0	1	2	0	3	12	0	0	0	18	8,53%
20 a 24	H	0	0	0	0	1	4	0	0	0	5	
	M	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	
	T	0	0	0	0	3	4	0	0	0	7	3,32%
25 a 29	H	0	1	1	0	6	8	0	0	0	16	
	M	0	0	3	0	2	3	0	0	0	8	
	T	0	1	4	0	8	11	0	0	0	24	11,37%
30 a 34	H	0	0	1	0	0	5	0	0	0	6	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	1	0	0	5	0	0	0	6	2,84%
35 a 39	H	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	
	M	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	
	T	0	0	0	0	2	1	0	0	0	3	1,42%
40 ou mais anos	H	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
	M	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1,42%
Total de efectivos	H	0	3	14	3	19	80	0	0	1	120	56,87%
	M	0	0	19	0	21	50	0	0	1	91	43,13%
	T	0	3	33	3	40	130	0	0	2	211	

Gráfico – XXIII



Assim, pode-se concluir que, dos 211 funcionários com vínculo à Administração Local, 18,9% tem menos de 5 anos de antiguidade, enquanto no termo oposto, apenas 1,42% conta já com mais de 40 anos de antiguidade.

Após análise dos recursos existentes, podemos passar às principais atividades emanadas pela Secção de Pessoal.

1. Admissões

- No ano 2014 não houve abertura de procedimentos concursais para admissão contratados por tempo indeterminado e determinado, com a exceção da contratação de 2 técnicos na área de inglês e musica para o funcionamento das atividades de enriquecimento curricular, AEC's;
- Execução de todas as ações administrativas necessárias ao bom funcionamento do setor;
- Atualização do Mapa de Pessoal;
- Atendimento ao público sobre pedidos de emprego, concursos, contratos, transferências, requisições e demais assuntos;
- Organização, preparação e conclusão de projetos, no âmbito da Iniciativa Emprego 2014, de candidaturas relativas aos programas Contrato Emprego Inserção (subsídio de desemprego);

- Organização, preparação e conclusão, no âmbito da Iniciativa Emprego 2014, de candidaturas relativas aos Programas Inserção+ (subsídio rendimento mínimo de inserção).
- Organização, preparação e conclusão, no âmbito candidaturas relativas a Estágios Profissionais e Passaporte Emprego 2013/2014.

1. Formação /Avaliação

- Em execução de despacho superior procedeu-se à inscrição de funcionários, agentes e trabalhadores, em ações de formação.

2. Cadastro e Remunerações

- Organização e atualização dos processos individuais dos trabalhadores;
- Organização e tratamento de todo o expediente relativo a processos de contagem de tempo, de aposentação, de acidentes em serviço e de doenças profissionais;
- Instrução dos processos referentes à atribuição de abono de família para crianças e jovens e outras prestações familiares;
- Inscrições/reinscrições de trabalhadores na A.D.S.E., Caixa Geral de Aposentações, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, bem como a elaboração dos respetivos mapas de entrega de descontos;
- Elaboração e entrega de mapas de descontos do pessoal inscrito na Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Redondo;
- Elaboração de listagens de remunerações para efeitos de seguro de acidentes em serviço, bem como da relação de descontos para seguros de grupo efetuados nas remunerações de alguns trabalhadores;
- Elaboração e entrega mensal à Direcção-Geral dos Impostos, modelo 10, de ficheiro em formato oficial, referente a rendimentos e respetivas retenções, de todos os trabalhadores do Município;
- Elaboração e entrega à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de fevereiro, de um ficheiro de formato oficial, referente a rendimentos e respetivas retenções, relativos ao ano anterior, para os trabalhadores independentes;
- Recolha e tratamento dos dados para fins estatísticos e de gestão, designadamente quanto à assiduidade, trabalho extraordinário, ajudas de custo, participação na doença, acidentes em serviço, entre outros;
- Controle da assiduidade dos trabalhadores através da verificação de todos os tipos de faltas e licenças e organização dos pedidos de submissão a Juntas Médicas da A.D.S.E. e C.G.A.;

- Processamento através de meios informáticos, das remunerações, comparticipações da A.D.S.E., horas extraordinárias, ajudas de custo, abono de família para crianças e jovens e demais prestações familiares, pensões e outros abonos;
- Elaboração de estimativa das importâncias para despesas com pessoal efetuada nos termos do POCAL, destinada ao Orçamento Municipal;
- Recolha e tratamento informático do cadastro do pessoal, assiduidade, quadro de pessoal, dados relativos a abonos auferidos para efeitos de liquidação de I.R.S., etc.;
- Assegurar o expediente e arquivo de documentos e de processos;
- Conferência e elaboração do mapa de férias;
- Informar e submeter a despacho superior, requerimentos e demais petições dos trabalhadores e todos os assuntos com eles relacionados;
- Levantamento de dados para elaboração do Balanço Social e proceder à sua entrega até 1 de abril;
- Controlo dos descontos das pensões de alimentos, judiciais e das penhoras, ordenadas pelas entidades competentes, informando a Secção de Contabilidade para proceder à sua entrega mensal. Proceder às atualizações decorrentes das mudanças remuneratórias dando conhecimento aos vários intervenientes das alterações efetuadas;
- Atendimento dos trabalhadores sobre os diversos assuntos tratados no Sector.

3. Higiene e Segurança no Trabalho (HST)

Relativamente à HST, os recursos humanos têm como principal objetivo apoiar toda a estrutura que constitui a Câmara Municipal de Redondo no que concerne à melhoria das condições de segurança e de higiene no trabalho. Enquadrado nestas atribuições tem-se vindo a desenvolver esforços para implementar um sistema de medicina no trabalho para dar resposta às necessidades nesta matéria. Atendendo à inexistência de Recursos Humanos para implementar e desenvolver esta área, foram adquiridos serviços a empresa especializada na área.

- No ano de 2014 ocorreram 7 acidentes de trabalho, dos quais 3 foram referentes a trabalhadores integrados em projetos do IEFP - programa emprego inserção e programa emprego inserção +.

ATENDIMENTO E GESTÃO DOCUMENTAL

O Serviço de Atendimento e Gestão Documental no desempenho das suas funções deu o apoio administrativo necessário ao funcionamento dos órgãos autárquicos,

designadamente na preparação das reuniões da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, procedendo à elaboração das convocatórias e à organização da documentação respetiva, elaborando editais de modo a publicitar as reuniões, elaborando as folhas de presença e folhas de votação dos pontos da ordem de trabalhos das reuniões, elaboração de toda a documentação necessária ao pagamento das senhas de presença dos membros eleitos.

No decorrer dos trabalhos de funcionamento da Assembleia Municipal foi efetuado o registo de entrada de 38 documentos, foram expedidos 107 ofícios e foram elaboradas 5 atas, resultantes das 5 reuniões realizadas no ano de 2014.

Para funcionamento do órgão executivo, Câmara Municipal, foi dado o apoio administrativo na organização da documentação necessária à realização das reuniões, foram secretariadas as 21 reuniões realizadas no ano de 2014, das quais resultou a elaboração de 21 atas. As deliberações tomadas nas reuniões foram encaminhadas para todos os serviços de modo a serem desenvolvidos os procedimentos tidos por convenientes e foram publicitadas nos lugares públicos, as atas foram publicitadas no site oficial da Câmara Municipal.

Foi prestado todo o apoio administrativo aos membros eleitos dos órgãos autárquicos.

No âmbito do Atendimento e Gestão Documental foram desempenhadas as funções tendo como principal objetivo dar resposta rápida e eficaz às solicitações do cidadão / munícipe, articular a sua ação com as diferentes áreas dos serviços municipais, nomeadamente, no registo e tramitação de toda a documentação apresentada no serviço; arrecadar receitas provenientes dos serviços prestados no balcão único municipal e receita proveniente do fornecimento de água; fazer o atendimento telefónico e encaminhamento das chamadas recebidas, efetuar ligações telefónicas para o exterior a pedido dos serviços.

Procedeu-se à receção de pedidos, organização, instrução e emissão dos respetivos documentos de autorização referente aos processos adstritos ao serviço, nomeadamente, 12 processos de licença especial de ruído para festas, 6 processos de licenciamento de queimadas; 26 processos de carta de caçador (concessão, renovação e pedido de exame). 105 processos referentes ao serviço de cemitério (66 inumações, 3 trasladações, 11 processos de aquisição de sepultura e 28 pedidos diversos).

No âmbito do licenciamento municipal foram tratados 5 processos de ocupação de espaço público.

No âmbito do licenciamento zero, o Município de Redondo aderiu à utilização da plataforma nacional do balcão do empreendedor, a qual entrou em funcionamento em junho de 2014, onde foram tratados 23 processos, (18 processos de mera comunicação prévia e 5 processos de comunicação prévia com prazo), sendo 5 processos referentes a instalações de estabelecimentos, 1 processo de encerramento de estabelecimento, 10 comunicações de horário de funcionamento e 7 processos de ocupação de espaço público.

Foram rececionados e tramitados 765 processos de água (197 contratos de fornecimento de água, 178 pedidos de interrupção de fornecimento, 128 pedidos de ramais de água e esgoto, bem como pedidos de pagamento dos mesmos e pedidos de mudança da sítio de contador, 34 pedidos diversos, e 228 pedidos de pagamento de água em prestações e respetivos acordos de pagamento).

Para além da receção e tramitação de todos os processos e requerimentos referentes ao urbanismo, foram também emitidos, pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental, alvarás de licença de construção e alvarás de licença de utilização.

Prestou-se apoio ao Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo, através do fornecimento imediato, pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental, de plantas de localização.

Foram emitidos pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental 4104 documentos de receita individual e foram recebidos 3909 documentos, foram ainda emitidos e recebidos pelo serviço 260 documentos de receita coletivos.

Foram registados, digitalizados e tramitados no Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal 10.580 documentos e foi efetuado o registo e digitalização referente à expedição de 5062 documentos.

Foram recebidas, registadas e tramitadas para o serviço de desporto, 91 inscrições para utilização da piscina coberta de Redondo e emitidos mensalmente os documentos de cobrança da mensalidade devida pelos utilizadores da piscina coberta e pavilhão desportivo.

Foi dada colaboração ao gabinete de inserção profissional através do controlo das apresentações periódicas dos beneficiários das prestações de desemprego.

Foi dado apoio à secção de pessoal, no atendimento e encaminhamento de desempregados que se apresentam com oferta de emprego.

Procedeu-se à elaboração de mapas, ordens de pagamento, guias de receita, e outros documentos necessários para a entrega de verbas de operações de tesouraria às entidades competentes, nomeadamente, dos descontos de funcionários e contribuições da entidade, à Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Autoridade Tributária e Aduaneira, entre outras.

Foram emitidos e renovados Registos de Certificados de Cidadão da União Europeia e enviada a informação mensal ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Procedeu-se à emissão e renovação de registos de promotor público de espetáculos, emissão de licenças de representação e envio mensal da respetiva informação à Inspeção-geral de Atividades Culturais.

Foram executadas as mais diversas funções inerentes ao serviço e outras que se mostraram necessárias em articulação com os restantes serviços municipais.

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

O serviço de contabilidade coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial.

Organizacionalmente, a atividade desenvolvida é dividida em 3 sectores:

1. Contabilidade

Além de executar e participar na organização dos processos inerentes à eficiente execução orçamental, de preparar os registos e apuramentos referentes aos valores arrecadados a entregar a outras entidades, realizou as ações e demais procedimentos que se enunciam:

- Ao nível do funcionamento da aplicação informática de contabilidade, promoveu-se a manutenção da mesma, com o respetivo acompanhamento técnico e apoio do Gabinete de Informática, tendo em vista a contínua melhoria das funcionalidades da aplicação na elaboração das tarefas diárias;
- Com o objetivo de atingir uma crescente otimização das ferramentas da aplicação informática e procedimentos internos, com celeridade e diminuição de custos com o consumo de material de escritório, no processamento de faturas e respetivas autorizações de pagamento procedeu-se à reunião de vários documentos de forma a reduzir substancialmente a emissão de ordens de pagamento e ainda progrediu-se no sentido de se reunir despesas em ordens de pagamento coletivas, resultando num menor número de registos;
- Atualização e controlo dos processos de empréstimos a médio e longo prazo;

A Contabilidade efetuou registros diários que podem ser traduzidos em número de documentos processados:

Documentos de Despesa	2014
Propostas de Cabimento	1761
Requisições Externas	1829
Faturas	2517
Movimento de Estorno	152
Ordens de Pagamento	3131
Ordens de Pagamento Tesouraria	327
Recibos	1
Reposições de Pagamentos	12
Documentos de Receita	2014
Guias de Receita	73
Guias de Faturas	2019
Guias Individuais	2790
Documentos Coletivos	1575
Guias de Recebimento	4654
Recebimento de Guias Coletivos	1551
Anulação de Receita	24556
Estorno de Receita	1
Diversos	2014
Num. de Terceiro	4846
Movimentos Bancários	5705
Notas de Lançamento	11520
N. Pendentes WF	1
Caderneta Bancos	365

Afetação de Custos	38375
Pedidos Aut. Despesa	1
Garantia / Caução	1

2. Património

Apurar o Ativo Bruto, nomeadamente, o Imobilizado, que compreende os investimentos financeiros, as imobilizações corpóreas e incorpóreas e os bens de domínio público, para elaboração do Balanço, que para além de obrigatório é um mapa que agrega informação financeira importante, nomeadamente, para a análise da situação Patrimonial, na medida em que se obtém informação não só das transações passadas que envolveram pagamentos no exercício, como de obrigações e direitos a pagar e a receber relativos a exercícios futuros é da competência anual do Património.

Igualmente importante e também da competência anual do Património é apurar as Amortizações do Exercício, para o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (Custos e Proveitos) e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados, a Demonstração de Resultados.

Nesta conformidade, no âmbito das suas competências, foram desenvolvidas as diligências infra mencionadas e no que concerne à classificação patrimonial, para elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados, procedeu-se à classificação de faturas e reconciliação entre os registos destas na classe 4- Imobilizado, do Ativo por parte da Contabilidade e os valores inventariados na mesma classe por parte dos seus serviços, de forma a apurar-se inequivocamente os bens novos que integram a referida classe e a fazer corresponder os valores das alterações patrimoniais (beneficiações, depreciações, amortizações, etc.) aos bens que já se encontram em cadastro.

Foram inventariados, durante o ano de 2014.

- 2 Bens Imóveis de Domínio Privado;
- 0 Bens Imóveis de Domínio Público;
- 74 Bens Móveis;
- 2 Viatura;
- 5 Imobilizações incorpóreas;
- 2 Abates de Bens Imóveis;
- 79 Abates de Bens Móveis;
- 3 Abates de Viaturas;
- 3 Abates de Imobilizações incorpóreas;
- 46 Valorizações;
- 0 Desvalorizações.

3. Tesouraria

A Tesouraria procedeu à cobrança e arrecadação de receitas e ao pagamento de despesas, devidamente autorizadas, e após verificação das normas legais em vigor.

A Tesouraria, registou todos os movimentos oriundos de cada um dos serviços emissores de documentos de receita e despesa.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

A secção de Aprovisionamento, no ano em apreço realizou, as ações e demais procedimentos que seguidamente se referem.

- Após instrução dos respetivos processos, procedeu-se às aquisições necessárias para todos os serviços municipais, procedendo-se à abertura de concursos relativos a procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços, respeitando todos os preceitos legais aplicáveis;
- Procedeu-se à elaboração de anúncios, programas de concurso e cadernos de encargos, bem como se asseguraram a tramitação dos processos, sob o ponto de vista legal e administrativo;
- No âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, que aprova o CCP, foram elaborados 43 processos de Ajuste Direto do Regime Geral e 3 processos de Concurso público;
- No decorrer do ano, foi sendo efetuada, diariamente, a atualização das fichas de existências através do registo dos documentos e movimentação de stocks na aplicação informática de armazéns;
- Efetuou-se a gestão de stocks e encomendas de materiais;
- Procedeu-se à distribuição, pelos diversos serviços, dos bens objeto de requisição;
- Movimentos e registos diários traduzidos em número/volume de documentos tratados e processados.

Documentos Emitidos na Aplicação de Armazém

Requisições Internas - 8687

Pedidos de Aquisição - 1552

Notas de Encomenda - 1453

Processos de Consulta - 41

Pedidos de Fornecimento - 86

-Para atualização dos ficheiros de consumos anuais e a fim de evitar eventuais roturas de stock, no decorrer do ano foram solicitadas distintas estatísticas de consumos de artigos necessários ao normal funcionamento das diversas unidades orgânicas do Município, para comparativamente e de harmonia com os ficheiros que integram a

aplicação armazém/aprovisionamento proceder à abertura dos respetivos processos de aquisição;

- Efetuou-se o atendimento personalizado a fornecedores com contratos a decorrer, bem como a receção àqueles que pretendiam apresentar os seus produtos ou que simplesmente pretendiam inscrever-se como tal, efetuando-se desde logo a atualização dos ficheiros relativos ao mercado fornecedor, para apresentação de propostas em futuras consultas;
- Efetuaram-se consultas periódicas ao mercado, para selecionar as entidades com melhores e mais favoráveis condições para a autarquia;
- Em conjunto com a Contabilidade, foi efetuado um controlo das notas de encomenda por movimentar/requisições externas emitidas e a aguardar faturação, contactando quer o fornecedor quer o serviço requisitante, para apurar as respetivas causas, procedendo-se quando foi caso disso às respetivas inutilizações e estornos;
- Foram também executados variados procedimentos necessários à integração e interligação das aplicações de aprovisionamento e contabilidade (POCAL), no que respeita à atualização da codificação de artigos, terceiros (fornecedores), tipos de despesa, classificação orçamental, requisições internas, pedidos de aquisição, propostas de cabimento, notas de encomenda, requisições externas a fornecedores ou prestadores de serviços, entre outras;
- Ao longo do ano, procedeu-se à manutenção e arquivo dos processos e demais documentos que decorreram pelo aprovisionamento.

NOTARIADO

Foram contabilizados pelos Serviços de Notariado e Sector de Apoio à Contratação Pública:

CONTRATOS

- Empreitada - 5
- Fornecimento - 16
- Prestação de Serviços - 12
- Contrato de Locação - 1

DPD – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Divisão de Planeamento e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Redondo, contempla os seguintes serviços: Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), Sistema de Informação Geográfica de Redondo (SIGRED) e Gabinete de Intervenção Ambiental (GIA).

GADE

O Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE) tem como principal objetivo apoiar a instalação de novas empresas bem como acompanhar e incentivar as empresas já existentes.

Tendo 2014 sido o primeiro ano do novo período de programação financeira (2014-2020), ainda decorreu a execução das operações aprovadas no período de programação anterior.

Assim, foram desenvolvidas as seguintes atividades.

- Atendimento aos agentes económicos (empresas e instituições particulares de solidariedade social) e municipais com iniciativas empreendedoras, bem como fornecimento da informação disponível relativa aos apoios em vigor:
 - QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional;
 - PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural;
 - Porta 65 – Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem;
 - Linhas de Crédito PME Investe;
 - Programa Valorizar;
 - Microcrédito.
- Candidaturas a diversos programas nacionais e comunitários de projetos a desenvolver/desenvolvidos pelo Município.
 - Requalificação da Circulação Pedonal nas Falcoeiras;
 - Requalificação Urbana da Vila de Redondo – Unidade C-1ª Fase;
 - Modernização do Salão Polivalente de Montoito.
- Acompanhamento da execução financeira e gestão das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários.
 - Zona Verde e de Lazer do Rossio de Cima, em Montoito;
 - Zona Verde de Lazer e Recreio do Freixo;
 - Requalificação da Estrada Municipal 534;
 - A Descoberta de Redondo;
 - Rede Cultural “Terras de Sol”;
 - Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase;
 - Construção da Via Circular Poente – 3.ª fase;

- Requalificação Urbana da Zona do Calvário;
 - Requalificação da Estrada Municipal 534;
 - GIP – Gabinete de Inserção Profissional;
 - Requalificação Urbana de Redondo;
 - Centro Escolar de Redondo;
 - Centro Escolar de Montoito;
 - Fórum de Eventos Promocionais – Coliseu de Redondo;
 - Arrelvamento e Beneficiação do Campo do Calvário;
 - Festival Terras de Sol;
 - Teias;
 - Parque Ambiental de Redondo;
 - Modernização, Qualificação e Simplificação do Atendimento aos Cidadãos.
- Acompanhamento da execução financeira e gestão das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários de projetos desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos do concelho.
 - Centro de Dia e Apoio Domiciliário de Santa Susana (Santa Casa da Misericórdia de Redondo);
 - Filarmónica Redondense – Novos Vãos (Sociedade Filarmónica Municipal Redondense).
 - Preparação do Alentejo 2020, da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Local (EIDL) do Alentejo Central e da estratégia que sustentou a candidatura do Consórcio Monte-ACE para ser entidade gestora no PDR 2020 – participação em diversos grupos e sessão de trabalho intermunicipais e regionais, consoante o âmbito de abrangência dos documentos.

SIGRED

O Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo (SIGRED) tem como função capturar, armazenar, verificar, integrar, manipular, analisar e visualizar dados georreferenciados de todo o concelho. Esta ferramenta tem permitido uma melhoria na qualidade da decisão, respostas mais céleres e transparentes e um melhor conhecimento do território.

Assim, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

1. Realização de Análises – Espaciais.
 - a. Cálculo do comprimento das condutas de abastecimento e coletores de saneamento nas freguesias do concelho de redondo;
 - b. Cálculo do comprimento de condutas e coletores reabilitados no concelho de redondo;
 - c. Cálculo do número de ramais de abastecimento e saneamento por aglomerados urbanos;

- d. Cálculo do número de alojamentos beneficiados com recolha de resíduos sólidos indiferenciados e diferenciados no concelho de redondo;
 - e. Emissão de relatórios provenientes das análises realizadas e preenchimento dos metadados da informação geográfica criada.
2. Atualização das diversas bases de dados existente no SIGRED;
 3. Atualização da Shapefile dos circuitos de recolha de lixo adicionando os dias do percurso e o tipo de carro;
 4. Envio de proposta de alteração do RMUE, alínea i do Artigo 6.º;
 5. Georreferenciação de pontos úteis requeridos pelo “Turismo de Portugal”.
 6. Validação, conversão de coordenadas para Datum73 e WGS84 e envio das mesmas para o Sócio Cultural, com o objetivo de atualizar o site da Câmara.
 7. Validação de dados sobre processos de obras enviados pelo INE.
 8. Georreferenciação dos Municipais Isolados 2014, dados fornecidos pela GNR e Gabinete de Ação Social, emissão de plantas de localização dos mesmos e preenchimento dos metadados.
 9. Analisar alteração ao decreto-lei n.º 193/95 de 28 de julho referente à produção cartográfica.
 10. Acompanhamento dos projetos SIGREDES e SIGMA, tal como envio da cartografia e elementos necessários para o seguimento dos mesmos;
 11. Organização de toda a cartografia recebida referente ao projeto SIGREDES, validação da mesma, e preenchimento dos respetivos metadados.
 12. Criação de projeto SIG para registo das intervenções na rede de abastecimento e saneamento, tal como o registo de extensões na rede, com a colaboração dos Técnicos Operários responsáveis pela rede de abastecimento e saneamento.
 13. Organização do Gabinete SIGRED;
 14. Atualização dos pontos de amostragem de água para 2014, segundo dados fornecidos pelo Gabinete de Intervenção Ambiental;
 15. Realização de vários mapas temáticos e análise espaciais em SIG para apoio aos vários gabinetes internos;

16. Número de Plantas requeridas pelos Municipais;

Foram fornecidas em formato analógico:

- 19 Enquadramentos em Ortofotomapa;
- 13 Enquadramentos em Carta Militar;
- 0 Enquadramentos em Levantamento Topográfico;

- 21 Enquadramentos em PDM (Condicionantes);
- 2 Enquadramentos em PDM (Ordenamentos);
- 0 Enquadramentos em PU;
- 1 Enquadramento em Planta Cadastral;
- 1 Outros Enquadramentos

Somando um total de 57 plantas fornecidas.

SMPC

O serviço municipal de proteção civil (SMPC) é responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal.

O SMPC adequa-se ao exercício da função de proteção e socorro, em função das características da população e dos riscos existentes no município.

Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de todas estas entidades, e outras não representadas na CMPC mas com intervenção prevista no que à proteção civil diz respeito, que se desenvolveu em 2014 as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas.

- Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, de acordo com a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho – Aprovou a Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização dos planos de emergência de proteção civil. O PMEPC de Redondo foi terminado em dezembro de 2014, encontrando-se atualmente na ANPC em análise para posterior aprovação e publicação no Diário da República.

- Elaboração de Comunicados Operacionais e Folhas Informativas, sempre que se verifiquem situações de alerta emitidos pelas entidades competentes (IPMA, DGS, ANPC, etc.) que são divulgados no site e através de uma mail list, com o objetivo de melhorar uma vigilância eficaz do risco, garantir um rápido alerta aos agentes de proteção civil, e um correto e eficaz aviso às populações.

- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições locais

- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;

- Participação no exercício “A Terra Treme”, no dia 13 de Outubro, com o objetivo de preparação e autoproteção para o risco sísmico, com a duração de um minuto, no qual os trabalhadores do Município participaram em grupo.

- Orientação de Estágios;

- Elaboração dos Planos de Emergência Internos dos Centros Escolares de Redondo e Montoito, ainda em fase de conclusão;
 - Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico florestal intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Florestal Contra Incêndios.
 - Acompanhamento do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, nas ações de sensibilização, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa;
- Atividades realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal:
- Realização de relatórios referentes aos trabalhos realizados pela Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz (Planos de Ação, relatórios semestrais e relatórios anual);
 - Atualização de toda a atividade da Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz, na plataforma SGIF;
 - Elaboração do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
 - Elaboração/atualização dos Planos Operacionais Municipais para os quatro Municípios pertencentes ao GTFI.
 - Atualização e validação no terreno, de SIG's de Defesa da Floresta, nomeadamente Rede Viária, Rede de Pontos de Água, Faixas de Gestão de Combustível, Cartografia de Risco de Incêndio e Silvicultura no âmbito DFCI efetuada em cada Município;
 - Tratamento de dados cartográficos em articulação com a Universidade de Évora e com o ICNF;
 - Participação em reuniões no CDOS Évora (Briefings semanais);
 - Participações em reuniões de planeamento de DFCI, promovidas pelo CDOS, GNR e ICNF;
 - Realização de pareceres e enquadramentos, relativamente a pedidos de construção em zonas florestais, no Município de Vila Viçosa;
 - Enquadramentos de Planos de Gestão Florestal, na cartografia dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
 - Ações de coordenação com a EDP, REN, ICNF e Soporcel, na realização de Faixas de Gestão Combustível;
 - Realização e implementação de um regulamento Municipal do uso do fogo, uniforme para os quatro Municípios;
 - Apresentação e aprovação do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

GIA

No âmbito das competências atribuídas ao gabinete, foram realizadas as seguintes atividades em 2014:

- Acompanhamento do livro de registo sanitário com o objetivo de facilitar o controlo da qualidade da água, pelos funcionários da piscina, e confirmar a honestidade dos responsáveis perante uma inspeção sanitária, os resultados das análises devem ser sempre registados em livro ou arquivados em dossier específico. Todas as ocorrências e aspetos técnicos importantes (número de banhistas entrados diariamente, quantidade de água renovada, temperatura, lavagens de filtros, verificações técnicas, etc.).
- Monitorização da qualidade das águas das piscinas, através das análises físico-químicas, microbiológicas e biológicas;
- Articulação com a Autoridade de Saúde Pública a investigação das causas, adoção de medidas corretivas com o objetivo de resolução os incumprimentos registados;
- Elaboração e publicitação dos editais trimestrais da qualidade da água e avisos de corte de água, disponíveis na página de Internet da câmara;
- Envio trimestral para todos os agentes económicos, que os solicitem, os relatórios da qualidade da água necessário no âmbito da implementação do HACCP;
- Colaboração com a entidade gestora da qualidade da água em alta, Águas do Centro Alentejo;
- Dar cumprimento às obrigações para com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.
 - Elaboração do Plano de Controlo de Qualidade da Água 2015, o qual é aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
 - Monitorização da qualidade da água para consumo humano, por forma a cumprir o Plano de Controlo de Qualidade da Água 2014, efetuar a comunicação de incumprimentos aos valores paramétricos e solicitação da dispensa do controlo analítico de parâmetros conservativos;
 - Introdução dos dados de qualidade da água (IDQA) 2013.
 - Acompanhamento do sistema de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores, fase de comunicação de dados, auditoria e validação de dados referente ao ano de 2013
- Colaboração na gestão dos resíduos sólidos urbanos e não urbanos:
 - Recolha seletiva de 39,74t de vidro;
 - Recolha seletiva de 34,88t de papel/cartão;
 - Recolha seletiva de 23,04t de plástico/metal;

- Recolha seletiva de 0,12t de óleos alimentares usados;
- Recolha seletiva de 0.05t de pilhas e Acumuladores;
- Mistura de resíduos urbanos e equiparados – recolha de 3070t – devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
- Monstros não ferrosos – recolha de 26,32t – devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
- Mistura de resíduos urbanos e equiparados – recolha de 375,9t – devidamente encaminhadas para o tratamento Mecânico e Biológico (TMB) da Gesamb;
- Resíduos verdes – recolha de 90,54t – devidamente encaminhadas para o tratamento Mecânico e Biológico (TMB) da Gesamb;
- Embalagens de vidro – recolha de 1,04t – devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
- Papel e cartão – recolha de 2,88t – devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
- Lamas de fossas sépticas – recolha de 4319t – devidamente encaminhadas para a ETAR de Redondo e que correspondeu a 564 serviços de limpezas de fossas sépticas;
- Pneus – recolha de 3,52t – devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;
- Plásticos Agrícolas – recolha de 2,42t – devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;
- Componentes retirados de equipamentos fora de uso – recolha de 0.12t – devidamente encaminhadas para a empresa Biorecuperação Sistemas Ecológicos, Lda.;
- Óleos usados – recolha de 0,71t – devidamente encaminhadas para a empresa Carmona SLTC, SA;
- Resíduos de Construção e Demolição (Materiais de isolamento) – recolha de 0,12t – devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;

- Colaboração com a GESAMB, entidade responsável pela gestão dos resíduos Sólidos Urbanos diferenciados;

- Preenchimento e submissão do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), referente ao ano de 2013.

- Informação aos munícipes sobre os resíduos sólidos não urbanos e aos agentes económicos, nomeadamente sobre resíduos industriais, carros em fim de vida, com vista à preservação e melhoria da qualidade de vida e património ambiental;

- Acompanhamento e controlo da qualidade ambiental através de fiscalização preventiva e vistorias.
- Acompanhamento da “Missão Reciclar”, da iniciativa da Sociedade Ponto Verde, com o objetivo de sensibilizar a população de Redondo para a reciclagem. Nesta iniciativa foram entregues 149 conjuntos de ecobags, constituídos por três sacos de cores dos ecopontos para a separação seletiva de embalagens.

SERVIÇO TÉCNICO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

É o serviço que abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades imediatas dos munícipes. Necessidades como a educação, a saúde, a segurança e a ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, abastecimento de água, resíduos sólidos entre outras.

Gabinete Técnico

- Elaboração de Projetos

Modernização do Salão Polivalente de Montoito
Pinturas Rodoviárias de Estradas e Caminhos Municipais
Estudo para a reparação do Depósito de Água do Freixo
Centro de Apoio às Micro Empresas
Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – 1ª Fase
Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – 2ª Fase
Levantamento do Edifício dos Estaleiros Municipais de Redondo
Substituição da Condução de Abastecimento de 200mm desde o Depósito da Boa Vista até à ACR na Rotunda
Reconversão da Escola Primária de Santa Suzana em Centro de Dia
Remodelação do Bar das Piscinas de Redondo

- Fiscalização das Seguintes Obras

Loteamento da Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase
Substituição da Cobertura da Piscina Coberta de Redondo
Beneficiação do Caminho Municipal CM1095
Pinturas Rodoviárias de Estradas e Caminhos Municipais
Modernização do Salão Polivalente de Montoito – Estrutura e Pavimentação
Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção C – 1ª Fase
Construção da Casa Paroquial de Redondo



Garagem para a Paroquia.

Remodelação do Bar das Piscinas de Redondo

Intervenção no Ribeiro da Quinta da Faia – Redondo

Requalificação da Circulação Pedonal em Falcoeiras

Casa na Rua do Castelo nº 40 – Redondo (interrompida)

Reconversão da Escola Primária de Santa Suzana em Centro de Dia

Parque Infantil de Montoito

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Tendo por base o planeamento, a organização, a coordenação e o controlo da atividade urbanística e habitacional do Município, este serviço desenvolve um significativo número de tarefas com o objetivo de dar resposta às exigências do concelho.

Serviço Administrativo

Neste âmbito foram desenvolvidos os seguintes processos administrativos:

- Processos recebidos:
 - Obras – 20;
 - Utilização – 36;
 - Licenciamento Industrial – 2;
 - Loteamentos – 2;
 - Diversos – 105.
- Vistorias – 24;
- Tratamento de licenças:
 - Obras – 21;
 - Utilização: 47.
- Emissão de Certidões – 71;
- Entrada de requerimentos – 524;
- Notificações – 528.

Gestão e Urbanismo

No sector da Gestão e Urbanismo têm grande peso os trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos afetos. Neste sentido foram realizadas as seguintes atividades:

- Loteamentos:
 - Análise de projetos;

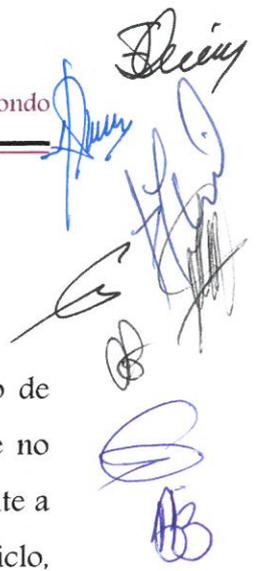
- Fiscalização.
- Obras:
 - Análise de projetos;
 - Acompanhamento de obras;
 - Fiscalização;
 - Saneamento.
- Vistorias:
 - Queixas;
 - Edifícios degradados.
- Comissões:
 - Vistorias de receção de obras de urbanização;
 - Vistorias a estabelecimentos de hospedagem;
 - Vistorias para concessão de licença de utilização/habitação.

DSC – DIVISÃO SOCIOCULTURAL

A Divisão Sociocultural constitui uma unidade orgânica de carácter fundamentalmente operativo. Tendo como objetivo fundamental a gestão de equipamentos municipais, assim como o planeamento, a coordenação e a execução de projetos que contribuem, ativamente, para o desenvolvimento do Concelho de Redondo nos domínios da Educação, Desporto, Cultura e Turismo,

Nesta medida, as tarefas abrangidas adotam uma clara lógica de transversalidade, o que implica uma dualidade na definição da sua linha de atuação: por um lado, exige-se o desenvolvimento de ações específicas, segmentadas em função de cada sector e dirigidas a vários tipos de público; por outro exige-se que tais ações se articulem entre si e, simultaneamente, entre os vários sectores, criando complementaridades através de uma estratégia de intervenção integrada e global.

A dinâmica desenvolvida refletiu, necessariamente, esta mesma dualidade, sendo de realçar que, tanto as tarefas de gestão, como a atividade de organização de projetos, partilharam do mesmo objetivo: elevar e melhorar a oferta sociocultural.



EDUCAÇÃO

A área da educação é uma das áreas prioritárias de intervenção do Município de Redondo, pelo que representa no futuro dos jovens do concelho e naturalmente no próprio desenvolvimento local, esta perspetiva e atuação insere-se transversalmente a todos os níveis do ensino com especial enfoque nas áreas do Pré-Escolar e do 1º Ciclo, onde surgiram as oportunidades de estabelecer parcerias e protocolos quer com o Agrupamento de Escolas, quer com o próprio ME, as melhorias registadas no que respeita às condições físicas, didáticas e pedagógicas, são essenciais no combate ao absentismo e ao abandono escolar. Face às condicionantes de ordem económica que o país atravessa, as principais apostas em 2014 orientaram-se para a dinamização dos Programas de Apoio à Família – transportes, refeições, prolongamento de horário, através da integração em Atividades de Enriquecimento Curricular – e para o reforço da Ação Social Escolar no pré-Escolar e no 1º Ciclo. A ação do Município na área da Educação e no que respeita ao apoio às famílias tem superado largamente as competências que a própria Lei lhe confere.

1. Ação Social Escolar

O Município de Redondo desenvolve uma política de apoio de ação social escolar traduzida anualmente na definição dos escalões/rendimento *per capita* dos agregados familiares, integrados no primeiro e segundo escalões determinantes para efeito na atribuição do abono de família, com base no Decreto-lei nº. 55/2009 de 2 de março e Despacho nº. 1898/2009 de 17 de agosto, dos alunos do Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Perante o cenário económico e social que se vive atualmente, a ação social escolar assume uma maior relevância apoiando famílias que apresentam baixos rendimentos.

No ano letivo de 2013/2014 foram distribuídos os seguintes subsídios por escalões.

Escalão	1ºano	2ºano	3º ano	4ºano	Pré- escolar	Total
1º Escalão	13	21	22	22	50	128
2º Escalão	18	11	19	14	39	101
Total	31	32	41	36	89	229

O Município proporciona gratuitamente a todas as crianças que frequentam o 1º ciclo, independentemente dos escalões, os manuais escolares como aposta na democratização do ensino e uma estratégia fundamental para o desenvolvimento económico. Além da oferta dos manuais escolares, as crianças abrangidas pelo primeiro e segundo escalão recebem um subsídio de 15 e 10 euros, respetivamente, para a aquisição de material escolar.

2. Apetrechamento geral e material didático

Relativamente ao material didático, e no ano letivo em análise, a autarquia atribuiu ao Agrupamento de Escolas o material solicitado para o normal funcionamento dos Jardins de Infância do Concelho de Redondo.

Visando assegurar condições adequadas ao desenvolvimento da atividade letiva, a autarquia procedeu ainda à atribuição do seguinte material, para apetrechamento dos estabelecimentos de ensino:

- Aquisição de Manuais Escolares para os alunos do 1.º Ciclo do concelho;
- Aquisição de material para a elaboração dos fatos e adereços de Carnaval, bem como de outras iniciativas escolares;
- Manutenção periódica dos meios de combate a incêndios.

3. Atividades de enriquecimento curricular

Regulamentadas pelo Despacho n.º 9265-B/2013 de 15 de julho, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) desenvolvidas no 1º ciclo são, por definição, atividades pedagogicamente ricas e complementares às aprendizagens curriculares ligadas à aquisição de competências básicas e desempenham um papel fundamental no desenvolvimento educativo das crianças.

Enquadram-se no conceito de escola a tempo inteiro e constituem uma resposta partilhada e diversificada de apoio a escolas, aos alunos e famílias tendo em conta as realidades locais, adaptando os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias.

No ano letivo de 2013/2014 a Câmara Municipal de Redondo com base no protocolo de colaboração com o Agrupamento Vertical de Escolas de Redondo promoveu as atividades nas áreas de educação musical, físico e desportivas (ginástica e natação) e expressão plástica. Estas atividades tiveram uma frequência de 227 crianças.

4. Atividades de animação e apoio à família

As Atividades de Animação e de Apoio à Família são constituídas pelo fornecimento de almoço e serviço de prolongamento de horário, procurando contribuir para o desenvolvimento integral de todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade, que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar, procurando dar resposta aos agregados familiares que, por razões de ordem profissional ou outra, não possam acompanhar os seus educandos.

As Atividades são implementadas em regime de horário completo, que decorrem em 3 períodos distintos no período da manhã com o acolhimento que antecede as atividades da componente letiva (07.30h-09.00h), no período de almoço (12.00h às 14.00h), a partir do encerramento das atividades da componente letiva (16.00h-18.00h). Estas atividades são asseguradas pelas animadoras dos Centros Lúdicos de Redondo e Montoito e consistem em proporcionar às crianças atividades de animação diárias complementares das atividades educativas.

5. Ocupação de Tempos Livres nos Períodos de Interrupção letiva

O projeto “Tempos Desportivos e Lúdicos” é um programa de animação, que visa promover a ocupação saudável dos tempos livres das crianças e jovens no período de férias escolares, através da prática de atividades lúdico-pedagógicas e desportivas.

Esta iniciativa destinada aos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, decorreu durante as interrupções letivas da Páscoa Verão e Natal, abrangendo cerca de 160 crianças. Às crianças que participam nesta iniciativa a autarquia garante o fornecimento do almoço na Cantina Escolar (Redondo e Montoito), as crianças do 1º escalão não pagam refeição e as do 2º escalão pagam 50% do valor da refeição.

6. Refeições

A Câmara Municipal de Redondo assegura, no âmbito do seu quadro de competências, a alimentação escolar às crianças que frequentam os estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar do concelho. No ano letivo de 2013/2014 foram fornecidas um total de 38831 refeições aos alunos o Pré-Escolar e 1º ciclo. Os alunos carenciados do 1º escalão, abrangidos pela ação social escolar (ASE), usufruem gratuitamente das refeições, os do 2º escalão tem uma redução de custo de 50% do valor estabelecido.

7. Atividades Lúdico Pedagógicas

A Câmara Municipal de Redondo tem apoiado e colaborado nas atividades do projeto educativo e pedagógico do Agrupamento de Escolas de Redondo, tanto a nível do Pré-escolar e 1º ciclo, como também no 2º, 3º ciclo e secundário.

A realçar:

- Carnaval das Escolas;
- Comemoração do Dia Mundial da Criança;
- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Festa de Natal das Escolas;

- Apoio à Comissão de Finalistas da Escola EB2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade;
- Apoio na realização da Semana Hernâni Cidade;
- Apoio nas visitas de estudo com a cedência do autocarro da autarquia.
- Apoio aos transportes e aos estágios dos cursos Profissionais e Vocacionais

8. Apoio Psicológico no 1º Ciclo do Ensino Básico

A área de Psicologia e Psicopedagogia no 1º ciclo do EB, é desenvolvida em estreita colaboração com os Órgãos de Gestão dos Agrupamentos de Escolas, professores, encarregados de educação, pais, outros agentes formativos e profissionais, e serviços da comunidade, de forma a intervir nas problemáticas das crianças, que apresentem dificuldades de aprendizagem, problemas cognitivos, comportamentais, e/ou emocionais (afetivo-relacionais). Este serviço é assegurado pela psicóloga da Autarquia e tem como objetivo geral, otimizar o processo de aprendizagem e facilitar o desenvolvimento global das crianças do 1º ciclo do EB do Agrupamento de escolas do concelho de Redondo.

9. Transportes Escolares

Aos alunos matriculados no ensino obrigatório, residentes em locais não servidos por transportes públicos, e cujo estabelecimento de ensino da área de residência se encontre a mais de 3 quilómetros, o transporte é assegurado pelas viaturas da Autarquia.

No ano letivo de 2013/2014, as viaturas transportaram regularmente por dia:

Grau de Ensino	Nº de alunos transportados
Pré-Escolar	23

1ºciclo	48
2º Ciclo	6
3º Ciclo	10
Secundário	12

Os alunos do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico que utilizam o transporte público (Rodoviária do Alentejo) são abrangidos pelo subsídio de transporte escolar, num montante igual a 100% do custo dos transportes. Os alunos do Secundário são abrangidos pelo 1º escalão de ação social escolar, o título de transporte é participado na totalidade, os restantes pagam 50% do custo do transporte.

Os alunos do Ensino Secundário, que estudam fora do concelho, só têm direito ao subsídio de transporte se o curso pretendido não existir na Escola Básica 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

10. Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais, analisando e acompanhando o funcionamento do sistema e propondo ações adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Ao longo do ano de 2014, a Câmara Municipal forneceu todo o apoio logístico e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação, tendo-se realizado um total de 3 reuniões.

11. Conselho Geral

Criados em 2008, os Conselhos Gerais têm como competências principais a definição das linhas orientadoras da atividade da escola ou agrupamento, a aprovação do projeto educativo, do regulamento interno e dos planos de atividades, bem como o acompanhamento da ação dos restantes órgãos da escola e a promoção do

relacionamento com a comunidade. O Conselho Geral é composto por sete representantes dos docentes, dois do pessoal não docente, quatro dos pais e encarregados de educação, dois dos alunos, três da autarquia e três da comunidade (cooptados pelos restantes).

12. Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem/Portal Edubox

O SIGA/Edubox é uma ferramenta web que tem como objetivos a promoção de uma melhor educação, a melhoria das condições de ensino, a agilização dos processos e o aumento da eficiência dos serviços educativos. O SIGA contempla uma plataforma de gestão escolar que coadjuva os diversos intervenientes educativos – decisores políticos, professores, diretores das escolas, alunos, funcionários, encarregados de educação ou outros, na gestão dos vários processos que envolvem a educação, nomeadamente a gestão curricular, os transportes, a ação social, as refeições, o espaço e parque escolar e respetiva inventariação, as bibliotecas escolares e a gestão da sala de aula. Esta plataforma disponibiliza a todos os professores, alunos e encarregados de educação, uma plataforma de ensino assistido que permite a partilha de documentos e a centralização de conteúdos de aprendizagem – manuais escolares, conteúdos digitais multimédia, modelos geradores de questões, kits educativos e jogos, chancelados pela Universidade de Aveiro, pelo rigor científico e pedagógico, e que permitem a aquisição de competências consideradas essenciais e estruturantes para o desenvolvimento de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

DESPORTO

Estamos convictos de que as autarquias devem construir modelos abertos de desenvolvimento que, de forma personalizada, se dirijam aos diferentes grupos etários da população. Baseada nestes pressupostos a Câmara Municipal de Redondo levou a cabo, mais um ano, um conjunto de atividades que visam o acesso à prática da atividade física ao maior número possível de cidadãos.

À Câmara Municipal interessa a formação de uma população fisicamente ativa, facto que pressupõe a prática de atividades que contribuam para o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras básicas de forma a processar-se uma integração de comportamentos atitudes e hábitos que acompanham o ser humano por toda a sua vida.

1. Programa de Promoção da Prática Desportiva

Para atingir um estilo de vida saudável, o papel da autarquia reveste-se de reconhecida importância, designadamente na criação de condições. Nestes termos, intervindo em todas as faixas etárias, organizaram-se atividades direcionadas para todos:

- Aulas de Natação e Hidroginástica;
- Caminhadas;
- Projeto Viver com Saúde, nas localidades de Foros da Fonte Seca, Aldeia da Serra, Santa Susana, Montoito, Aldeias de Montoito, Freixo e Redondo (incluindo também o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Redondo).

2. Atividades ao Ar Livre

Todas as atividades tiveram como objetivo promover, de forma controlada e em segurança, a prática da atividade física nos espaços naturais para uma prática desportiva de carácter voluntário. Atividades:

- Páscoa Desportiva, Férias Jovens “Verão 2014”, e “Natal em Movimento-2014” – destas atividades, de ocupação de tempos livres, constaram de jogos lúdicos, passeios, viagens, acampamento e ações de sensibilização. Participaram em cada iniciativa, cerca de 160 jovens do Concelho.

3. Desenvolvimento da Educação Física das Escolas

Foram desenvolvidas as seguintes atividades desportivas com as escolas:

- Aula de Expressão Físico Motora e de Natação para todos os alunos das EB1, J. I. e Centro Infantil N.ª Sr.ª da Saúde;

- Protocolo de Cooperação com a EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade – a escola utiliza os recintos desportivos da autarquia para lecionar matérias de índole desportiva;
- Cedência de transportes para o Desporto Escolar da EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

4. Associativismo Desportivo

Mercê da dinâmica associativa e dos apoios camarários esta vertente têm conhecido o crescimento e a consolidação, quer ao nível da qualidade quer da quantidade, o nº de atletas e participações têm aumentado, perspetivando dinâmicas duradoras.

A manutenção e ampliação das infraestruturas é outra das apostas do Município, bem como a sua promoção junto de outras entidades com responsabilidades na área desportiva, a par da diversificação desportiva acolhendo novos públicos.

Este investimento assume-se como uma aposta estruturante ao nível da população e das novas gerações, com especial enfoque na formação de jovens, importa também ressalvar o trabalho em prol, das diversas direções e equipas técnicas que constituem as associações ligadas à prática desportiva.

No ano de 2014, a Câmara Municipal de Redondo atribuiu às associações desportivas concelhias, um total de 80.729,81€ (de referir que não estão contabilizados os valores com o fornecimento de gasóleo).

Para além do apoio financeiro atribuído, disponibilizaram-se uma série de serviços para apoio às coletividades nas diversas áreas, nomeadamente na cedência de materiais e meios humanos de apoio às provas desportivas e culturais, bem como no âmbito da conceção de cartazes. A par do referido, disponibilizou-se também apoio ao nível de:

- Coordenação das atividades desportivas exercidas semanalmente, pelas diversas Associações Locais, no Pavilhão Gimnodesportivo e no Polidesportivo;
- Apoio nos transportes para atividades desportivas – disponibilização de transporte para os clubes, em todos os jogos de todos os escalões e transporte para os treinos das camadas jovens do Redondense Futebol Clube, do Núcleo de Andebol de Redondo e do Montoito Sport Clube.

5. Organização de eventos Desportivos

Neste domínio destacam-se:

- Torneios Concelhios de Malha, Foros da Fonte Seca e Freixo;
- Participação na Festa da Malha 2014, em Mora;
- Torneio de Futsal – “25 de Abril 2014” em Redondo e Montoito;
- Torneio Inter-Associações, Futsal Feminino-Sub-20 em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol/Associação de Futebol de Évora.

6. Instalações Desportivas Municipais

A autarquia coloca à disposição de todos um conjunto de instalações municipais, que podem ser utilizadas formal ou informalmente.

- 1) Piscina Coberta;
- 2) Pavilhão Gimnodesportivo;
- 3) Mini Circuito Rodoviário;
- 4) Polidesportivo;
- 5) Piscina Descoberta;
- 6) Pavilhão Polivalente de Montoito (em articulação com a Junta de Freguesia de Montoito);
- 7) Parque Ambiental de Redondo.

CULTURA

Hoje, a cultura tornou-se uma componente da qualidade de vida e um cenário fundamental do desenvolvimento. Sob este ponto de vista, o acesso à cultura representa um sinal de desenvolvimento das sociedades, e a capacidade de participar e legá-la às gerações futuras tornou-se um indicador de melhorias sociais e económicas.

Quando a cultura é vista como base do desenvolvimento, a noção de política cultural é ampliada. Além de agregar uma multiplicidade de agentes sociais, uma política orientada para o desenvolvimento cultural só pode ser implementada com a participação ativa da população.

A política cultural da autarquia assenta nestas premissas, para além de perspetivar a cultura como método de prática educacional que contribui para a construção pessoal e social do cidadão.

1 Programação Cultural Regular

Ano após ano, a Câmara Municipal assegura uma maior regularidade de programação cultural, contribuindo para estimular “hábitos” de consumo cultural e “rotinas” de frequência dos espaços culturais. Como tal, o ano de 2014 encerrou um conjunto de blocos de programação regular, diversificada, acessível e mobilizadora de públicos muito diferenciados, favorecendo a coesão social através da educação pela arte e pela cultura. A autarquia está convicta que as propostas culturais apresentadas valorizam e qualificam a programação cultural de Redondo e possibilitam a construção de caminhos comuns indispensáveis à cidadania.

Nos espetáculos apresentados pela autarquia e passíveis de registo de entrada verificou-se a assiduidade de 5505 espetadores.

2 Outros eventos culturais

A programação cultural também é profundamente marcada pelas comemorações de efemérides que evocam valores e conquistas alcançadas, reforçando, assim, a importância generalizada da democratização e descentralização da cultura na fruição dos tempos livres das populações. Neste âmbito é de salientar os seguintes acontecimentos culturais:

- Comemoração do Dia de Ano Novo – Arruada;
- Comemoração do Dia de Reis;
- Organização do Corso Carnavalesco;
- Iniciativa Multicultural Saberes e Sabores de Outras Gentes – com a participação das comunidades de imigrantes residentes no concelho;

- Organização, em colaboração com todas as Associações do Concelho, do 40º aniversário do 25 de Abril – onde pontificaram atividades ligadas à cultura e ao desporto durante um mês;
- Comemorações do Dia Internacional do Monumentos e Sítios;
- Organização da XXVII Feira do Livro;
- Organização, em colaboração com a Unidade Pastoral de Redondo e o Conselho Pastoral da Paróquia de Redondo, da Semana da Fé;
- Comemorações do Dia Internacional dos Museus;
- Organização das Festas Populares de Redondo;
- Organização da 10ª Feira do Livro de Montoito;
- Preparação, organização e divulgação do Prémio Literário Dr. Hernâni Cidade;
- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Organização da 4ª Feira do Livro de Natal;
- Comemoração do Dia Mundial da Criança;
- Comemoração do Dia Mundial da Poesia;
- Semana da Primavera Biológica – Plantar Portugal;
- Feira de S. Francisco;
- Comemorações do 1º de Dezembro;
- Concurso de fotografia “O Olhar dos Felinos”

3 Exposições

As exposições podem constituir-se como um instrumento útil de promoção da cidadania e formação de públicos. Podem ser inovadoras, inspiradoras e conduzir o visitante à reflexão, proporcionando ótimos momentos de memória, prazer e aprendizagem associados à arte e à cultura. Durante o ano de 2014 foram realizadas várias exposições nos diversos equipamentos culturais, entre as quais:

- Exposição Documental “O Cantar das Janeiras”
- Exposição “O Amor na Literatura”



- Exposição “Lenços dos Namorados”
- Exposição de Fotografia “O Olhar dos Felinos”
- Exposição Documental “Mulheres Escritoras”
- Exposição de Fotografia “Paisagens de Água”
- Exposição de Fotografia “Bom de Bola”
- Exposição “Na Penumbra da Arrábida. O Poeta L. Blaga em Portugal”
- Exposição “Desenhos na Prisão”
- Exposição Documental “Do Estado Novo à Democracia”
- Exposição de Registos e Lapinhas “Artes da Tia”
- Exposição “Artes e Ofícios”
- Exposição “Os Santos Populares”
- Exposição “Os Jogos Tradicionais”
- Exposição de Fotografia “Lugares Alentejanos na Literatura Portuguesa”
- Exposição de Pintura “ O Caminho da Vida”
- Exposição Coletiva “ Arranjos Florais”
- Exposição Documental “ O Mar e os Oceanos”
- Exposição Coletiva de Pintura “Alunos do artista plástico Oliveira Tavares”
- Exposição Documental “Datas e Cores, Ideias e Autores”
- Exposição de gravura “ Lendas de Portugal”
- Exposição “Bilhete-postal de Redondo”
- Exposição “ O Presépio e as suas Origens”
- Exposição “Memórias de Abril”

4 Cedência de equipamentos culturais

Os equipamentos culturais municipais não foram somente palco dos espetáculos apresentados ao abrigo da programação cultural da autarquia. A Câmara Municipal tem vindo a dar especial importância à promoção social do município, garantindo aos agentes locais e regionais de intervenção social, o apoio na cedência, a título gratuito, de equipamentos, recursos humanos e logísticos, viabilizando, assim, a concretização e apresentação dos projetos/espetáculos/ conferências/ações de formação.

No decorrer de 2014 estabeleceram-se acordos de colaboração e cedência de equipamentos com as seguintes entidades:

- Sindicato dos Professores do Sul
- Agrupamento de Vertical de Escolas de Redondo
- União das Misericórdias Portuguesas
- Santa Casa da Misericórdia de Redondo
- Centro Infantil Nossa Senhora da Saúde
- Unidade Pastoral de Redondo
- Estação Imagem
- Escola de Dança 5ª Attitude
- Associação de Paralisia Cerebral de Évora
- Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos.
- Cerciestremoz
- CIMAC

5 Apoio ao Movimento Associativo

A autarquia tem investido fortemente na preservação do legado cultural e, também, na oferta de bens culturais. Os apoios ao associativismo e aos agentes locais refletem essa preocupação. Mas, também a refletem o envolvimento nas festividades que reforçam

os laços de coesão social das comunidades, a realização de certames e eventos ligados à cultura local.

No decorrer de 2014 procedeu-se quer ao atendimento, apoio técnico e logístico das associações/coletividades que se dirigiram, por escrito ou pessoalmente à edilidade, quer à atribuição de participações financeiras para auxiliar as mesmas na realização das suas atividades regulares e/ou pontuais. No que se refere a este último ponto, procedeu-se à atribuição de participações financeiras, num total de 28.206,48€.

De salientar também a cedência de transportes (verba não incluída nos valores acima referidos), a título gratuito, sempre que solicitados bem como as melhorias nas instalações.

6 Apoio à Terceira Idade

O apoio à comunidade sénior é da competência do Gabinete de Ação Social, conforme organigrama e respetivo regulamento. No entanto, e no que respeita à animação bem como a ocupação de tempos livres é à Divisão Sócio Cultural que cabe essa tarefa. Neste sentido, e para além dos programas já referidos na parte do desporto, foram realizados, através do Projeto Dinâmica Sénior, os seguintes apoios:

- Excursões de Reformados e pensionistas do Concelho;
- Almoço de Natal para Reformados;
- Comemoração do Dia de Reis;
- Comemoração do dia dos Compadres e das Comadres;
- Cinemateca Sénior;
- Realização de exposições e de sessões de teatro com a participação dos reformados que integram o Projeto Dinâmica Sénior;
- Baile da Pinha.

7 Museologia

- Concretização do projeto educativo dos Museus junto das escolas do 1.º ciclo, do Jardim – de – Infância do concelho de Redondo e do Centro Infantil de Nossa Senhora da Saúde de Redondo;
- Atividades lúdico-pedagógica nos Museus;
- Atividades de iniciação à técnica de manuseamento do barro na oficina do Museu do Barro;
- Comemoração da Noite de Reis;
- Comemoração do Dia Internacional dos Museus (18de Maio);
- Colaboração em atividades com o Projeto Dinâmica Sénior;
- Colaboração em atividades com o Centro Lúdico de Redondo;
- Colaboração em atividades com as férias desportivas.

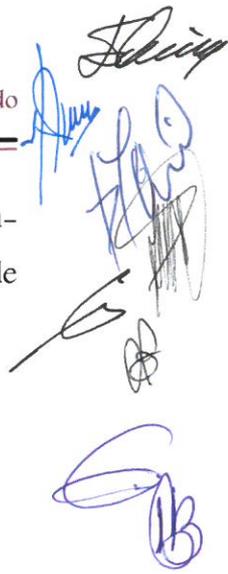
EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Constituído por um conjunto de infraestruturas, como o Centro Cultural, os Museus, as Bibliotecas, o Coliseu e o Arquivo, a autarquia continua a apostar na dinamização destes equipamentos que, decorrente da sociedade de informação, desempenham um papel fundamental no acesso aos novos produtos informativos e culturais, por parte dos diversos segmentos da população e de outras entidades que a eles recorrem.

1 Centro Cultural de Redondo

Inaugurado em 10 de Junho de 2006, a construção e dinamização do Centro Cultural de Redondo surgem ancoradas à estratégia de desenvolvimento do concelho.

O Centro Cultural de Redondo privilegia, claramente, uma programação cultural assente em critérios de qualidade e sustentabilidade financeira, sem prejuízo para o equilíbrio de cada bloco de programação trimestral. É essa preocupação que tem permitido a realização de diversos espetáculos de diferentes áreas artísticas, desde logo com bailados, dança contemporânea, teatro e variadíssimos géneros musicais, para



além da regular programação cinematográfica. A sua intensa e regular atividade tem-no afirmado como um importante centro dinamizador de cultura na região. A título de exemplo destacamos;

- 35 Sessões de Cinema
- 9 Sessões Matiné Infantil (entradas gratuitas menores de 13 anos)
- 9 Sessões de Cinemateca Sénior (entrada gratuitas)
- 6 Sessões de cinema – Ciclo Saberes e Sabores
- 2 Sessões de cinema – Ciclo Semana Fé
- 8 Espetáculos de Teatro (Marionetas, Infantil e Luz Negra)
- 4 Espetáculos de Dança
- 9 Espetáculos de Música
- 5 Conferências/Seminários/Ações de Formação

2 Museu Regional do Vinho

Durante o ano de 2014 o número de visitantes no Museu Regional do Vinho foi de 2759.

3 Museu do Barro

Durante o ano de 2014 o número de visitantes no Museu do Barro foi de 2752.

4 Ecomuseu

O Ecomuseu é um museu “a céu aberto” que pretende reavivar memórias valorizando elementos naturais e humanos do concelho, contribuindo para que a população de Redondo enriqueça a sua identidade e tenham um papel cada vez mais ativo na melhoria das condições do seu ambiente natural e humano.

Em 2014 o equipamento foi recurso para as seguintes ações:

- Saída de Campo “ A Paisagem é um Museu”
- Semana da Primavera Biológica – Visita a uma exploração em modo Biológico.
- Apoio e colaboração nas atividades dos Caminheiros da Casa do Povo do Freixo – “Caminhadas ... Por Esses Campos Fora”.

5 Enoteca

A Enoteca visa aproximar o público consumidor e a cultura do vinho, oferecendo um espaço acolhedor onde se podem encontrar produtos de primeira qualidade. É um espaço cultural criado para unir a arte e a apreciação com a cultura do vinho. Para tornar o espaço mais aprazível decorreram momentos de animação cultural, entre os quais;

- Comemoração Noite de Reis
- 5 Espetáculos Musicais (Fado, Música Ligeira e Músicas do Mundo)
- 5 Workshops – Saberes e Sabores de outras Gentes
- 1 Espetáculo de Dança

6 Coliseu de Redondo

Resultante da recuperação da antiga praça de toiros Simão da Veiga Júnior, o Coliseu é uma infraestrutura multiusos dotada de condições para diversos tipos de eventos, não só de âmbito tauromáquico, como de nível cultural e desportivo. Neste equipamento tiveram lugar duas corridas de touros e o festival “Novas Oportunidade”, ambos organizados pela ATR (Associação Tauromáquica Redondense).

A autarquia assinalou no coliseu as comemorações do 25 de Abril, apresentando, ao público, nos dias 24 e 25, diversos espetáculos musicais.

7 Biblioteca Municipal de Redondo, – Pólo de Montoito e Biblioteca Itinerante

Atividades realizadas durante o ano de 2014.

Programas de incentivo à leitura

- Organização de exposições;
- Serviço de empréstimo de livros, revistas, jornais, e DVD's;
- Comemorações de dias temáticos alusivos ao Dia Mundial da Poesia, Semana da Leitura, Dia Mundial do Livro, Dia da Musica;
- Animação da Biblioteca na Piscina Municipal Descoberta: "Mergulhar na leitura" ler , jogar e brincar .

Sábados animados: Atelier de origami; Atelier de Histórias; Atelier de tricô e leituras

- Serões de Contos à Lareira;
- Projeto "Ler em qualquer Lugar", colocação de obras literárias para empréstimo domiciliário no Café Concerto do Centro Cultural de Redondo;
- Comunicações e palestras
- Apresentação de obras literárias
- Autor do Mês;
- Feiras do livro de Maio e feira do livro de Natal
- Colaboração na organização do concurso Literário Dr. Hernâni;

A biblioteca itinerante assegurou animação da leitura e demais ateliers de expressões em todas povoações do Concelho (com exceção de Redondo), possibilitando a consulta e requisições de livros, jogos, CD's e DVD's.

8 Centro Lúdico de Redondo e Centro Lúdico de Montoito

Neste domínio, destacam-se a organização de um conjunto de atividades lúdicas e pedagógicas, a saber:

- Ateliers de Expressão Plástica, corporal e musical;
- Sessão de contos para a promoção do livro e motivação para a leitura;
- Realização de jogos onde os utentes utilizam os diversos recursos do Centro Lúdico;
- Comemoração de dias temáticos.

- 25 de Abril: através da apresentação, ao público em geral e as turmas de Jardim de Infância, Centro Infantil e 1ºciclo, da peça de teatro "O dia em que o povo saiu à rua";

- Dia da Criança: com a apresentação da peça de teatro " O Pateta Adormecido" e realização de várias atividades lúdicas (pinturas faciais, balões divertidos, ...);

- São Martinho: através da apresentação, as turmas de Jardim de Infância, Centro Infantil e 1º ciclo, de uma peça de teatro “ João Pateta”;
- Realização de uma festa de Halloween onde se realizou um karaoke, lanche e “discoteca”.
- Realização de uma Festa de Natal que contou com a presença do Pai Natal e fotografia com este, teatro de fantoches “ O Natal do Lobo Mau”, pinturas faciais, pintura de unhas e lanche.
- Exibição de filmes infantojuvenis em DVD;
- Organização da Exposição da Feira do Livro;
- Preparação de atividades para as turmas de 1º ciclo:
 - Elaboração de uma moldura para a prenda Dia do Pai;
 - Realização de uma caixa surpresa para a prenda do dia da mãe;
 - Elaboração de um coelhinho da Páscoa utilizando garrafas de água;
 - Elaboração de máscaras de Carnaval;
 - Realização de maquete.
- Preparação de atividades para as turmas de Jardim de Infância:
 - Expressão plástica: digitinta, massa de cores e pasta de papel;
 - Apresentação da Estória “A que sabe a lua”;
 - Apresentação da peça de teatro “ Ninguém dá prenda ao Pai natal”;
 - Apresentação da peça de teatro “ A Casa da Coelhinha”;
 - Apresentação da peça de teatro “ A bruxa Rebeca e o lobo Fujão”;
- Participação na Feira do Idoso com a apresentação da peça de teatro “A bruxa Rebeca e o lobo Fujão”;
- Participação na Festa de Natal do Jardim-de-infância e 1º ciclo através da apresentação de um “Presépio Vivo”, “declamação de poemas e uma dança.
- No âmbito do Projeto “Era uma Vez...”, apresentação de diversas peças de teatro, nomeadamente: “ A Menina do Mar”, “ De Outra Cor”, “ A Sogra de Line e Hansel e Gretel”;
- Ocupação de tempos livres no tempo de férias (Natal, Páscoa e Verão) das crianças que frequentam o Jardim de Infância, 1º e 2º ciclo, com várias atividades lúdico-pedagógicas (culinária, atelier de dança, atelier de costura, passeios pedestres, BTT, piscinas, jogos musicais, demonstração de artes marciais, visitas educativas, entre outras);

- Participação em diversas atividades organizadas pela Divisão Sócio Cultural (ateliers no Centro cultural, ações desenvolvidas pelos Museus, projeto Dinâmica Sénior);
- Participação no Carnaval das Escolas através da elaboração de vários acessórios;
- Participação no curso de Carnaval com o tema “Bruxas, Vampiros e outros Seres do Além”;
- Concretização do Projeto “ A princesa que perdeu os cinco sentidos”, no qual, os alunos do 1º ciclo foram parte integrante de uma história que foi sendo construída através de várias sessões;
- Apresentação da peça de teatro “ O pateta adormecido” para os alunos de Jardim-de-infância da Escola dos Salesianos em Évora;
- Participação nas Marchas Populares do Jardim-de-infância;
- Participação no projeto Serões à Lareira da Biblioteca Municipal, através de apresentação de várias peças de teatro musicadas: “A Sogra de Line”, “ o Macaco e a Velha”, “ O Pescador, o anel e o Rei” e “ O alfinete do Rei”.
- Em parceria com os Professores de Música, apresentação de várias peças de teatro musicadas aos alunos do 1º Ciclo e Jardim-de-Infância no Centro Escolar de Redondo e de Montoito- “ O Pescador, o anel e o Rei”, “ O alfinete do Rei”, “ A Casa da Coelhinha” e a “ A bruxa Rebeca e o lobo Fúção”;
- Início da dinamização do projeto “ O Coelho Branco”, que irá decorrer ao longo do ano letivo de 2014/2015, em parceria com as Professoras Titulares de turma dos alunos do 1º ano.

9 Arquivo Municipal

- Organização e conservação da documentação emanada dos diversos serviços da autarquia com vista a responder às solicitações diárias de consulta que são feitas por esses mesmos serviços;
- Seleção e eliminação dos documentos cujo prazo de conservação, segundo a legislação em vigor- Portaria 1253/2009, se conclui;
- Formação no âmbito da implementação do novo Plano de Classificação para a Administração Local, visando ganhos de eficácia na gestão e um acesso facilitado à informação através da utilização de uma estrutura única para classificar e organizar a documentação;

- Organização e execução da exposição de postais antigos que “ilustram” a vila noutros tempos. Os edifícios, as ruas, o comércio, os trajes... a vida social e cultural de antigamente para conhecer ou recordar e reavivar memórias;
- Os documentos de arquivo são únicos e originais. Continuação da higienização e classificação de documentos avulso de interesse histórico e cultural. Em 2014, ficaram disponíveis mais uma centena de documentos, quer para consulta na sala de leitura, quer para envio digital, quando solicitado.

GABINETE DE INFORMAÇÃO

Oito anos volvidos desde a sua fundação, o Gabinete de Informação do Município de Redondo (GINFO) é hoje uma estrutura já consolidada na orgânica municipal assumindo-se como um importante descentralizador da informação tanto a nível interno como externo, numa ótica transversal de satisfação das necessidades daquele que é, por excelência, o principal visado – O Múncipe.

A nível interno, tem como objetivo fomentar o fluxo informativo com os restantes serviços da autarquia promovendo a interajuda e potenciando o trabalho desenvolvido por todos os intervenientes.

A nível externo, assume como missão fundamental poder contribuir ativamente para a projeção externa da imagem do Município dos seus agentes económicos culturais e desportivos, produzindo e divulgando conteúdos que reforcem os seus níveis de conhecimento e notoriedade, motivando indiretamente o exercício da cidadania ativa e o envolvimento dos munícipes nas mais diversas atividades municipais. Acresce toda a colaboração e disponibilidade desta estrutura na elaboração de cartazes e flyers a todas as Associações e Grupos do concelho no que diz respeito às suas atividades.

Contudo, a prossecução dos seus objetivos tem conduzido este gabinete por um percurso de constante evolução o que se traduz inevitavelmente no crescimento exponencial daquelas que são as suas responsabilidades.

O ano de 2014 é de longe o que melhor espelha essa realidade. A absorção de toda a produção da Agenda Cultural de Redondo, bem como concepção do novo logotipo municipal e, obviamente, a estruturação e implementação do novo sitio da Câmara Municipal de Redondo constituíram enormes desafios. A integração do Município no universo das redes sociais idem.

As responsabilidades do GINFO pela proximidade ao Turismo aumentaram, mercê das necessidades e desafios que agora se colocam, e que obrigaram a uma redefinição de algumas estratégias de marketing e promoção nesta vertente.

No que à Agenda Cultural de Redondo diz respeito, a sua concepção gráfica (paginação, produção, pré-impressão e revisão), baseada em CorelDraw e Photoshop, outrora um serviço contratado, é atualmente responsabilidade do GINFO o que se traduziu num ganho efetivo para o município tanto ao nível da qualidade do trabalho como da despesa envolvida.

Por seu turno, a criação de raiz do novo logótipo municipal – estudo de cores, contextualização, design e implementação– surgiu da necessidade de proporcionar uma nova imagem ao Município de Redondo que pudesse refletir um concelho fiel às ruas raízes e tradições mas, ao mesmo tempo, inovador, dinâmico e em linha com a estética atual.

Foi também num espírito de inovação e com base na procura de uma nova imagem que surgiu a necessidade de um novo sitio municipal. A concretização deste trabalho constituiu um enorme desafio para o GINFO não só na aquisição de competências ao nível da plataforma SharePoint 2013 mas também no exigente trabalho de criação da taxonomia, estrutura, design final e produção de conteúdos.

Numa era em que a globalização é a palavra de ordem, a informação assume um papel de incomparável relevância como elemento de primeira linha na promoção da imagem e da atividade municipal. A criação de canais de comunicação nas plataformas Youtube, Vimeo, Facebook e Issuu e respetiva produção de conteúdos constituíram igualmente um importante valor acrescentado a todo o trabalho.

Outros suportes utilizados:

Suportes de comunicação	Canal utilizado
Agenda Cultural	Publicação, e-mail, distribuição domiciliária, afixação em locais públicos dentro e fora do concelho
Cartazes A3 e A4	Distribuição em diversos locais do concelho
Flyers	Distribuição nas escolas e locais públicos do concelho
Folheto de exposição	Distribuição concentrada no Centro Cultural de Redondo (visitantes)
Folhas de Sala	Distribuição concentrada no Centro Cultural de Redondo (espectadores)
Newsletter	Envio por e-mail para particulares, imprensa e entidades culturais.
Notas de imprensa	Publicação no site da Câmara Municipal de Redondo. Envio por e-mail para a comunicação social
Site da Câmara Municipal de Redondo	Internet
Facebook, Youtube, Issuu, Vimeo	internet

TURISMO

O pelouro do Turismo, perspetiva a sua ação nas potencialidades das suas gentes e dos seus equipamentos conjugando a nossa centralidade estratégica com uma oferta diferenciadora ao nível local. Sendo uma terra de forte identidade alentejana, a marca “REDONDO”, assume-me da maior importância, onde os seus agentes

económicos, culturais e desportivos têm uma palavra incontornável no empreendimento e na prossecução deste objetivo.

O Município de Redondo desde sempre reconheceu e trabalhou o turismo enquanto atividade incontornável e crucial para desenvolvimento do nosso território e das suas gentes. No entanto e mercê da competitividade deste sector é um imperativo a união de esforços direcionados para estratégias coletivas e diferenciadoras com os seus agentes privados e com a natural apoio de entidades como a ERTA , CCDR; CIMAC e ADRAL, em ações que integrem e conduzam os vários setores e território na prossecução de objetivos abrangentes e em escala que visem uma estratégia de combate à interioridade e à baixa densidade populacional.

Conscientes das dificuldades que esta visão possa vir a enfrentar, acreditamos ser possível a sua implementação, que reforçará territorialmente a nossa própria cultura a sua missão e estratégia potenciando naturalmente o Turismo, no concelho e no Alentejo.

A missão que se entende para o concelho visa criar as condições para um destino turístico competitivo e diferenciador que alavanque as condições para o desenvolvimento de um sistema de atividades de turismo e lazer que valorizem os recursos e as identidades locais de forma a corresponderem às oportunidades do futuro, no prosseguimento de objetivos de desenvolvimento económico, qualidade de vida das populações e sustentabilidade no longo prazo.

No decurso do ano de 2014 foram potenciadas as participações, reuniões de trabalho e colaborações com inúmeras entidades públicas e privadas, em prol do conhecimento e da promoção do concelho e dos seus agentes económicos e culturais na vertente turística.

Na perspetiva que traçamos, apresentamos algumas das ações desenvolvidas no âmbito e no período. Importa no entanto referir que esta informação não esgota o trabalho que foi desenvolvido pelo Município nesta vertente.

- Conhecer para Agir – Visita do Presidente e de técnicos da ERTA ao concelho;
- Participação na BTL- 2014 – Pavilhão do Alentejo-Lisboa;
- Conclusão do projeto “ Mesas Interativas” – (Museu Vinho);
- Reuniões de apresentação e trabalho (Alentejo 4 ALL);
- Reuniões de apresentação e trabalho (Alentejo Bom Gosto)

- Reuniões de apresentação e trabalho da (Atividade Turística da ERTA);
- Reuniões de apresentação e trabalho (Turismo Equestre);
- Reuniões de apresentação e trabalho (Turismo Cinegético);
- Jornadas do Património Cultural;
- Reuniões de Diagnostico das Acessibilidades Alentejo/Ribatejo;
- Apresentação do plano de desenvolvimento estratégico do Turismo Náutico;
- Reuniões de trabalho -“Roteiro dos Eremitas” (CMR/ERT/Conv.S.Paulo/SAL).
- Cidade Tradições – Lisboa (participação especial do concelho naquele evento, alavancando as Ruas Floridas 2015 e os agentes económicos);
- Fehispor- Feira Badajoz (participação c/R.Floridas e agentes económicos);
- Transtagana – Roteiros (apresentação e reuniões de trabalho);
- Alentejo a Pé – Roteiros (apresentação e reuniões de trabalho);
- Início processual de candidatura à credenciação dos equipamentos museológicos concelhios para a RPM–Rede Portuguesa de Museus;
- Reuniões de trabalho -Elaboração de propostas de alteração e valorização turística da rede de Museus (Vinho, Barro e Ecomuseu) e Enoteca, visando a sua apresentação e discussão com os agentes privados do concelho;
- Reuniões de Trabalho com Adegas/Produtores;
- Formação em contexto de trabalho aos funcionários da Enoteca, por forma a dotar os Museus de uma maior capacidade de resposta e interação com outros desígnios;
- “Um passeio Redondo” -Elaboração/Criação de Roteiro Histórico/Patrimonial da Vila de Redondo;
- Ruas Floridas: Promoção e divulgação Nacional e Internacional (Estremadura Espanhola), através da participação em Eventos e Meios de Comunicação, Blogs, Facebook, Newsletters e Mailings list respetivamente;
- Ruas Floridas: Candidaturas a Concursos e Prémios de relevo. (ERT- Vencedora na Distinção Iniciativa Turismo do Alentejo-2013) - (Expo-Eventos – Vencedora do Prémio Evento Publico 2013);
- Apoio e colaboração no Catalogo de Vinhos de Redondo em pareceria com as adegas do concelho;

O Gabinete de Ação Social de Redondo (GAS) desenvolve a sua atividade tendo como objetivo principal contribuir para a minimização das carências sociais dos munícipes Na conjuntura social e económica que atravessamos, e atendendo às transformações sociais daí derivadas, cada vez mais se torna mais imprescindível que as intervenções sejam efetuadas através de uma gestão e planificação de recursos mais exigente por forma a garantir a sustentabilidade das mesmas.

Deste modo, assume especial relevância a articulação e diálogo com os parceiros institucionais (sejam em parcerias formalmente constituídas ou não), evitando-se dispersão de meios e a duplicação de intervenções, por um lado, e garantindo medidas de apoio mais concretas e respostas mais qualificadas, por outro. Cremos que só assim será possível fazer mais e melhor.

Tendo em conta o anteriormente exposto, as atividades do GAS inserem-se em três grandes categorias:

- ✓ Ação Social Direta, em sede de Gabinete ou atendimento nas localidades;
- ✓ Ação Social Institucional, em sede de parceria institucional (formal ou não);
- ✓ Ação Social Comunitária, em sede de concretização de projetos socioculturais, ações de divulgação/sensibilização e outros;

Deste modo, em 2014 a ação do GAS desenvolveu-se como discriminamos abaixo:

- ✓ Análise de candidaturas do Cartão Municipal do Idoso, num total de 545 (55 novos utentes e 490 renovações);
- ✓ Atendimentos aos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso nas localidades e em sede de Gabinete;
- ✓ Intervenção psicológica e supervisão a professores, auxiliares de ação educativa e funcionárias das cantinas, de forma a colmatar as necessidades de âmbito psicopedagógico sentidas no contexto escolar;
- ✓ Apoio psicológico a alunos do 1.º ciclo do ensino básico: 1254 consultas e 187 atendimentos a encarregados de educação;
- ✓ Continuação dos trabalhos relativos à criação da Rede de Apoio Integrada, junto do comércio local do concelho
- ✓ Realização de Ação de Sensibilização juntamente com a Equipa de Intervenção Precoce de Redondo sobre a temática do Autismo para Técnicos e restante comunidade escolar.
- ✓ Participação do Núcleo Local de Inserção (RSI);
- ✓ Participação no projeto Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, da responsabilidade da associação IES (Empreendedorismo Social de Amanhã, Hoje), que “abrange todas as iniciativas que se enquadram na definição de

inovação e empreendedorismo social, isto é, iniciativas que resolvem problemas sociais/ambientais negligenciados com elevado potencial de transformação positiva na sociedade, desafiando a visão tradicional e utilizando modelos de negócio inovadores com potencial de crescerem e/ou se replicarem noutro local geográfico”. As iniciativas selecionadas pelo projeto MIES para análise foram a Educação Sénior + e “À Descoberta de Redondo”, que ascenderam à 3ª fase do projeto.

- ✓ Reuniões com o responsável das Bibliotecas Escolares, com o intuito de promover ações de sensibilização, dinamizando assim a biblioteca, e apelando à participação e sensibilização dos alunos;
- ✓ Reunião com os parceiros para preparação/desenvolvimento da ação de sensibilização sobre a Internet Segura;
- ✓ Reunião com os parceiros para preparação/desenvolvimento de Sessões de sensibilização em todas as localidades por forma a prevenir situações de burla no âmbito do programa de idosos em segurança.
- ✓ Reuniões com parceiros para definição de procedimentos de articulação/encaminhamento de casos psico-sociais (Cáritas Diocesana; Agrupamento Vertical de Redondo);
- ✓ Dinamização do Projeto Voluntariado de Afetos;
- ✓ Celebração do Dia Europeu de Apoio à Vitima, durante o mês de Fevereiro, através das seguintes iniciativas:
 - Exibição de um filme no âmbito da violência doméstica – Dou-te os meus olhos!
 - Sessão de sensibilização para idosos a realizar na Biblioteca Escolar – Prevenção dos Maus-Tratos na Terceira Idade – Um olhar sobre a tolerância no seio da família.
 - Exibição de um Sketche de prevenção, antes das sessões de cinema e nos intervalos escolares, sobre as várias formas de violência, produzido em sede de gabinete.
 - Sessões de sensibilização para alunos do 4.º e 5.º anos de escolaridade, integradas na Semana da Internet Segura, realizadas nas Bibliotecas Escolares.
- ✓ Instrução de processos de Ação Social Escolar, bem como pedidos de alterações de escalão de Ação Social;
- ✓ Acompanhamento/encaminhamento/elaboração de Relatórios Sociais referentes a situações sociais detetadas;

- ✓ Criação/Implementação do Programa Municipal de Apoio a Melhorias Habitacionais do Concelho de Redondo;
- ✓ Criação/implementação do Normativo de Atribuição da Tarifa Social (Tabela de Tarifas artº 12);
- ✓ Criação/Implementação do Normativo de Atribuição de Bolsa de Estudo ao Ensino Superior Público;
- ✓ Participação na IX Semana da Prevenção dos Maus Tratos Infantis, da responsabilidade da Associação Chão dos Meninos;
- ✓ Apresentação da Exposição “A família da criança é sempre uma ... antes e depois!”, na Biblioteca Escolar Dr. Hernâni Cidade e no Dia da Criança (junto ao CCR);
- ✓ Jogo “Parentalidade Positiva”, integrado nas comemorações do Dia Mundial da Criança, com o objetivo de promover a boa relação entre pais e filhos;
- ✓ Dinamização do Banco de Livros Escolares;
- ✓ Participação em ações de formação/capacitação sobre diversas temáticas sociais desenvolvidas pela EAPN;
- ✓ Organização e realização de duas iniciativas no âmbito da celebração do Dia Mundial do Alzheimer “Partilha da Memória – Conversas de café em torno das demências “ e Sessão aberta de Pilates.
- ✓ Celebração do Dia Europeia para a erradicação da pobreza através da Campanha 0% Pobreza e através de uma sondagem junto da população “ O que fiz esta semana para poupar ”;
- ✓ Participação na Ação de Formação do Programa “Mentores para Imigrantes” e consequente implementação/ Início da disseminação do Programa, junto das empresas e entidades concelhias (realização de reuniões individualizadas junto de algumas empresas);
- ✓ Participação na Ação de informação e consequente adesão ao Núcleo de Apoio à criança, conjuntamente com todos os parceiros sociais, realizado pela equipa técnica da Unidade de Cuidados na Comunidade;
- ✓ Participação na Feira do Idoso.
 - Realização de 2 workshops com os alunos do Pré-Escolar, “Elaboração de um brinquedo”, no âmbito da Exposição “A Família da Criança é sempre uma – Antes e Depois”.
 - Organização das inscrições para o Almoço de Reformados e Pensionistas;
 - Distribuição de cabazes.
 - Famílias carenciadas com menores a cargo: através da Câmara Municipal de Redondo;

- Idosos com fracos recursos: através da Associação Coração Delta.
- ✓ Representação do Município em Reuniões da Equipa de Intervenção Precoce de Redondo;
- ✓ Representação do Município em Reuniões de Núcleo Local de Inserção Social de Redondo;
- ✓ Representação do Município em Reuniões da Plataforma Territorial Supraconcelhia do Alentejo Central;
- ✓ Realização de Reuniões do Núcleo Executivo e Conselho Local de Ação Social da Rede Social;

FATOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes a considerar neste ponto.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Como o resultado apresenta valores negativos, embora resultem das explicações anteriormente apresentadas, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se a sua aprovação e que seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.